

Percepções de defensores e defensoras de direitos humanos sobre proteção popular e proteção institucional em tempos de ameaças fascistas no Brasil

Relatório de pesquisa



projeto
**sementes
de proteção**

**Percepções de defensores e defensoras de
direitos humanos sobre proteção popular
e proteção institucional em tempos
de ameaças fascistas no Brasil**

Relatório de pesquisa

Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos

Proponentes

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH/MNDH)

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)

We World GVC Onlus

Associadas

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)

Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (AMDH)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Co-financiamento

União Europeia

Equipe Nacional

Coordenação Geral: Paulo César Carbonari (MNDH/SMDH)

Equipe SMDH: Diana Melo, Joisiane Sanches Gamba, Marcelo Fontenelle, Renata Castro Barros e Fernando Borges de Oliveira

Equipe Abong: Adriana Torreão, Franklin Félix, Diogo Francisco Oliveira, Graciela Medina, Jhonatan Souto, Kaique Brito, Patrícia França, Pedro Bocca, Raphaela Correa e Wanderson Borges

Equipe WWB: Monica Bonadiman, Massimo Baraglia, Mirlania Lima Bezerra e Francisco Rosângelo Marcelino da Silva

Projeto de pesquisa Percepções de defensores e defensoras de direitos humanos sobre proteção popular e proteção institucional em tempos de ameaças fascistas no Brasil

Coordenação da Pesquisa

Prof. Dr. Ulisses Terto Neto (DHEPP/UEG)

Pesquisador e supervisor da pesquisa de campo

Prof. Dr. Ulisses Terto Neto (DHEPP/UEG)

Colaboração

Tatiane Moretti da Silva (Fisioterapia, ESEFFEGO/UEG)

Instituições

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (CEAR/UEG),

Núcleo de Direitos Humanos, Educação e Movimentos Sociais (NUDHEM/UEG) e Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, Educação e Políticas Públicas (DHEPP/UEG)

Parcerias

Instituto Brasil Central (Ibrace) e Movimento Nacional de Direitos Humanos em Goiás (MNDH-GO)

Período da Pesquisa

Março a dezembro de 2023

Projeto Sementes de Proteção

Percepções de defensores e defensoras de direitos humanos sobre proteção popular e proteção institucional em tempos de ameaças fascistas no Brasil

Relatório de Pesquisa

Passo Fundo
Saluz
2024

2024 - Projeto Sementes de Proteção



Esta obra está disponível nos termos da licença Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0) de Creative Commons.

Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva de seus/suas autores/as, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia.

Edição: EAB Editora

Projeto gráfico e capa: EAB Editora

Diagramação: Rodrigo Oscar Roman e Wanduir R. Sausen

Revisão: Araceli Pimentel Godinho

Imagem da Capa: Nicholas Githiri / pexels.com

Coordenação da Pesquisa: Ulisses Tertó Neto (DHEPP/UEG)

Colaboração: Tatiane Moretti da Silva (Fisioterapia, ESEFFEGO/UEG)

Elaboração do texto: Ulisses Tertó Neto (DHEPP/UEG)

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

P964p Projeto Sementes de Proteção
Percepções de defensores e defensoras de direitos humanos
sobre proteção popular e proteção institucional em tempos de
ameaças fascistas no Brasil : relatório da pesquisa [recurso
eletrônico] / Projeto Sementes de Proteção. – Passo Fundo :
Saluz, 2024.
128 p. ; PDF.

ISBN: 978-65-85133-16-6.

1. Direitos Humanos. 2. Defensores de Direitos Humanos. I.
Título.

CDD: 323
CDU: 342.7

Catalogação: Marina Miranda Fagundes - CRB 14/1707

2024

Editora Acadêmica do Brasil Editoração e Diagramação LTDA

Rua Senador Pinheiro, 350, Sala 1

99070-220, Passo Fundo, RS

www.eabeditora.com.br

Sumário

Apresentação	7
Introdução.....	9
1. A pesquisa e os referenciais teóricos.....	13
2. Análise e interpretaçãodos resultados	15
2.1. Manifestações e causas do risco (ameaça e perigo) à atuação de defensores/as dos direitos humanos (DDDHs).....	15
2.2. Estratégias e metodologias de ação na realização da proteção popular de defensores/as dos direitos humanos	41
2.3. Limites da proteção institucional, atuação e propostas para a qualificação da política pública de proteção a defensores/as dos direitos humanos (DDDHs)	82
3. Considerações finais	101
4. Recomendações.....	105
4.1. Proteção institucional	105
4.2. Proteção popular	106
Referências bibliográficas	107
Anexos.....	113
Anexo 1 - Lista de entrevistados e entrevistadas.....	113
Anexo 2 - Síntese da análise de dados	114
Anexo 3 - Aspectos conceituais do termo de referência da pesquisa	116
Anexo 4 - Roteiro de entrevista	120

Apresentação

A produção de conhecimento é uma das ações fundamentais que complementa a atuação direta, a incidência, a mobilização e a comunicação. Defensoras e defensores de direitos humanos ainda é tema pouco pesquisado e com baixa presença na literatura acadêmica no Brasil. A produção deste documento quer colaborar com este movimento: nosso desejo é que cresçam as pesquisas, as produções de trabalhos finais em programas de pós-graduação e as publicações em periódicos.

Os conhecimentos e os saberes produzidos pelas defensoras e pelos defensores de direitos humanos são muitos e múltiplos. Muitos deles não estão disponíveis para serem trocados pois podem alimentar processos de risco. Mas, muitos precisam ser conhecidos pelo conjunto da sociedade e se transformarem em patrimônio comum e, acima de tudo, subsídio para inspirar a atuação e a luta por direitos humanos.

O Projeto Sementes de Proteção apresenta o relatório de uma pesquisa que recolhe as manifestações das defensoras e defensores que foram entrevistados. O fundamental deste relatório é ouvir a voz destas e destes que, analisando os vários aspectos considerados na pesquisa, manifestam sua percepção, seu posicionamento e suas perspectivas.

Desejamos que as falas aqui registradas ensejem muitos diálogos, muitas reflexões e, acima de tudo, muita ação. Assim, as organizações participantes do Projeto Sementes de Proteção esperam colaborar para o fortalecimento da atuação destes e destas que vêm de longe e seguem levando adiante as causas da luta por direitos humanos.

Coordenação do Projeto Sementes

Introdução

No marco dos 25 anos da *Declaração das Nações Unidas sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (Declaração sobre Defensores/as de Direitos Humanos)*¹, a compreensão da necessidade de defensores e defensoras dos direitos humanos (doravante DDDHs) serem protegidos/as na América Latina, e particularmente no Brasil, é imperativa para uma apreciação sobre o porquê de estratégias de proteção popular e das políticas públicas de proteção institucional terem sido concebidas no Brasil, tanto quanto de como tais práticas têm funcionado (Carbonari, 2023; Terto Neto, 2017, 2018).

Há extensa pesquisa sobre colonialismo, imperialismo, violência, movimentos sociais e populares em suas lutas emancipatórias, descolonizadoras, por democracia, direitos humanos e justiça social na América Latina, especialmente no Brasil. Em certa medida, são estudos que reconhecem a importância de DDDHs na realização de tais lutas. Algumas pesquisas têm mesmo reconhecido o alto nível de violência que confronta ativistas, militantes e/ou DDDHs na América Latina. No entanto, há pouca pesquisa científica sobre a proteção popular de DDDHs brasileiros/as ou acerca das experiências estatais de proteção de DDDHs no Brasil.

Devido às redes transnacionais de *advocacy*, o conceito de *defensor(a) dos direitos humanos* emergiu na década de 1990 no âmbito das Nações Unidas (doravante ONU) e, recentemente, alcançou esferas regionais como, por exemplo, a Organização dos Estados Americanos (doravante OEA), e os Estados (Keck; Sikkink, 1998, 1999; Terto Neto, 2018). A proteção popular tem sido historicamente conduzida pela sociedade civil (Carbonari, 2023); por outro lado, tem sido uma luta política transnacional para convencer os Estados a elaborar e implementar adequadamente as políticas públicas para a proteção institucional de DDDHs (Terto Neto, 2018). Existem experiências com a proteção do Estado para DDDHs na África (Sudão do Sul e Cote D'Ivoire), Ásia (Indonésia, Nepal e Filipinas) e América Latina (Brasil, Colômbia, Guatemala, Honduras e México). Contudo, esse é um fenômeno recente, tanto que a academia ainda não o soube seguir adequadamente, sobretudo no caso da América Latina.

Há de se notar, portanto, que esta pesquisa se propôs a contribuir para o preenchimento de uma lacuna na literatura em relação às percepções de DDDHs sobre proteção popular e proteção institucional, assim como sua condição de *defensor(a) dos direitos humanos* em tempos de ameaças fascistas no Brasil. Isso posto, tem-se que esta pesquisa inquiriu acerca do processo social e político que levou à criação das experiências de proteção (popular e institucional) brasileiras, como tais ex-

1 OHCHR. Disponível em: www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Defenders/Declaration/declarationPortuguese.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

periências vêm sendo desenvolvidas, quem são seus beneficiários, quais são seus efeitos mais amplos e principais desafios, e o que pode ser feito para melhorá-las.

Esta pesquisa é, assim, necessária porque tem implicações teóricas e práticas, uma vez que aborda questões de interesse para DDDHs, movimentos sociais e populares, acadêmicos/as, gestores/as públicos, e legisladores/as envolvidos/as na construção de políticas públicas de direitos humanos.

Diante do cenário de autoritarismo social, ameaças fascistas e altos índices de violência contra DDDHs, a demanda por uma análise das percepções de DDDHs sobre a proteção popular e a proteção institucional foi prevista como parte da atuação do Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos.

Um termo de referência foi formulado para a pesquisa sobre temas de interesse relacionados aos/às DDDHs, em diálogos com as redes nacionais de direitos humanos que atuam com a temática. Como objetivo geral, a pesquisa concentrou-se em diagnosticar a situação de DDDHs com a finalidade de recolher subsídios para a orientação de ações de proteção popular e de proteção institucional por parte da política pública de proteção a DDDHs. Como objetivos específicos, a pesquisa buscou: (a) sistematizar as percepções a respeito das principais manifestações e as causas do risco (ameaça e perigo) à atuação de DDDH; (b) mapear as principais estratégias e metodologias de ação da realização da proteção popular de DDDHs desenvolvidas em organizações e movimentos populares; (c) sistematizar a percepção dos limites da atuação da proteção institucional e recolher propostas de ação para a qualificação da política pública de proteção a DDDHs.

A pesquisa direcionou esforços especificamente nas percepções de DDDHs sobre *proteção popular* e *proteção institucional* no contexto sociopolítico, legal, cultural e econômico brasileiro, em que dá-se a retomada do processo democrático e do caminho dos direitos humanos, sobretudo depois da vitória de Lula da Silva nas últimas eleições presidenciais no País.

O diagnóstico buscou identificar resultados de pesquisa devidamente qualificados para, com isso, poder (a) embasar tomadas de decisões direcionadas ao aperfeiçoamento das práticas de proteção popular, feita pela sociedade civil organizada, e de proteção institucional, conduzida pelo Estado como política pública; (b) indicar aprimoramentos na destinação de recursos públicos voltados à proteção institucional de DDDHs; (c) sistematizar as respostas da sociedade civil organizada à violência contra DDDHs.

Uma vez definidos os objetivos da pesquisa, a coordenação do Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos realizou contato com entidades e movimentos sociais e populares integrantes de organizações que atuam com Direitos Humanos, cujas ações voltam-se não somente à luta por democracia, justiça social e direitos humanos, mas também às articulações nacionais e internacionais para a efetiva proteção de DDDHs ameaçados/as e/ou em situação de vulnerabilidade.

A estratégia de aproximação com potenciais interlocutores/as do estudo foi definida tomando-se por referência sua atuação na defesa e na promoção dos direitos humanos. O acesso aos/às interlocutores/as do estudo foi facilitado pelo

fato de o pesquisador responsável pela pesquisa fazer parte das redes nacionais de direitos humanos.

O percurso de pesquisa percorrido foi desenvolvido em razão das informações contidas no termo de referência para a pesquisa sobre temas de interesse da proteção popular de DDDHs e, ainda, durante reuniões preliminares e ordinárias com a coordenação do Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos.

Os instrumentos de coleta de dados para a pesquisa foram roteirizados para facilitar a coleta de dados empíricos, assim como para melhor demarcar os objetivos geral e específicos previamente estabelecidos para o estudo. Utilizaram-se *roteiro estruturado e roteiro semiestruturado (entrevistas - ver anexos)*, levando em conta, para sua aplicação, as circunstâncias da pesquisa de campo e variáveis diversas: prazos para a coleta de dados, disponibilidade de interlocutores/as e viabilidade de tecnologias (internet) para entrevistas *on-line*. Realizou-se, ainda, *análise documental*, de forma a identificar padrões nas ações das entidades de direitos humanos que atuam na proteção popular de DDDHs, assim como sobre os dados gerais apresentados pelo Programa de Proteção aos Defensores/as de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH-Federal) respectivos a demanda e efetivo atendimento de DDDHs que sofrem ameaças ou se encontram em situação de extrema vulnerabilidade em razão de suas atividades por democracia, justiça social e direitos humanos.

Os instrumentos de coleta de dados para a pesquisa foram elaborados com base em informações levantadas em fases preliminares do estudo, tais como: (a) revisão de literatura e levantamento bibliográfico, (b) análise do marco legal voltado para a proteção de DDDHs no Brasil e (c) análise preliminar dos dados secundários. Observaram-se, outrossim, as orientações contidas no termo de referência para a pesquisa sobre temas de interesse da proteção popular de DDDHs.

Com o auxílio da coordenação do Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, iniciou-se, então, o contato com os/as interlocutores/as, para a construção de um cronograma de realização do roteiro de entrevistas com DDDHs. No período de abril a novembro de 2023, foram realizadas 13 (treze) entrevistas presenciais e/ou virtuais, de acordo com a disponibilidade de cada um/a dos/as DDDHs (ver lista de entrevistados/as em anexo). Aos/às interlocutores/as da pesquisa, foi apresentado, lido e conjuntamente assinado um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)*, no qual constam informações sobre os objetivos da pesquisa, participação, questões pertinentes à privacidade dos participantes, sigilo dos dados coletados e os dados para entrar em contato do pesquisador responsável pela pesquisa².

O processo de coleta de dados durou aproximadamente 8 (oito) meses, transcorrendo de abril a novembro de 2023. As entrevistas geraram aproximadamente 21 horas e 16 minutos de gravação de áudios, tendo sido devidamente transcritas e revisadas. Foram utilizados métodos de redução de dados para melhor manuseio e análise dos dados coletados (Blaike, 2010).

2 No caso das entrevistas conduzidas de forma remota (internet), o *Consentimento Livre e Esclarecido* foi feito pelo/a entrevistado/a oralmente.

Em seguida, realizou-se a codificação, em planilhas Excel®, das narrativas das entrevistas já transcritas, de forma a poder submetê-las a uma análise crítica, com rigor científico – tudo em consonância com o referencial teórico previamente adotado para a pesquisa.

Todas as pessoas entrevistadas (interlocutores/as) foram anonimizadas por questões de segurança, posto serem DDDHs, e também em atendimento aos ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal n. 13.709/2018). A anonimização das informações pessoais dos/as interlocutores/as da pesquisa deu-se por meio de códigos e áreas de atuação em direitos humanos (ver Síntese de Análise de Dados em anexo).

O presente relatório estrutura-se em cinco partes. Na introdução, é feita uma explicação sobre os motivos para a realização do estudo, bem como uma apresentação dos principais aspectos metodológicos da pesquisa. No segundo tópico, é feita uma contextualização da pesquisa, dialogando-se, para tanto, com o referencial teórico pertinente ao tema em tela, qual seja: a proteção (popular e institucional) de DDDHs. Na sequência, são apresentadas a descrição e a interpretação dos resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo. No quarto tópico, há as considerações finais, nas quais é feita uma avaliação do percurso percorrido, identificando-se as principais contribuições da pesquisa, tanto no campo teórico quanto no prático, para o aprimoramento das experiências de proteção popular e proteção institucional, de forma a garantir a continuação da atuação de DDDHs na promoção e na defesa dos direitos humanos. Por fim, são ofertadas recomendações com vistas ao aprimoramento das experiências de proteção popular e proteção institucional de DDDHs no contexto brasileiro.

1. A pesquisa e os referenciais teóricos

A pesquisa concentrou-se particularmente na experiência brasileira da proteção popular e institucional (estatal) de DDDHs, num contexto de lutas sociais político-ideológicas emancipatórias e descolonizadoras, e dentro de um regime de direitos humanos que cresce na América Latina.

Em face do histórico de violência estatal e não estatal contra DDDHs, a revisão de literatura e a pesquisa bibliográfica foram direcionadas para estudos que abordassem, direta ou indiretamente, o autoritarismo social e suas características mais marcantes, tais como pobreza, exclusão, desigualdade(s) e violência(s), que versassem sobre as lutas no campo dos direitos humanos conduzidas pelos movimentos sociais e populares sob a liderança de DDDHs, e, ainda, que considerassem as respostas da sociedade civil e do Estado quanto às demandas para a efetiva proteção de DDDHs em risco no contexto brasileiro.

Nesta lógica, trabalhos como os de Bourdieu (1996, 1997), Cox (1983), Foucault (2002), George (1994), Hynek e Teti (2010), Somers e Roberts (2008) serviram de guia para uma abordagem crítica das relações de poder e dos impactos intelectual e disciplinar dos direitos humanos em face da concepção das experiências de proteção (popular e institucional) de DDDHs no Brasil. Grande ênfase foi dada aos desafios enfrentados pelas organizações da sociedade civil que fazem a proteção popular e também às contradições existentes dentro das estruturas institucionais estatais brasileiras, responsáveis pela implementação e execução da proteção institucional, assim como à/s resposta/s da sociedade civil organizada e do Estado aos clamores pelo direito de DDDHs serem protegidos/as contra a violência estatal e não estatal, de forma a poderem continuar suas atividades por democracia, direitos humanos e justiça social.

A pesquisa foi ancorada em alguns conceitos já estabelecidos: *autoritarismo social* (Dagnino, 1993, 1994, 1998, 2000), *direitos humanos* (Flores, 2009), *defensores/as dos direitos humanos* (Terto Neto, 2020, 2019, 2018, 2017; Bennet *et al.*, 2015), *redes transnacionais de advocacy* (Keck; Sikkink, 1998, 1999); assim como em outros conceitos ainda em desenvolvimento: *proteção popular* (Carbonari, 2023; Terto Neto; Oliveira, 2023), *proteção institucional* (Terto Neto, 2018; Terto Neto; Oliveira, 2023), *riscos, perigos e ameaças* (Carbonari, 2023).

A pesquisa contextualizou as lutas sociopolíticas emancipatórias e descolonizadoras desenvolvidas por DDDHs na América Latina numa perspectiva de resgate do “outro” oculto, subalterno e colonizado, que reencontra sua identidade latino-americana e passa a reafirmá-la em suas lutas por democracia, direitos humanos e justiça social, de forma a expor a conjuntura atual latino-americana de violência e graves violações de direitos humanos. E fê-lo dialogando com os trabalhos de

Dupas (2006), Dussel (1994, 2000), Holston (2008), Quijano (2000), Tertó Neto e Eynard (2023), Walsh (2007). Pôde-se, com isso, também identificar os problemas estruturais persistentes, ou, simplesmente, evidenciar as características de autoritarismo social que têm impedido um regime de direitos humanos interno de se desenvolver plenamente, e que têm, ainda, evitado que se resolvam os problemas de pobreza, exclusão, desigualdade(s) e violência(s), fontes diretas das atrocidades cometidas em face de DDDHs brasileiros/as.

Este enquadramento teórico proveu a base necessária para a compreensão dos processos sociais de realização da proteção popular, assim como das políticas públicas de proteção (institucional) de DDDHs no Brasil.

Frise-se, por fim, que a pesquisa tem implicações teóricas e práticas importantes, uma vez que se imbrica com questões que são de interesse para DDDHs, acadêmicos/as, organizações da sociedade civil e gestores/as públicos/as envolvidos/as na implementação de políticas de direitos humanos. Acredita-se, portanto, que seus resultados poderão ser utilizados para melhorar as práticas de proteção popular e de proteção institucional de DDDHs em vários países na América Latina.

2. Análise e interpretação dos resultados

Os “achados” recolhidos nas entrevistas são apresentados considerando os vários aspectos de interesse da pesquisa. O fundamental é preservarmos as falas, com mínimo de comentários analíticos.

2.1. Manifestações e causas do risco (ameaça e perigo) à atuação de defensores/as dos direitos humanos (DDDHs)

2.1.1. Percepção que DDDHs têm do risco (ameaça e perigo) presente no contexto imediato e mais amplo de sua atuação

A maioria dos/as entrevistados/as – 8 de 13 – indicou haver alto risco (ameaça e perigo) para a atuação de DDDHs no contexto mais amplo de atuação.

Entrevista 1

00:28:10

Você é luta de classe, né? Você defende uma classe, defende a classe popular, né? Sou da classe popular, sou a minha origem. [...] porque o sistema é interesses, né? Conflitos de interesses. [...] E esse conflito de interesse gera risco para o/a DDH. [Porque] quando você vai na luta por um direito [humano], geralmente esse direito vai contrapor alguma pessoa da classe oposta a você. Então, para minha luta de classe, a questão racial, étnica, ela, quando ela [leva à luta e/ou resistência], ela [também] leva a conflito [entre dominantes e dominados].

Entrevista 2

00:16:53

É um risco alto porque você pode é ser perseguido, coagido, ameaçado e morto.

00:17:09

Pela sua atuação, por mais que ela seja uma atuação legítima e correta. Ao contrário disso tudo, ele vem sempre na contramão, e você se torna uma, uma figura de risco, você entra no estado de risco. Ou risco baixo, ou risco médio ou um alto risco de vida.

Entrevista 5

00:15:55

Porque nós passamos [...] por um momento não só de dismantelamento da política pública voltada para defensores de direitos humanos [...] Estamos num momento de disputa cultural acirrada, onde existe uma narrativa muito forte na sociedade dos direitos humanos como algo [...] errado, como direitos humanos [...] sendo como direitos de bandidos, direitos humanos como direitos de criminosos; necessariamente podem ser também, né? Direitos de pessoas que estão encarceradas etc. [...]

00:16:58

Porque a partir dessa [...] disputa cultural [...]desse cenário que eu já elucidei é [que] nós podemos ser vítimas de ataques, não só [de] ataques virtuais, mas ataques na nossa própria integridade física. Enfim, ameaças [...].

Um/a entrevistado/a indicou que o risco (ameaça e perigo) para a atuação de DDDHs no contexto mais amplo de atuação é enorme porque DDDH são perseguidos e assassinados, sobretudo aqueles que atuam na área rural.

Entrevista 3

00:34:12

Eu acho que é um risco enorme [...] porque você, tanto quanto eu, sabia o quanto que os defensores são perseguidos e são assassinados, em especial aqueles ligados a algumas áreas; então [na] área rural, por exemplo, [o Brasil é] um dos países que mais agridem e matam defensores. Eu faço parte da comunidade LGBT, [...] o Brasil também é um dos que mais matam membros da comunidade LGBT. [...] quando eu falo isso, eu tenho absolutamente noção dos meus privilégios, entendeu? [...] quando eu falo de privilégio é [no sentido de] que alguns corpos são mais violentados do que o meu, [...] de um homem branco que mora numa capital, que faz parte de uma classe média; então eu tenho total noção disso [...] eu acho que é um risco grande porque parte da nossa sociedade não acredita em tudo isso que a gente está conversando [...] Então, acho que parte da sociedade não acredita. E não acredita e quer aniquilar aquele que acredita, entendeu? Então, não é só silenciar, é aniquilar também aquele que, que faz qualquer movimento para defender as outras pessoas. [...]

Outro/a entrevistado/a indicou que o risco (ameaça e perigo) para a atuação de DDDHs no contexto mais amplo de atuação depende de especificidades de cada caso concreto.

Entrevista 9

00:26:12

[...] o Brasil tem muita especificidade, né? Nós temos realidades [em] que um defensor ou uma defensora de direitos humanos, ao se colocar na defesa de um grupo de assentados, na defesa de um grupo de quilombolas, na defesa de um grupo indígena, de um povo de uma comunidade, ele vai estar sob o risco de ter a sua vida e a dos seus familiares ameaçados, né? E não raras vezes [...] são mortos e assassinados. Então, dependendo da região, o defensor e a defensora de direitos humanos [...] corre risco de vida. A depender de outras realidades, você corre o risco de ser criminalizado, não é? Você corre o risco de ser tratado [...] pela organização local [ou] regional [...] como um criminoso, que é o que se tentou fazer na CPI

da FUNAI, do INCRA, [...] aqui no relativo ao Sul do Brasil, né? Como aquelas pessoas que atuavam com indígenas e quilombolas, caracterizando todos como criminosos, né? Como aqueles que incentivam a invasão de terra, né? Como aqueles que promovem a violência? Então, você tem determinadas realidades [...] o perigo da criminalização [...] forjam-se coisas pra te criminalizar, forjam-se crimes pra [...] te desqualificar perante todo [...] o ambiente no qual está inserido, né? Então, você tem em alguns lugares o risco iminente à vida, [em] outros lugares você tem o risco iminente [pela] [...] tua condição de defensor de direitos humanos, porque vão tentar te desqualificar, né? [...] você tem ambientes no Brasil em que o defensor e defensora, ele é visto de diferentes formas, né? Uma como um risco iminente que precisa ser eliminado, outro como um risco que precisa ser desqualificado e outro como aquele que não precisa ser atacado porque há outras formas de combater [...] aquela retomada, aquela [...] ocupação, por exemplo, no ambiente do Judiciário, que é o que aqui [...] tem sido feito, né?

Um/a outro/a entrevistado/a indicou haver vários níveis de risco (ameaça e perigo) para a atuação de DDDHs no contexto mais amplo de atuação.

Entrevista 12

00:44:41

Primeiro é [...] que os nossos riscos [...] não estão [...] unicamente vinculados aos fascistas, né? [...] Eu creio [...] que a gente sofre, é, [por] você ser defensora de direitos humanos com as características que eu tenho; se eu agregar territorialidade, agente ameaça demais, a gente ameaça concepções ideológicas [...] no fundo, tudo que a gente sofre de perseguição enquanto [...] defensora e defensor tem a ver com o poder, né? Você [...] como defensora, você vai entrar numa seara que é primeiro de construir coletivamente a consciência que você tem direito, a consciência de que você está sendo violada e, portanto, você precisa lutar contra a violação. Isso é um incômodo profundo numa sociedade como a brasileira, que trabalha com o processo de alienação permanente, ela quer você alienada, permanentemente, para que você continue, é, retroalimentando esses espaços de poder medíocres [...]

Houve, ainda, quem argumentasse haver grande risco (ameaça e perigo) para a atuação de DDDHs no contexto mais amplo de atuação, mas que o risco maior é o de DDDHs serem incompreendidos enquanto desenvolvem suas atividades.

Entrevista 8

00:36:42

[...] o risco é de serem incompreendidos, né? Porque está muito estereotipado, disseminado na sociedade o que [...] significa para ela [...] essa e esse defensor[a], né? Essa coisa estereotipada; então, o risco é essa incompreensão. O risco é de estar com a sua vida constantemente em ameaça, seja por uma violência, [...] seja por um assassinato, esse risco também, né? [Ele está] muito presente e quando essas pessoas atuam em frentes diferentes [...], essa questão mexe [...] com poder e [com] poderosos, elas colocam muito mais ainda a sua vida em risco; então, os riscos são esses. É de incompreensão, é de não reconhecer o trabalho que essas pessoas fazem, e dessas violências que estão acontecendo cotidianamente; e até de assassinatos como a gente vê muito fartamente aí [...]

[...] a gente tem visto isso acontecer muito na região amazônica [...] conflitos que estão sempre aí, ou no próprio território indígena, quando eles querem invadir esses territórios para explorar as riquezas que existem lá e que esses confrontos que acabam de fato é tirando a vida dessas pessoas que estão nesses espaços, defendendo os direitos humanos, é para todos.

Um/a outro/a entrevistado/a alegou haver alto risco (ameaça e perigo) para a atuação de DDDHs no contexto mais amplo de atuação, sobretudo porque o/a DDH tem sua vida completamente exposta em razão de suas atividades por democracia, justiça social e direitos humanos.

Entrevista 4

00:20:53

Celular exposto, família exposta [...] Quando a gente está fazendo as coisas, a gente tem dificuldade de ver os riscos; mas acho que o processo eleitoral, nos últimos tempos, explicitou ainda mais [...] vou nas comunidades quilombolas direto. Eu não vou sozinha, tem os protocolos, né? Nunca [vou] sozinha [...] Quando você chega numa reunião que o cara olha nos seus olhos [e] fala: “-Tô sabendo que você tá andando nas comunidades”. Nem sei quem ele é, mas olha pra você e fala: “-Tô sabendo que você tá andando nas comunidades, né?” O governador liga, manda o assessor ligar [...] então, não sei que segurança falou pro chefe, que chegou no governo que chegou no governador. Que eu tô lá, né? Então eu vejo isso, opa. Então, tão me vendo aqui, né? [...] De eu andar nas comunidades com os quilombolas e saber que os seguranças estão andando atrás da gente [...] Dá um medo aí nessa hora, não é? [...] se vê em situação de risco ali porque são regiões distantes [...] são distantes lugares, estrada de chão, né? Então, assim, eu acho que tem muitos riscos, e a gente tem dificuldade [...] de ajudar os outros a identificar as ameaças deles [...] mas aos nossos [riscos] não.

[...] É porque incomoda as pessoas que alguém largue sua vida para, é, apontar que pessoas estão em situação de ameaça, estão em situação de risco; e que, normalmente, os causadores são ligados ao capital, né? Então, isso incomoda; então, essa pessoa passa a estar em risco, ela, a família. Eu tenho muito receio, por causa dos meus filhos, assim, porque é o meu maior medo.

As falas refletem um cenário de autoritarismo social marcado por pobreza, exclusão, desigualdade(s), violência(s), assim como pelas atuais ameaças fascistas, sobretudo em função da histórica luta de classes entre dominantes e dominados (Gramsci, 2002; Semeraro, 1999; Simionatto, 1995), da disputa cultural e díspares narrativas entre direitos humanos como algo positivo e direitos humanos como algo negativo (Flores, 2009; Hynek; Teti, 2010), além do fato de que DDDHs questionam o *status quo* e, por isso, sofrem perseguições, coações, ameaças e assassinatos, posto que lutam por justiça social, democracia e direitos humanos (Terto Neto, 2018; Terto Neto; Costa, 2023; Terto Neto; Oliveira, 2023).

A mesma tendência manteve-se quanto à atuação em suas localidades, posto que a maioria dos/as entrevistados/as – 9 de 13 – indicou haver alto risco (ameaça e perigo) para a atuação de DDDHs no contexto imediato de atuação.

Entrevista 1

00:30:46

Porque quando você ganha [conquista] [algum direito], [há a reação de grupos poderosos]. [...] você tem o [chefe] do território, ele tem poder [...] o território é do deputado tal [...] Então, são interesses de conflitos que geralmente caem em conflitos financeiros, né? Em conflitos financeiros [que geram risco aos/às DDHs sobretudo] quando a noção de povos tradicionais [implica em conquista de territórios, afetando a especulação imobiliária de grupos poderosos da região]

Entrevista 7

00:28:36

Porque ele mexe com status [quo], o status [quo], né? De uma parcela significativa e poderosa, poderosa no sentido de que domina [...] [os] meios de comunicação, domina o Poder Judiciário, domina o Ministério Público, domina os canais institucionais que você poderia estar recorrendo para se defender. E domina, principalmente, [...] a distribuição de riquezas. Então, isso [...] mexe com interesses. [...]

Entrevista 2

00:17:47

É um risco de morte na região [...]. Porque tomar é tomar partido, né? Ou tomar a vez [...] daquela pessoa em vulnerabilidade ou ser aquela pessoa em vulnerabilidade que vai lutar pelo seu direito à terra, seu direito ao reconhecimento, o seu direito de ir e vir o seu direito de alimentação se alimentar, de ter habitação, de ter vida, de ter trabalho, de ter vida digna. Ela é colocada em risco [...] por todo aquele aparato, seja do Estado ou da sociedade que vai contra a sua vida, contra seu projeto de vida. Então, [...] aquele [...] defensor de direitos humanos que tem um viés da defesa da vida, ele vai se deparar com esse contrário, que vai contra aquilo que [ele] defende, aquilo que [ele] luta. E sempre virá o risco, pela ameaça, pela perseguição; e depois pelo risco de morte mesmo.

Entrevista 4

00:23:19

Acho que o maior risco é de [...] de atentarem contra sua vida. Ou, é, invadirem, é, meu espaço ou [fizerem um] atentado contra os meus filhos? [...] Nunca recebi nenhuma ameaça por telefone, nunca recebi, mas eu tenho medo de quem me procura assim, de pessoas que não se identificam é porque você não sabe, hoje, diferenciar quem tá no território. Então, assim, eu tenho medo pela minha vida. Isso, desse risco, de, de estar incomodando gente que às vezes não tenho dimensão. [...] Antes você [tinha] a relação das pessoas que contratam alguém para matar, pra fazer alguma coisa. Hoje, é o sistema político. [...]

Entrevista 13

01:08:27

Eu acho que nós temos dois riscos, da morte física e da morte política. Acho que corremos o risco, às vezes, de sermos eliminados fisicamente, por persistirmos na defesa da luta. Ou você corre o risco de ter uma morte política ao se render e não seguir a luta; e eu te garanto que a morte política é a pior das mortes, o que significa trair a causa da qual você está en-

volvido, de uma das formas clássicas, das forças que [...] se opõem à nossa luta libertária; é a cooptação, primeira tentativa que o sistema busca é te cooptar. A cooptação, às vezes, é coletiva, ou às vezes é individual; e quando você cede a essa tentativa, significa que você ou se neutraliza ou passa a atuar na trincheira do seu inimigo; que, aí, então, significa a morte política. Eu não sei se uma pessoa, depois de uma formação, quando ela entende o tamanho da injustiça da nossa sociedade, do sistema, quanto ele é injusto, e entendem que é possível viver numa outra sociedade diferente, onde todos possam ter o seu lugar, ser valorizados, e você passar a negar aquilo. E defender aquilo que você já combateu? Eu não sei se o ser humano consegue ser feliz. Como é que ele fica com a sua consciência, entendeu? Não sei. Então, eu sempre digo: “-eu quero viver assim como vivo, por acreditar”; e dou a minha contribuição, minha vida é uma contribuição à causa, à causa libertária nessa luta; mas se um dia para morrer, eu prefiro a morte física do que a política [...] eu notei isso na minha prisão, a última prisão, todos os Santos dias, durante seis meses, ou era um diretor ou era um agente ou era um próprio preso [...] que eu convivia todos os dias, [eles] me diziam: “-Quando você conseguir sair daqui, vá cuidar da vida, larga isso, olha só onde você veio parar, você é um cara inteligente, um professor, tem filhos, vai cuidar da vida, olha onde você veio parar e não foi a primeira vez”. Isso me incomodava muito, e meu maior medo na prisão, meu maior medo na prisão não foi no que podia acontecer, quanto tempo que eu ia ficar lá, as consequências disso. Eu relutei o tempo todo para não ceder, para não ser convencido de que de fato essa causa não valesse a pena, essa era a minha maior preocupação; e todos os dias, eu, comigo mesmo, refletia: “- Não serei covarde, não serei covarde, não permitirei que vão me convencer de que a causa que eu defendi a vida toda não é justa. Eu não posso permitir que isso aconteça”. [...] Então, essa foi a minha luta. Quando eu saí da prisão, a primeira entrevista que eu dei, em frente ao presídio, [...] a equipe [da] TV Ninja esteve lá. [...] [Minha] primeira fala foi: “-Eu saí daqui ainda mais convicto e reafirmando o compromisso com essa causa; se eles pensavam que a prisão ia fazer eu mudar de opinião, pelo contrário, saí daqui ainda mais fortalecido a seguir essa luta”. Então, isso me deixou em paz, tranquilo. [...] Você já pensou se eu tivesse recuado? Eu tinha morrido, seria um sujeito vivo, mas morto, né? Estaria fisicamente vivo, talvez até do ponto de vista material, até melhor. Não sei. Mas eu não estava vivendo, tinha morrido politicamente, né? Então, esse é o risco entre a morte [física] e a morte política, né? [...]

Entrevista 5

00:17:40

A população LGBTQIA+ sofre, sofre não, enfrenta; enfrenta uma situação muito peculiar [...]. Primeiro, é ser vítima de crime de ódio, e muitas das populações são, mas é como eu mencionei, nós temos hoje também uma narrativa que é construída de ataque a ideologia de gênero [...] As temáticas de gênero [...] são mobilizadas a partir de um pânico moral [...]

[...] Associando a homossexualidade à pedofilia, por exemplo, [...] associando pessoas trans à perversão, [...] à destruição [...] da família como um todo. [...] E esse pânico moral mobiliza crimes de ódio de uma maneira muito específica, [...] que são crimes com alto requinte de violência.

Entrevista 10

00:37:15

[...] tem uma prática [...] uma tradição [...] de crime de mando. Então, é um risco iminente você ser emboscado [...] você ser emboscado [...] num trajeto desse aí, e em uma comunidade dessas, né? Ainda tem as comunidades quilombolas, comunidades que ficam, algumas, a 160 km da capital, tem momentos que a gente passa quase 40 km de estrada de chão [...] uma emboscada, é muito possível que aconteça, não é nada irreal, né? [...]

Entrevista 11

00:43:56

[...] esse processo de avanço do agronegócio, de tantos outros projetos do capital, seja a produção de energia chamada energia limpa, ou tantos outros os projetos [que] se confrontam [...] com os interesses das comunidades. São comunidades que, muitas vezes, se recusam ou não se sentem parte de um projeto capitalista, porque [elas] têm seus modos de vida própria. Então, acho que [isto ocorre] quanto o Estado libera, quando a Secretaria de Meio Ambiente dá a autorização para desmatar, né? Dá uma licença para fazer a mineração, fazer o desmatamento. [...] são exemplos, bem típicos [...] que representam risco à vida dessas comunidades [...]. Esses territórios passam a ser objetos de disputa independentemente do que diz a convenção internacional [...] independentemente da própria legislação nacional que reconhece o direito desses povos [...] [o] processo de [...] disputa desses territórios é um risco, uma ameaça [...] a essas comunidades.

Entrevista 12

00:51:50

[...] agrava demais porque esse clima do fascismo, ele autoriza qualquer pessoa a te violar; então, você tem que ter o cuidado [...] a sua presença em determinados lugares já vira [...] algo desafiador [...] para as pessoas que vão de encontro ao que você acredita, entendeu? [...] tô falando isso dos machistas, e estou falando isso dos homofóbicos, sua presença, ela já vira um fator porque a gente carrega no corpo a [...] defensora de direitos humanos; você carrega no corpo, a sua corporeidade, grita; uma pessoa que você olha sabe [identificar] que você não é uma pessoa [...] que não está percebendo, que não está identificando as coisas; então, é a provocação.

Duas/dois entrevistados/as disseram que o risco é grande para a atuação de DDDHs no contexto imediato de atuação.

Entrevista 6

00:39:25

Porque [...] a exposição e o confronto [são] muito grandes. Você disse que tem nome, tem CPF, tem quem quem que acoberta do outro lado quem, quem acoberta o outro do outro lado, e do teu lado, você tem muito pouca gente.

[...] Sim, [...], colega minha, que era coordenadora da Comissão Pastoral da Terra, e que falaram: “-Essa advogadinha da Pastoral da Terra, vamos dá terra para ela, vamos enterrar, vamos colocar terra pra cima dela”. Então, [...] ela está afastada, é colega que trabalhou

muito tempo junto, né? Então, tem que sair. Está há 3 anos fora do Estado [...], que ela é coordenadora da CPT, teve que se afastar porque senão ia ser morta. [...]

Entrevista 8

00:38:39

Primeiro, a gente tem [...] uma guerra declarada [...] de violência e de violações que acontece nas redes sociais. Então, todos os dias a gente é atacada aí nas redes [...]. A gente tá num confronto direto com a sociedade, porque nós queremos que a nossa população tenha os mesmos direitos. E a gente não está aqui falando em privilégio, nós estamos falando apenas de garantia de direito [...] as pessoas trans na nossa defesa dos direitos humanos, [elas] não vão tirar o direito de quem já está com o seu garantido, né? A gente quer ampliação de direitos, a gente não quer divisão, e as pessoas não compreendem isso; então, a dificuldade nossa enquanto defensora é fazer com que a sociedade reconheça o que nós estamos reivindicando, e que perceba que a nossa reivindicação, ela não se trata de privilégio para um segmento populacional, mas se trata de uma reparação que deverá ser feita porque essa população não tem direitos ainda. E essas reações da sociedade, elas são tão violentas que elas são repetidas a partir dos assassinatos em que são submetidas as pessoas trans que, obviamente, eles não vão assassinar os defensores e defensoras de direitos humanos da população trans porque não conseguem perceber quem são elas/[es], mas não tem a menor dúvida de que, se em algum momento tiver, um confronto [...] com esse processo de defesa, elas/[es] serão o alvo mais fácil. [...] Então, essa violência toda que é gerada em torno desse processo que a gente viveu, ela acaba refletindo exatamente nessa população mais vulnerabilizada e aí nós que somos as defensoras e os defensores dos direitos humanos, precisamos estar constantemente monitorando e trabalhando pelas nossas, pelos nossos, porque se não, a gente vai acabar também é sendo dizimada por uma sociedade que é completamente preconceituosa e machista.

Um/a entrevistado/a disse que o risco é enorme para a atuação de DDDHs no contexto imediato de atuação.

Entrevista 3

00:34:12

Eu acho que é um risco enorme [...] porque você, tanto quanto eu, sabia o quanto que os defensores são perseguidos e são assassinados, em especial aqueles ligados a algumas áreas; então [na] área rural, por exemplo, [o Brasil é] um dos países que mais agredem e matam defensores. Eu faço parte da comunidade LGBT, [...] o Brasil também é um dos que mais matam membros da comunidade LGBT. [...] quando eu falo isso, eu tenho absolutamente noção dos meus privilégios, entendeu? [...] quando eu falo de privilégio é [no sentido de] que alguns corpos são mais violentados do que o meu, [...] de um homem branco que mora numa capital, que faz parte de uma classe média; então eu tenho total noção disso [...] eu acho que é um risco grande porque parte da nossa sociedade não acredita em tudo isso que a gente está conversando [...] Então, acho que parte da sociedade não acredita. E não acredita e quer aniquilar aquele que acredita, entendeu? Então, não é só silenciar, é aniquilar também aquele que, que faz qualquer movimento para defender as outras pessoas. [...]

As falas também refletem um cenário de autoritarismo social marcado por pobreza, violência(s), exclusão, desigualdade(s), assim como pela ameaça da ideologia fascista, principalmente porque no contexto brasileiro, quando as lutas sociais emancipatórias e descolonizadoras desenvolvidas por DDDHs levam à conquista de direitos e/ou questionam o *status quo*, há a correspondente reação de grupos poderosos, evidenciando, aqui também, as contradições existentes nas disputas entre dominantes e dominados (Gramsci, 2002; Holston, 2008; Semeraro, 1999; Simionatto, 1995; Terto Neto, 2010). Com efeito, as falas confirmam que atuar em direitos humanos no Brasil produz alto risco de morte para DDDHs, sobretudo para aqueles/as que, na defesa de seus territórios, combatem o avanço do agronegócio e/ou a implantação de megaprojetos de “desenvolvimento”, que fazem a resistência a esses megaprojetos que violam os direitos humanos de comunidades tradicionais³. Evidenciam ainda que, além de todas as dificuldades decorrentes das lutas sociais emancipatórias e descolonizadoras, DDDHs que fazem parte da população LGBTQIA+ são igualmente vítimas de crimes de ódio e da ideologia de gênero, o que, somado à pouca visibilidade de DDDHs ou de suas comunidades, contribui para o exacerbamento da conjuntura de violência contra DDDHs⁴.

2.1.2. Identificação das causas do risco (ameaça e perigo) contra DDDHs

Grande parte dos/as entrevistados/as – 6 de 13 – indicou os conflitos agrários pela terra como principal causa dos riscos (perigos e ameaças) que atingem DDDHs no Brasil.

Entrevista 6

00:43:34

[...] um problema nosso [...] é que na história [de nosso Estado], era uma terra que tinha indígenas, que tinha muito posseiro. [...] parece que hoje o discurso é [...] que [os indígenas] tão querendo invadir a terra, mas essa terra era dos indígenas. Se você olhar o mapa do Estado [...] [de] 50 anos atrás, quando Marechal Rondon desenhou o mapa [...] tudo era terra indígena, tudo, terra indígena. Como é que então é você num disse assim: “-Não, isso aqui tudo é terra indígena”. Vamos tirar todos [os] fazendeiros [...] que que tomaram conta dessa terra. [...]

Entrevista 7

00:33:08

Com certeza, na área rural é a questão das terras [...] Porque uma parcela significativa quer utilizar as terras para o agronegócio, pra produção de soja, de eucalipto ou de qualquer um desses outros, né? [...] exploração de madeiras [...] Principalmente [...] nas terras dos povos indígenas, né? Então, essa é [...] uma outra linha de ameaça grande. [...] Hoje, muito

3 Terra de Direitos. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acoes/impactos-de-megaprojetos/7#>. Acesso em: 7 fev. 2024.

4 Ver GONÇALVES, Alice Calixto *et al.* *A Violência LGBTQIA+ no Brasil*. São Paulo: FVG Direito, 2020. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/14b4dc1c-1bf8-4431-a6bb-cdf01b705e76/content>. Acesso em: 7 fev. 2024.

mais no meio urbano, mas também no meio rural, os pontos de tráfico, né? Hoje é uma ameaça concreta para lutadores e lutadoras de direitos humanos, né? Os pontos de disputa de territórios por pontos de tráfico de drogas, né?

Entrevista 10

00:41:07

Porque terra [...] pra elite brasileira é [...] [um] instrumento de poder fortíssimo [...]. Quem tem terra, tem poder político, né? Pelo menos lá no Estado é assim, os proprietários de terra, além do [...] poder econômico, [eles] têm o poder político. E se têm poder político junto com o poder econômico eles [...] não brincam [...] na defesa disso que para eles é extremamente caro, que a terra; isso tanto no interior quanto na cidade, né? Então, o solo urbano é muito [...] protegido [...] pela elite, né? Pelo Poder Público, né? Tanto é que as ocupações [...] do movimento dos trabalhadores urbano, na perspectiva da luta por moradia, nenhuma delas, permanece, né? Porque logo o Poder Judiciário determina [...] a reintegração de posse, né? Então, é a terra tem muito esse, acho que é simbólico, né? Pra elite, né? Poder, né? Ser [...] elite [significa dizer:] “-Olha, eu tenho tantos hectares, tanho 1000 hectares de terra”. [...] E [para] defender isso, [a elite] não tem pudor [...]

Duas/dois entrevistados/as indicaram a violência policial (estatal) e de seguranças armados (não estatal) como a principal causa dos riscos (perigos e ameaças) que atingem DDDHs no Brasil.

Entrevista 4

00:28:18

Que o segurança não deveria estar armado, mas eles andam armados e fazem ameaças sutis que não aparecem. É muito difícil comprovar que eles vão sendo ameaçados. É muito difícil também comprovar que eles estão armados, né? Mas as empresas, os seguranças das empresas e, em alguns poucos casos [...] fazendeiros. Hoje diminuiu bastante, né? Essa ameaça dos fazendeiros? É, mas tem ainda. Ela ainda persiste. A gente tem também hoje que está muito forte [...] Assim, de 2 anos pra cá, dos grandes projetos econômicos que eles colocam agentes para sensibilizar a comunidade, e eles têm vigiado a comunidade. Então, se a comunidade participou do encontro que vai debater os impactos daquele grande projeto, no outro dia, logo na segunda, na terça, recebe uma visita de alguém da empresa [que] pergunta: “-Você participou de um encontro? Né? Você está contra a Constituição; então tá”.

Entrevista 13

01:30:43

[...] você tem a ameaça que vem do capital, né? Dos que detém a propriedade privada, né? Então, os detentores do capital, e você tem os agentes do Estado, [que] atuam tudo junto, né? Às vezes, ameaça vem de Estado, às vezes fazem de forma articulada. Nesse caso, o último meu da polícia daquela tentativa que houve [em] 2003, e essa última é uma ação articulada entre os detentores do capital [...] com a participação de forças [de] parte [de] algum segmento do Estado [...]. Eles atuam junto [...] é uma relação [...] o Estado está a serviço [do capital e busca] defender essa estrutura, né?

Um/a entrevistado/a disse que a luta por qualquer direito humano é a principal causa dos riscos (perigos e ameaças) a DDDHs no Brasil.

Entrevista 1

00:36:36

Por [se] lutar, né? Por [se] lutar por algum direito [humano], e esse direito sempre vai [...] estar ligado [...] ao interesse de um grandioso [grupo dominante], [que] no caso do [nosso Estado], sempre é uma grande empresa, [...] sempre é um político, sempre é uma pessoa que tem um rol de [amigos poderosos] [...] na sociedade.

Um/a outro/a entrevistado/a afirmou que a ausência de políticas públicas, a negligência estatal e a impunidade são as principais causas dos riscos (perigos e ameaças) a DDDHs no Brasil.

Entrevista 2

00:23:31

Todos esses casos que a gente acompanha, pelo menos na Amazônia, elas vieram de um risco que poderia ter sido evitado, a regularização fundiária, é a demarcação das terras indígenas, as políticas públicas de Estado para campos, cidade e povos da floresta evitaria muitas vezes chegar a ameaça a esses territórios e impactar a vida dessas populações.

Houve um/a entrevistado/a que apontou a disputa de narrativas e o ineficiente processo educativo em direitos humanos como as principais causas dos riscos (perigos e ameaças) que atingem DDDHs no Brasil.

Entrevista 3

00:43:01

[...] eu acho que a causa principal é essa disputa de narrativa que a gente tem vivido e que tem se intensificado nos últimos tempos. É associar a defesa dos direitos humanos com algo que fere; é que no olhar deles, [há] humanos com mais direitos [...] [como no caso da] família tradicional, [contrapondo-se ao] movimento LGBT, entendeu? Então, é que fere alguns princípios que algumas pessoas acreditam que é preciso existir; então, eu acho que a causa talvez esteja num processo educativo, em que [...] algumas muitas pessoas [...] não conhecem [...] o papel de um defensor, e aí, por não conhecer [...] preferem destruí-lo do que entender mais o que faz um defensor, entendeu? Que eu começo falando para você, que defensor defende todas as pessoas, inclusive essas pessoas [...] que acham que não precisam dos direitos humanos, mas precisam. Então, eu acho que a causa é isso [...]. Precisa se fazer um movimento educativo, pedagógico, para as pessoas entenderem melhor o que fazem os ativistas e os defensores. Eu fico achando [...] que algumas pessoas têm mais predisposição, e para outras, mesmo fazendo um amplo debate [...] [elas] não vão querer saber, entendeu? Então, tem é [que] investir em que a gente acha que tem alguma possibilidade de mudança. É a causa, está muito também nesse [...] imaginário [de] algumas pessoas que não são [...] aceitas, entendeu? Então, alguns membros de algumas comunidades não devem ser aceitos, e [...] por não serem aceitos, não devem ser introduzidos na sociedade, como é [o caso de] LGBTs, negras e negros, pessoas com deficiência.

Um/a outro/a entrevistado/a assinalou a disputa cultural e as desigualdades estruturais no próprio Estado brasileiro como as principais causas dos riscos (perigos e ameaças) a DDDHs no Brasil.

Entrevista 5

00:23:05

Porque nós sabemos que existem grupos, e existem forças, que se organizam para a manutenção desses poderes e privilégios. Inclusive, é pela violência. E aí nós podemos citar [...] os pistoleiros, você foi de ter programas defensores, sabe muito bem, né? Sendo grileiros, assim, sagram uma gama de atores que se organizam. É pra garantir desses poderes, desse poder, esse privilégio?

Um/a entrevistado/a apontou a questão dos detentores do capital como a principal causa dos riscos (perigos e ameaças) a DDDH no Brasil, justificando sua resposta como segue:

Entrevista 13

01:30:43

[...] você tem a ameaça que vem do capital, né? Dos que detém a propriedade privada, né? Então, os detentores do capital, e você tem os agentes do Estado, [que] atuam tudo junto, né? Às vezes, ameaça vem de Estado, às vezes fazem de forma articulada. Nesse caso, o último meu da polícia daquela tentativa que houve [em] 2003, e essa última é uma ação articulada entre os detentores do capital [...] com a participação de forças [de] parte [de] algum segmento do Estado [...]. Eles atuam junto [...] é uma relação [...] o Estado está a serviço [do capital e busca] defender essa estrutura, né?

01:31:45

Então, você atua assim, mas [...] às vezes [...] é o capital, os detentores do capital, a propriedade privada; e, às vezes, é junto, é atuando de forma [conjunta]; teve casos que o Estado não participou de um ou dois casos que eu sei [...] e aqui as duas vezes que eu tenho conhecimento, elas são [ações] articuladas.

Observa-se, portanto, que as falas especificam uma consequência da omissão do Estado, ou seja, a ausência de ações estatais concretas para garantir os direitos fundamentais de seus/suas cidadãos/ãs leva à preparação e condução pela sociedade civil organizada de movimentos sociais e populares por acesso a direitos, demandando dos entes estatais, geralmente, a elaboração e a implementação de políticas públicas eficazes (Fernández; Eguren; Patel, 2015; Terto Neto, 2018 e 2010). Isto relaciona-se, sobremaneira, com o capitalismo periférico brasileiro, em que o Estado enfrenta dificuldades não somente para regular o processo de acumulação do capital, mas também para mediar os diversos conflitos – de classe, gênero, raça, competição etc. – que marcam as contradições existentes na persistente conjuntura de autoritarismo social pátrio. Vê-se que o Estado brasileiro tem sido ineficaz no controle do capitalismo predatório, contribuindo, dessa forma, com o aumento das desigualdades e a manutenção dos históricos problemas estrutu-

rais que inviabilizam a construção de um regime de direitos humanos nacional (Dagnino, 1994, 1998, 2001; Fiori, 2024). Como aquelas supramencionadas lutas sociopolíticas, emancipatórias e descolonizadoras questionam o *status quo*, DDDHs tornam-se alvo das reações de grupos poderosos, que geram violência estatal e não estatal contra DDDHs (Carbonari, 2023; Terto Neto, 2018; Terto Neto; Costa, 2023; Terto Neto; Oliveira, 2023).

A situação agrava-se quanto aos/às DDDHs que se encontram em locais distantes, no interior do País, posto que estão mais vulneráveis à violência estatal e não estatal, sobretudo porque as forças policiais geralmente são controladas pelo poder político e/ou poder econômico local⁵. Isto significa que os crimes cometidos contra DDDHs não são devidamente apurados; ao contrário, há quase sempre a criminalização do/a DDH, que, absurdamente, ao acionar as instituições policiais para registrar crimes cometidos contra sua pessoa, de vítima, passa a ser autor/a.

Nesse sentido, salutar dizer-se que os/as entrevistados/as apontaram como principais aspectos dos riscos (ameaças e perigos) que mais impactam as *individualidades* de DDDHs os seguintes:

Entrevista 1

00:37:49

Olha, para mim, o maior exemplo [...] da individualidade é você ter a sua figura, a sua imagem, é, sendo como uma *persona non grata* naquele município, [como] por exemplo, [no caso da irmã] Dorothy Stang. A Câmara Municipal é por toda a defesa que ela teve lá no [Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança] [...]. A Câmara Municipal [de Anapu/PA] colocou um projeto de *persona non grata* [...] no município. [...]. Então, [isso] acaba com a sua saúde [mental], né? O seu bem-estar [...]. [Você se pergunta]: ‘Nossa, eu tô fazendo bem realmente ou não, né?’ [...]. Acho que é essa coisa da moral, [...] da calúnia, da difamação. É, quando, [uma companheira] [...], eu e ela [...] fomos Conselheiras Tutelares. Então nós dizíamos que aonde nós chegávamos, lá o estrago era feito [...]. Se era criança, que não tinha leite, a gente [corria] atrás e [dizia:] ‘não quero falar contigo, [quero falar é] com Secretário [Municipal de Saúde]’. Então, é [uma situação] realmente de luta e defesa. Então, para ela [Dorothy Stang], [se dizia]: ‘lá vem aquela [chata/inconveniente/etc.], já vem [encher o saco/incomodar/etc.]. [...] [E] já coloca a gente com uma pessoa do mal, né? Assim, olhando pelo outro, isso abala muito o emocional [saúde mental].

Entrevista 2

00:24:42

Olha, quando há uma violação, ausência de direitos dentro daquele território, alguma liderança vai se colocar à frente para garantir que esse direito seja garantido àquela comunidade. Dando ênfase a essa luta, essa, essa liderança, ela vai ficar muito acessível a todos e a todas com processo. Primeiro risco da individualidade [é] se ela não perceber as ameaças que ela recebe. Essas ameaças que ela recebe vai impactar ela pessoalmente, porque em algum momento ela vai precisar fazer essa análise e vai ver que ela precisa ser deslocada

5 Veja-se, por exemplo, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ & Terra de Direitos, Racismo e Violência contra Quilombolas no Brasil. Curitiba: CONAQ & Terra de Direitos, 2023. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/racismoeviolencia/download?id=N2o1NWhyc2ozajkxNWNhOWxhMjdpYWZlZDQ=&f=2&success=1>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ou ela vai enfrentar [...] alguns atentados [...]. Isso mexe com a vida familiar. Isso mexe com a vida da comunidade, porque essa liderança era uma liderança de peso na comunidade. E ele não vai se livrar do conflito, porque a liderança é deslocada, mas o conflito, que é o interesse da terra, vai estar presente naquela comunidade coletiva, e eles vão ter que encontrar caminhos para que essas ameaças não se tornem novamente perigos de riscos de vida, como aconteceu com a liderança que foi deslocada. [...]

Entrevista 3

00:49:15

[...] É. Aquilo assim, por exemplo, uma travesti é, ela tem vários marcadores no corpo dela, entendeu? Uma travesti no Brasil, a expectativa de vida é até, mais ou menos, 33, 35 anos; ela já tá com 60; então, ela já dobrou a meta, entendeu? [...] Corpo travesti é sempre um alvo do desejo, mas também da violência. É, e aí? Nesse sentido, os aspectos individuais, às vezes para alguns corpos, são mais presentes, do que para outros corpos. No meu caso, entendeu? E posso te dizer [...] das pouquíssimas vezes que, por exemplo, eu fui revistado, eu acho que eu fui revistado da minha vida pela polícia umas três vezes. [...] situações para estar fazendo uma blitz da polícia. Aí eu paro, sou revistado e tal, nunca fui revistado num ônibus. É, mas outras pessoas são constantemente paradas, e colocadas em situação de constrangimento. É, então acho que tem uma dimensão individual que eu preciso entender também, os lugares que eu vou ocupando, entendeu?

Entrevista 5

00:24:47

Bom para a população LGBTQIA+, especificamente, impede que nós exerçamos [...] a nossa orientação sexual, nossa identidade de gênero livremente, sem medo de sofrer a violação. Então, as pessoas às vezes, evitam [...] sair para determinados contextos sociais. Sofrem violência [...] familiar, são expulsos de casa. Nós temos o alto [...] índice de expulsão de casa. Então, essa demanda da moradia é muito latente; E no mercado de trabalho também existe a dificuldade.

Entrevista 4

00:31:07

É o que a gente tem [...]. É no caso lá dos quilombolas. Eles são vítimas, mas eles não param. Eles continuam fazendo as reuniões. Eles são muito aguerridos [...]. Eles não têm medo, sabe? eles são sempre ali presentes, mesmo diante do risco; então, eles não, eles não temem. E esse é um [...] fator de risco. Esse é um fator de risco. Sensibilizá-los, né? [...] já tem outros que se amedrontam, assim, [que] ficam amedrontados, ficam com medo. Quem recebem o processo, então, [...] entram em estado de depressão.

[...] ameaça por meio de processo [...] mexe com a dignidade da pessoa, né? [...] eu não vou conseguir fazer nada porque eu tenho um processo.

Entrevista 6

00:47:14

[...] altera a própria parte física, a parte [...] emocional [...] nós temos casos de defensores, [...] é um caso concreto que [...] aconteceu há 2 semanas atrás, mas que temos acompanha-

do há muito tempo. Que eles estão dizendo assim: “Olha, a minha família falou assim, ó, se você quiser continuar ali a defender, lutar aqui, nesse assentamento que nós estamos; nós vamos largar você”. Própria família, às vezes, pela tensão que vive. Então, se gera um conflito familiar. [...]

Entrevista 10

00:43:16

Perseguição policial; muitos de nós [...], dependendo [...] do momento da luta, [...] nos sentimos [...] perseguidos, vigiados, né? Isso já aconteceu comigo [...] Essa questão, né? Da perseguição, [...] da gente se sentir monitorado, né? Isto [...] é comum [...] para a gente. É, eu acho que esse é o que mais sobressai [...] Fora isso, a gente tem os processos [...] de tentativa de desqualificação [...] Tentativa de desqualificação moral da nossa pessoa, né? [Do] que a gente faz, né? Isso também é muito comum, principalmente nesse grupo aí [...] da institucional, né? Nos grupos aí onde estão, é, os parlamentares, [...] deputados, juízes, promotores [...]

Entrevista 11

00:48:19

[...] uma das questões que eu colocava na individualidade, é quando a forma de organização de determinado grupo, ela está muito pautada no papel de uma liderança. Acho que isso [...] expõe [...] há uma predisposição dentro do movimento, [...] isso também pode ocorrer quando a gente acha que o protagonismo também não seja nosso. Eu acho que é isso, né? Essa superexposição, né? É, de forma individualizada, trazendo muitas vezes um protagonismo. [...]

Entrevista 12

01:00:48

Mais do que para mim, se eu for fazer um comparativo dentro da minha organização, então, nesse caso específico da violência policial, você tem os familiares que é primeiro na escala da ameaça, porque [...] a polícia circula diretamente, quando ela mata a criança, o jovem, ela passa a ter uma frequência de convívio e essa é uma forma de constranger, de dizer à família que estou ali [...] acompanhando seus passos [...]

As falas revelam que a desqualificação de DDDHs abala seu estado emocional e/ou sua saúde mental, podendo comprometer a continuação de suas atividades. Aspectos individuais por conta de marcadores que estão relacionados à própria individualidade da pessoa podem agravar a situação, ou seja, a condição de ser mulher, LGBTQIA+, indígena, negro/a etc., aumentar o risco (ameaça e perigo) e, conseqüentemente, o impacto no estado emocional e/ou na saúde mental (Nah, 2020). As ameaças a DDDHs que são lideranças de comunidades tradicionais, a superexposição de DDDHs que exercem a liderança, a perseguição policial e a tentativa de desqualificação moral de DDDHs são fatores que podem levar a conflitos familiares, o que também abala o estado emocional e/ou a saúde mental de DDDHs.

Em face dos riscos (ameaças e perigos) existentes, pode haver a necessidade da remoção de DDDHs de sua localidade, mas com grande impacto em sua indi-

vidualidade, podendo, inclusive, causar o fim de seu ativismo e/ou luta. Resulta, portanto, salutar fazer-se a sensibilização de DDDHs para que se atentem aos riscos (ameaças e perigos) de se fazer a luta, que saibam como evitar ser criminalizados/as (“ameaça por meio do processo”) e, sobremaneira, de como preservar seu estado emocional e/ou sua saúde mental.

No que diz respeito aos principais aspectos dos riscos (ameaças e perigos) que mais impactam as *coletividades* de DDDHs, os/as entrevistados/as apontaram os seguintes:

Entrevista 1

00:39:38

É criminalização, né? Tem a criminalização individual e a coletiva, né? Então, [...] nós acabamos de sair de uma. De uma missão [...] sobre moradia [...] E as comunidades que estão sendo atingidas pelas grandes corporações internacionais de produção de alumínio [...]. [As grandes corporações internacionais de produção de alumínio] estão criminalizando a população quilombola, ribeirinha, [...] porque [...] querem transformar [a região] em um grande polo industrial [...]. O escoamento é fazer um Cubatão 2 na Amazônia.

Entrevista 2

00:24:42

[...] Aí você olha, por exemplo, o caso [de um assentamento], são anos e anos, que foi o INCRA que assentou aquela população ali; é o INCRA que não regulamentou, é o INCRA que provoca, a abertura de grilagem. E hoje nós temos uma liderança ameaçada que foi individualmente ameaçada porque ela tomou na luta pelo assentamento, ver ela sofrendo vários ataques. Depois toda uma família desestruturada, tendo que ser deslocada para outro local, e toda a comunidade, hoje, impactada porque a liderança foi retirada de lá, mas outras lideranças estão sendo agora ameaçadas, estão sendo levadas para o Programa de Proteção [de DDDHs, Ambientalistas e Comunicadores] porque o problema que é a invasão e grilagem de terra, alinha Novo Progresso com a negligência do órgão, [INCRA que é o] responsável da regularização fundiária. [...]

00:27:19

[...] E, assim, uma violação de direito individual passa a ser também uma violação coletiva. Por isso, então, da importância desse trabalho de ir fortalecendo as redes de proteções territoriais numa proteção coletiva e também de exigir do Estado que repensa o Plano de Proteção dos Defensores. Não dá mais para pensar no individual, precisa pensar no coletivo, no comunitário.

Entrevista 3

00:49:15

[...] A violência que pode ferir as pessoas, mas também tem as violências institucionais, né? As violências [...] que servem para poder desqualificar os trabalhos, entendeu? Para desmoralizar as pessoas e desmoralizar também os trabalhos. Então, a gente tem a CPI do MST, mas também tem uma CPI das organizações da Amazônia, com essa ideia de criar pro imaginário popular que as pessoas que trabalham no determinado campo [...] são

corruptas, ou são interesseiras; ou são menos [e, por isso] [...] devem ter os seus direitos violentados, violados. [...] então, elaborando aqui porque os aspectos coletivos, eles são feitos por vários aspectos, das várias pessoas [...] em risco, que criam esse risco coletivo, mas institucionalmente falando [...]

Entrevista 4

00:33:09

[...] o que acontece [é que] [...] a maioria das vezes divide [...] o coletivo, né? Porque tem que fazer um trabalho muito bem feito e a atuação daquele defensor tem que ser muito, muito sintonizada. O coletivo entender que a ameaça e o cuidado do coletivo não é [uma questão] individual. A gente tem muita dificuldade disso. Normalmente você vê o defensor hoje, na minha avaliação geral, dissociado do coletivo. Assim: “-Não, isso é fulano, não é comunidade. Não, esse problema é de fulano, não é dos quilombolas”. Isso tem acontecido bastante assim, né? Por isso que a gente vai fazer a oficina lá, pra ela entender que é a comunidade [...]

Entrevista 5

00:25:43

Eu penso que esses riscos, esses aspectos, eles impactam [...] na continuidade da luta.

00:25:58

[...] Poucas pessoas têm uma vida precarizada. As pessoas saem das organizações e vão cuidar de suas vidas, né? Ou as pessoas estão em condições precárias de vida, de saúde mental e que não conseguem, né? Não estão fortalecidas o suficiente [...] para uma luta coletiva. Fortalecimento individual, ele implica o fortalecimento coletivo também.

Entrevista 7

00:39:55

[Há risco menor para a coletividade?] De vida biológica, sim. De causa, não. De causa, na hora que cair aqui aquela liderança, na verdade, a causa toda é impactada. Você pode perder todo território. Então, quer dizer, na verdade [...] o impacto é grande. Agora, a vida biológica, tem algo assim, tem alguns [...] que correm mais risco do que outros.

Entrevista 8

00:52:12

A coletividade é afetada quando essas informações chegam para os coletivos e os coletivos vão percebendo cada vez mais que essa coisa que é tão presente em um Estado acaba se ramificando [para] outros; É de Norte a Sul do país que isso acontece, esse impedimento, essa impossibilidade das pessoas defenderem os seus direitos, e isso vai se tornando uma cadeia cada vez mais intensa, que é justamente o fechamento; é isso que eu estou te falando, que o Supremo Tribunal Federal está fazendo, debruçado sobre uma decisão que seria tão lógica, tão prática, de definir que as pessoas utilizassem os espaços segregados por gênero de acordo com a sua aparência, com os seus fenômenos, e não com o que se pensa, é invariavelmente com a sua genitália; então, é preciso pensar isso, porque o efeito danoso na pessoa é o seu adoecimento mental e na coletividade é esse desespero, eu vou

utilizar essa palavra, esse medo, esse temor que essas práticas se transformem em coisas recorrentes no Brasil.

Entrevista 10

00:44:49

[...] a gente tem, é, ação truculenta da polícia [...]. Daqui até entre as comunidades, adentrou os territórios, a gente tem o beneplácito do Poder Judiciário, em algumas situações, com ação direta de juízes, né? Em algumas dessas comunidades, ação direta, juiz articulando, né? É capangas articulando, é proprietários rurais, né? Para agir [...] contra [...] as comunidades, a gente tem atuação [...] de administrações municipais que [...] relegam determinadas comunidades, né? Não aporta nenhum tipo de recursos, né? Então, é deixar morrer à míngua, um aspecto da assistência, educação [...] De acesso a estradas, acesso à água potável; lembro de escolas mesmo, e alguma dessas comunidades, que a gente teve que entrar com uma ação no Ministério Público porque fazia anos que a escola da comunidade estava numa situação extremamente deplorável, aí como era uma comunidade quilombola, comunidade que resistia; então, [...] a Prefeitura nem dava conta dos problemas da comunidade; então, a gente teve que acionar Ministério público para responsabilizar a Prefeitura Municipal; então, esse também é algo muito comum, né? A ação da Prefeitura, de tornar, não só de não apoiar, mas o quanto puder inviabilizar e tornar difícil a vida dessas pessoas; isso é uma prática comum.

A mesma tendência manteve-se quanto à possibilidade de DDDHs pararem suas atividades, posto que as supramencionadas falas evidenciam a gravidade da descontinuidade da(s) luta(s) em decorrência da “perda da liderança”, seja em razão de o/a DDH ter saído da luta “voluntariamente”, seja por ter sido assassinado/a, seja em decorrência de estar com medo ou por enfrentar duros abalos em seu estado emocional e/ou sua saúde mental. Como dito antes, vê-se que a ação truculenta da polícia contra DDDHs, a criminalização de DDDHs e/ou de suas organizações, e a desqualificação dos trabalhos da coletividade de DDDHs podem não somente levar a conflitos internos na coletividade, mas, sobretudo, abalar o estado emocional e/ou a saúde mental de todos/as os/as envolvidos/as. Tem-se por consequência que uma violação de direito individual do/a DDH que exerce o papel de liderança pode passar a ser também uma violação coletiva, de todos/as os/as DDDHs que compõem a coletividade.

Ressalta-se, aqui também, ser importante fazer-se a sensibilização de DDDHs para que se atentem aos riscos (ameaças e perigos) do “fazer a luta”, para que saibam como evitar sua criminalização e como preservar seu estado emocional e/ou sua saúde mental.

Sobre de quem é que DDDHs sofrem risco, grande parte dos/as entrevistados/as – 6 de 13 – indicou as forças policiais como principais ameaçadores/as de DDDH no Brasil.

Entrevista 9

00:37:56

Sofrem risco da segurança pública; [...] na verdade, eu fui intimidado várias vezes e até abriram inquérito, não é? É contra a nossa atuação e eu em especial, né? [...] eu fui mais

perseguido pelas forças de segurança, eu tenho mais medo deles porque quando eu vou para a retomada [...], eu não tenho medo do dono do empreendimento econômico, eu nem [o] conheço, mas eu tenho medo da polícia, porque eles tentam me criminalizar e eles criminalizam, né? Eu tive por conta da [retomada], foi aberto um inquérito, um processo criminal, né? E a Juíza, graças a uma juíza plantonista que substituiu o juiz, que é aliado ao empreendimento econômico, ela, ela por pedido do Ministério Público estadual, ela arquivou o inquérito, porque toda a fundamentação do processo contra mim se deu através dos depoimentos das polícias; então, eu aqui na minha realidade, eu me sinto mais ameaçado pela polícia militar e pela polícia federal, foi quem nos perseguiu muito dramaticamente aqui na região.

Entrevista 11

00:51:42

[...] é quando a gente identifica os principais causadores das ameaças, os riscos. [No] nosso contexto, são os governos [...] que, muitas vezes, atuam com suas forças policiais contra as ocupações, contra as manifestações. Temos também os fazendeiros e os agentes que atuam mais no campo do agronegócio ou agentes que atuam no campo da mineração. Basicamente, são esses os principais, né? Agentes ameaçadores, agentes que se tornam grande ameaça para a sua liberação, para as coletividades.

Entrevista 12

01:10:01

Desculpe, a gente sofre risco do Estado, da polícia, a gente sofre risco dessas figuras que discordam que a gente defenda direitos humanos. Então, tem um outro setor aí que são povo de segurança, supermercado. A tem uma turma que odeia gente, porque que a gente quer defendendo vagabundo, ladrão, né? Tem essa turma aí, que a gente corre risco, esses fascistas [...] que a cada dia cresce mais [no] Brasil, né? A gente corre um risco muito grande do narcotráfico; a gente não pode dizer que não porque eles querem a comunidade; se eles se armam também, eles não querem conflitos na comunidade porque pensam em conflito porque [narcotráfico] expõe eles; então, eles também são um risco pra gente [...]

Três entrevistados/as indicaram os/as latifundiários como principais ameaçadores/as de DDDHs no Brasil.

Entrevista 7

00:40:33

[...] Muitos. Um, geralmente pretensos proprietários [...] de terra, né? Pretensos porque não necessariamente são proprietários, porque para você ser proprietário de uma terra você teria que provar que a cadeia dominial dela [...] que alguém do Estado que tenha lhe vendido, e eles não conseguem provar isso. O que caracteriza a questão da grilagem. [...] Os outros [são os] madeireiros, né? Que são talvez os mais violentos, né? Mais truculentos, eu diria os mais truculentos mesmo, né? [...] Pro meio rural, eu diria que são esses dois grandes sujeitos [pretensos proprietários e madeireiros] [...] No meio urbano, [...] os donos do tráfico, que também causam ameaças nessas áreas rurais e na área urbana. Então, eu diria que as maiores ameaças vêm daí, mas a gente não pode descartar que o Estado é um

grande contribuidor. [...]. Quando eu falo do Estado, eu estou falando no Poder Executivo, [Poder] Legislativo e [Poder] judiciário. [...]

Entrevista 8

00:54:25

É difícil responder assim de uma população específica; novamente eu vou me referir a grupos de pessoas; por exemplo, [...] os defensores de direitos humanos, apesar de serem da sociedade, não é uma sociedade como um todo que fazem ou que colocam esses riscos em evidência, né? Pode ser que a sociedade tenha uma parcela de culpa pela omissão, porque não consegue entender essa dimensão da defesa, mas os que estão de fato sendo, é, ali, colocados efetivamente na linha de risco, nessa linha, mais imediata de risco; são esses que defendem os espaços em que os latifundiários querem e precisam estar atuando; então, esse grupo de latifundiários, eles são bastante [...] ofensivos a esses defensores. [...] Latifundiários, que querem ocupar aqueles espaços para as suas explorações, e as explorações completamente avessas a qualquer forma de defesa do meio ambiente, né? Eles não se preocupam muito com isso, se preocupam com lucros e, aí, quando tem o confronto com os defensores dos direitos humanos, há sempre essa possibilidade de um confronto mais severo e letal. [...]

Entrevista 11

00:51:42

[...] é quando a gente identifica os principais causadores das ameaças, os riscos. [No] nosso contexto, são os governos [...] que, muitas vezes atuam com suas forças policiais contra as ocupações contra as manifestações. Temos também os fazendeiros e os agentes que atuam mais no campo do agronegócio ou agentes que atuam no campo da mineração. Basicamente, são esses os principais, né? Agentes ameaçadores, agentes que se tornam grande ameaça para a sua liberação, para as coletividades.

Dois/duas entrevistados/as indicaram as grandes empresas do agronegócio e os grandes grupos econômicos como principais ameaçadores/as de DDDHs no Brasil.

Entrevista 1

00:41:16

Lá no [Estado] são as grandes empresas do agronegócio, dependendo da região que tu vás, né? [...] tem uma área agora [...] [na qual] os produtores de arroz que vieram lá de [outro Estado], [...], [eles] foram expulsos de lá, e agora os importamos, né? [...].

Entrevista 2

00:27:56

Do sistema econômico, de grupos econômicos que chegam ao território da Amazônia para impor seus grandes projetos, seja monoculturas, seja grilagem de terra, seja garimpos ilegais, seja mineradoras, sejam grandes projetos de infraestrutura, que não estão para favorecer a política pública de transporte para a população, mas, sim, o investimento e a implantação desses grandes projetos, seja de agronegócio, mineradoras ou de transição de energias, como hidrelétricas e termoelétricas.

Dois/duas entrevistados/as indicaram os/as parlamentares como principais ameaçadores/as de DDDHs no Brasil.

Entrevista 6

00:51:29

[...] as milícias [...] vão se formar para defender, [...] os grandes vão formando suas milícias, e muito fortemente armadas. Alguns casos certamente que a gente tem algumas informações que possam também ser policiais em horas vagas ou não, né? Que atuam também junto com eles, mas isso eu acho que é uma organização muito bem estruturada, e com uma influência muito grande também de deputados no [Estado].

Entrevista 8

00:54:25

[...] Uma das vertentes, também, que ataca muito esses defensores, são esses parlamentares, dessas bancadas mais ideológicas das câmaras [...] municipais e estaduais e federal, que são esses, é, da agricultura, esta que a gente chama da bancada BBB, que é do boi, da bala e da bíblia, eles atacam bastante também, talvez não [...] com a atuação de chegar às vias de fato, né? Esse povo não vai exatamente nessa linha de atuação, não vai no confronto, mas vai [...] nas legislações; e o que é muito mais perigoso, aí, é quando se unem para essas legislações atacar de fato ou diminuir ou até aniquilar essa atuação desses defensores, né? [...] E esses parlamentares, que também precisam atuar nessas frentes, [...] não com esse mesmo viés dos latifundiários, mas com esse viés mais, digamos, vou colocar uma vírgula aqui nesse viés, mais oficial [...] afrouxando legislações, como a gente viu no governo passado, [...] atuando fortemente para essa questão da liberação de agrotóxicos, que vai interferir no meio ambiente [...]

Dois/duas entrevistados/as indicaram os/as donos do tráfico como principais ameaçadores/as de DDDHs no Brasil.

Entrevista 1

00:41:16

[...] [Há] também o tráfico na nossa região, né? Que é muito, muito forte, [o] tráfico internacional, a exploração sexual com crianças e adolescentes, há os exploradores, [...] aliciadores da juventude. Então, [há] muitas pessoas [...] que estão nos agredindo.

Entrevista 7

00:40:33

[...] no meio urbano [...] atualmente surge também [...] no tráfico, né? Os donos do tráfico, que também causam ameaças [...] nessas áreas rurais e na área urbana. Então, eu diria que as maiores ameaças vêm daí, mas a gente não pode descartar que o Estado é um grande contribuidor. [...] E muitas das figuras que estão no Estado [...] também causam esse interesse, né? Então, são os sojeiros, né? Quando eu falo do Estado, eu estou falando no Poder Executivo, [Poder] Legislativo e [Poder] Judiciário. [...]

Um/a entrevistado/a designou as milícias como principais ameaçadores/as de DDDHs no Brasil.

Entrevista 6

00:51:29

[...] as milícias [...] vão se formar para defender, [...] os grandes vão formando suas milícias, e muito fortemente armadas. Alguns casos certamente que a gente tem algumas informações que possam também ser policiais em horas vagas ou não, né? Que atuam também junto com eles, mas isso eu acho que é uma organização muito bem estruturada, e com uma influência muito grande também de deputados no no [Estado].

Um/a outro/a entrevistado/a indicou o Poder Judiciário como principal ameaçador de DDDHs no Brasil.

Entrevista 3

00:54:36

[...] Então, com todo o caso do Lula, a gente entendeu definitivamente que a Justiça não é parcial, a Justiça, ela tem lado, entendeu? A Justiça, ela [...] é corrompível [...]. Eu fico com muito, muito receio [...] de que algum dos meus precisem utilizar de recursos jurídicos, e que esses recursos não sejam garantidos, entendeu? Porque hoje eu não sei se a justiça é absolutamente imparcial [...]

As falas evidenciam as dissemelhantes relações de poder que afetam negativamente as lutas sociopolíticas emancipatórias e descolonizadoras desenvolvidas por DDDHs. As forças policiais, usualmente controladas e/ou influenciadas pelo poder político e/ou poder econômico local, ameaçam e criminalizam DDDHs (Azevedo, 2022; Flores, 2012; Justiça Global; Terra de Direitos, 2022; Oliveira, 2019;). A própria existência de latifundiários evidencia a contradição entre dominantes e dominados, reflexo de uma sociedade pós-colonial que ainda não resolveu seus problemas estruturais: pobreza, exclusão, desigualdade(s) e violência(s), características profundas de uma sociedade marcada pelo autoritarismo social (Dagnino, 1993, 1994, 1998, 2001, 2002, 2004, 2005, 2007, 2011; Gramsci, 2002; Tertó Neto, 2010, 2018). Além disso, há o impacto do poder do capital, posto que colossais empresas do agronegócio e influentes grupos econômicos, buscando controlar terras e outros recursos naturais, influenciam parlamentares e magistrados/as e, não raro, utilizam-se de milícias, tudo para neutralizar as ações de DDDHs⁶. Veja-se, igualmente, o fato de que a atuação de DDDHs pelos direitos das crianças e adolescentes dificulta as ações do crime organizado (donos do tráfico), este que outrossim se configura com fonte direta de violência (não estatal) contra DDDHs brasileiros/as⁷.

6 Os conflitos agrários representam a causa maior de violência contra DDDHs no Brasil. Justiça Global. Disponível em: www.global.org.br/blog/na-linha-de-frente-violencia-contradefensoras-e-defensores-de-direitos-humanos-no-brasil-2019-2022/. Acesso em: 7 fev. 2024. Ver também CPT (2021). *Conflitos no Campo*: Brasil 2020. Goiânia: Cento de Documentação Dom Tomás Balduino, Comissão Pastoral da Terra Nacional. P. 138. Disponível em: www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0. Acesso em: 7 fev. 2024.

7 Justiça Global. Disponível em: www.global.org.br/blog/na-linha-de-frente-violencia-contradefensoras-e-defensores-de-direitos-humanos-no-brasil-2019-2022/. Acesso em: 7 fev. 2024. Ver também OAS. Disponível em: www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2023/138.asp. Acesso em: 20 fev. 2024.

2.1.3. Identificação de risco (ameaça e perigo) específico pela condição de ser um/a defensor/a dos direitos humanos indígena, mulher, campesino/a e negro/a

Todos/as os/as entrevistados/as responderam haver maior risco (ameaça e perigo) para DDDHs em função de serem mulher, indígena, negro/a e/ou campesino/a no Brasil.

Entrevista 1

00:46:53

Com certeza [...]. Você ser mulher, negra, da periferia ou do interior da Amazônia, [...] o risco é maior. A mulher [...] porque antes de o cara matar uma mulher, pra ele, como foi o caso da Dilma, eles sempre têm [...] a perspectiva de violência, abuso sexual, né? Antes de o cara [matar, abusa sexualmente da mulher], ou então mata e abusa [...], mas sempre tem, sempre tem essa nuance, né? De ser uma mulher, que se for negra ainda aumenta, né? [...]

Entrevista 2

00:30:46

Porque tem um racismo estrutural e tem um racismo ambiental, e os mais violados, os mais vulneráveis na Amazônia, são as mulheres, os negros, os camponeses indígenas e comunidades tradicionais.

Entrevista 3

01:00:42

Naturalmente que sim [...] acredito absolutamente que sim, por conta de todos esses marcadores que alguns corpos trazem, entendeu? Então, [...] os riscos estão além [...] do lugar do trabalho que você desenvolve, o risco também está na sua existência, né?

[...] a gente tem vários casos de violência absolutamente bárbaras, envolvendo defensores por conta das suas condições, por conta dos seus lugares. [...] a gente tinha uma pessoa que fazia parte da nossa diretoria em Pernambuco, e ele foi, é um cara gay; e ele foi assassinado com requinte de crueldade, por ele ser um cara gay, entendeu? Então, se coloca assim: [...] algumas pessoas vão trazer as marcas da violência. [...]

Entrevista 4

00:41:22

É o negro. Quando você fala engraçado, né? Até quem separa o negro aqui da cidade com negro quilombola, né? Que é o mesmo negro. O negro aqui na grande Vitória não é na periferia por ser negro, principalmente o homem. Eu acho que ainda é maior a violência policial. [...] Ele recai sobre o jovem negro periférico, né? Pobre é o homem, o homem negro é muito forte. É quando ela, quando você fala de violência contra a mulher, você vai. Põe a mulher, é a mulher. A mulher negra é agora. Quando a gente vai para as questões do campo. É ainda, você tem o maior número de homens ameaçados, porque né são que enfrentam mais. Mas eu percebo um aumento crescente de mulheres que aparecem também, né? Como um risco em situação de ameaça. E alguns desenvolvam medo, né? Incrível. E

quem é do campesinato, porque acham que são pessoas muito vulneráveis, né? São pessoas muito humildes, que não fazem, não sabem fazer o enfrentamento. Eu acho que todas essas condições, sendo campesinato, ser uma mulher negra, ser uma mulher quilombola, né, ser um homem negro aqui. Tudo isso influencia para, está em situação de risco.

Entrevista 5

00:31:52

Porque são questões estruturais, [...] são desigualdades estruturais [...]. São dizer valores culturais que vão se somando, né? Estão se acumulando, vamos dizer. Vão se somando, não dizer que uma coisa é mais que outra. Não acho que eu sou fraco, menos ou mais, que uma mulher, por exemplo. Mas eu tenho umas questões específicas, que eu sou do candomblé, pessoa negra, sou uma pessoa negra de pele clara, que já vai ter uma dificuldade, uma dificuldade relacionada a pessoas negras, de pele escura. Não sou indígena, sou do campo urbano. Mas sou [do] Nordeste, [...], sou LGBT, vivo com HIV [...]

Entrevista 6

00:56:05

[...] eu sou de uma opinião, que [...] muita gente não concorda, de dar visibilidade às pessoas ameaçadas, porque [...] se nós divulgarmos, aí [...] se tornar mais claro quem é [...] porque ela [divulgação] chega realmente para os poderes [...] eu ainda sou dessa opinião e, aí, sim; o meio que está lá, uma indígena mulher que está [...] menos visível perante a opinião pública, eu acho corre [...] muito mais risco.

Entrevista 7

00:45:43

Com certeza. Principalmente os povos indígenas e a população negra. [...] A população quilombola, né? Eu diria que sim. Os povos indígenas, inclusive, sofrem uma discriminação, primeiro por ser [...] indígena, ou seja, até tem, tem locais em que eles não podem nem ir sozinhos na cidade. E [...] não tão numa brigando com o fazendeiro ou com o agronegócio. Eles são discriminados porque são índios, né? Porque são índios, porque são descendentes de povos indígenas. Então, são povos indígenas, na verdade. Não são nem descendente de índio, são povos indígenas. Então, tem dificuldade de acessar a área urbana de uma cidade [do interior], né? E são vistos, inclusive, isso aí, eles sofrem, [...] claro, um risco muito maior. Sofrem risco maior tanto por ser lutador [...] por uma causa, que é a terra, [...] que [é] a regularização da terra, como também por [...] não ser branco, né? Branco, bem entre aspas, né? Porque na verdade nem branco nós temos.

Entrevista 8

01:00:26

Então eu acho que sim, porque esses marcadores sociais, eles estão completamente ligados na cadeia de informação das vulnerabilidades; então, se a pessoa é defensora de direitos humanos, e ela é negra, e ela é mulher; obviamente que ela vai estar muito mais numa vulnerabilidade do que aquela defensora que é branca, que também é mulher, porque ela tem outros marcadores [...]. Eu estou dizendo apenas é que [...] se essa pessoa é camponesa, é negra, é mulher que é trans, aí ela tem mais ainda condicionantes de estarem [em] zona

de mais vulnerabilidade [...] esses marcadores, eles vão se alongando no corpo das pessoas. Obviamente que é muito mais fácil atacar essas pessoas que têm mais marcadores que aquelas que têm menos, você percebe? Então, a resposta exata é essa, quanto mais marcadores sociais identificarem aquela pessoa, muito mais vulnerabilidade ela terá, não só nesse hábito dos direitos humanos, mas em todas as outras esferas de garantia de direitos que essa pessoa poderia ter na aí [...] no complô geral das condições brasileiras.

Entrevista 9

00:43:58

Sem dúvida nenhuma. [...] no caso do indígena, [...] além de sofrer a violência da ameaça [...], da intimidação, da perseguição, e até do espancamento [...], ele ainda tem no ambiente que o cerca um processo de discriminação brutal; então, apesar de ele ser perseguido e criminalizado, ele não vai ter do lado de fora, a não ser de um outro defensor ou outra defensora de direitos humanos, um olhar complacente com ele. [...] o indígena, passa a ser visto como quase um criminoso, mesmo fazendo a defesa do seu direito; então, você tem a criminalização, e você tem um ambiente do racismo, do preconceito que permeia [...] tudo, move a polícia, move a Justiça, move a sociedade, né? Então, é, eu vou para uma área, eu posso ser perseguido, posso ser criminalizado, mas eu, por ser branco e homem, eu não sofro nenhuma discriminação, né? Ninguém vai me discriminar pela condição de branco que eu sou. Do ponto de vista do feminino, é a mesma coisa, né? O fato da pessoa ser uma mulher é uma mulher envolvida com esses índios, né? Então, já traz o componente, uma mulher envolvida com esse tal, tu tens aí o machismo, não é? E você tem preconceito contra a mulher pelo fato dela estar atuando, né? É tentam desqualificar. Na perspectiva do negro, é a mesma situação [...]. É um advogado negro, eles sofrem nesse ambiente social, e ele vai sofrer depois lá no Judiciário, quando ele vai fazer a defesa daquele que [...] ele tá acompanhando; então, ele é dupla, triplamente desqualificado, ele é desqualificado por ser negro, por estar atuando com outros negros depois vai ser discriminado por ser um advogado [negro], né? No âmbito do Judiciário, né? [...] é um ambiente completamente violento em todos os sentidos [...]

Entrevista 10

00:51:31

Não tenho dúvida disso aí, essa estrutura social é assim, ou seja, [se] é uma pessoa que não esteja na luta, que não seja reconhecida como defensor ou defensora de direitos humanos, o fato dela ser uma mulher, ela já está numa condição de vulnerabilidade; ela está na condição de mulher, mulher negra, a vulnerabilidade dela aumenta, o fato dela ser indígena, ela está na posição de vulnerabilidade. Então, que se agrega a isso, né? Está na luta, vai estar contestando esse modelo de desenvolvimento, esse modelo de sociedade, então, [...] a vulnerabilidade deles aumenta, com certeza.

Entrevista 11

00:55:41

[...] são categorias no sentido de defensores, de lutadores, que dentro desse modelo de sociedade têm vida menos importante; então, obviamente, acabam sofrendo muito mais riscos, inclusive a gente conseguiu detectar nesses nossos registros, né? Por exemplo, as

mulheres [...] elas sofrem ameaças de forma duplicada; primeiro porque muitas vezes a mulher que decide atuar dentro de um processo de luta, embora sendo um povo em luta, mas é um povo que é marcado por uma concepção patriarcal, que ainda considera que o lugar da mulher é na cozinha, ela sofre violência, em casa, [seja] pelo marido ou outros ali, e vai sofrer ameaça externa, a violência externa [...] por considerar que se trata de sujeitos cujas vidas são menos importantes. É, nós temos recentemente casos [em] que lideranças LGBT [...] disseram que a violência contra seus corpos, ou até a morte, se deu [...] por conta da condição de gênero, né? Enfim, os quilombolas, né? O povo preto, nem se fala; se quando a própria polícia chega e atua de forma extremamente violenta, ela atua de forma diferenciada em relação a comunidade indígena, comunidade preta, porque [são] sujeitos que historicamente [...] sempre sofreram formas de preconceitos, de violência. E aí, recentemente, a gente teve nesse governo que passou, né? A maneira como ele tratava [...] quem era indígena, quem era quilombola; ele colocava [...] esses povos, lideranças, numa condição de rejeição ainda muito maior. São vidas, corpos, que parecem não valer nada; obviamente, são mais vulneráveis [...]

Entrevista 12

01:18:41

Essas condições, ser lésbica, ser negra, ser indígena, né? São exatamente recebimentos, e não está autorizado a reagir, a falar, a reivindicar; e essa condição de não estar autorizado tem uma narrativa na sociedade, de que nós somos uns inconvenientes. Nós, nós não deveríamos estar aqui, portanto eles correm mais risco porque é mais fácil mata-los sem uma comoção social, não terá uma comoção social se você matar indígena, não terá uma comoção social se você matar negros, tanto que você naturaliza; quando você vai ver os dados da violência, da morte das defensoras e defensores, você vai lá vendo as trans, os negros, os indígenas; e eu não quero nem hierarquizar porque não é possível hierarquizar, porque no campo [...] do que estou te falando, todos estão autorizados a nos matar, e incondicionalmente; dois ou quatro jovens a semana passada aí do centro-oeste tocaram fogo numa menina trans que estava passando. E o que autoriza eles? É a condição dela, a condição dela de ser trans, negra, vira uma brincadeira, o que eles fizeram não vira um crime, você entende? Se fosse uma mulher branca você veria um crime, porque ele estava violando o código [...] da branquitude, de quem está sob proteção, mas esses segmentos [negra, mulher, indígena], não adianta, pode matar porque é menos um [para] você limpar a sociedade. [...] Então, você pode matar um gay, uma trans, porque não vai fazer diferença, você está limpando, ele é o mau, o mau não é o cara que mata, não é o cara que estupra [...] O mau é um cara negro que por si só já é ladrão, marginal, esturador [...]. Assim, essa narrativa nos coloca numa condição maior de vulnerabilidade.

As falas não somente evidenciam, mas sobretudo confirmam que os marcadores agravam a situação de DDDHs. Vê-se, portanto, que a condição de ser mulher, LGBTQIA+, indígena, campesino/a e/ou negro/a aumenta o risco (ameaça e perigo) e, conseqüentemente, potencializa o impacto no estado emocional e/ou na saúde mental de DDDHs. Isso revela, por conseguinte, haver contradições não superadas, decorrentes do racismo estrutural nacional, assim como haver diversas formas de discriminação – gênero, raça, etnia, orientação sexual, classe

etc. – que exarcebam a situação de DDDHs que possuem os aludidos marcadores (Arantes, 2014; Bersani, 2018; Holston, 2008). Reitere-se, por pertinente, que isto se relaciona, sobremaneira, com o autoritarismo social que tem impedido um regime de direitos humanos interno de se desenvolver plenamente, e que tem, ainda, evitado que se resolvam os problemas estruturais decorrentes de pobreza, exclusão, desigualdade(s) e violência(s), fontes diretas das atrocidades cometidas em face de DDDHs brasileiros/as (Dagnino, 1993, 1994, 1998, 2001, 2002, 2004, 2005, 2007, 2011; Gramsci, 2002; Terto Neto, 2010, 2018).

2.2. Estratégias e metodologias de ação na realização da proteção popular de defensores/as dos direitos humanos

2.2.1. Estratégias e metodologias utilizadas pelos DDDHs (individualidades e coletividades) na autoproteção na proteção popular⁸

Entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*.

Grande parte dos/as entrevistados/as – 6 de 13 – indicou nunca andar sozinho como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*.

Entrevista 2

00:35:02

[...] Então, tem essa, essa consciência, [de que em] determinados lugares de conflito, que tem que se fazer atividade de campo, saber me posicionar de forma que estou sempre acompanhada, nunca sozinha. Não usar nada que possa expressar ou levar a ser considerada ali como [...] ameaçador; então, de certa forma, algumas atitudes de comportamento e também atitudes de estratégias logísticas, eu também utilizo, dentro desse meu caminhar de proteção e ativismo.

Entrevista 4

00:46:51

[...] Qual é o lugar? Ir sozinha? Nunca sozinha, né? Nunca vou sozinha. Se eu não tenho, não me sinto segura, eu não vou ou eu aciono outras instâncias falando posso estar, mas essas instâncias vão estar, porque isso também é uma ação de direitos humanos, né? É, eu acho. [...]

8 “A prática da *autoproteção* exige o cuidado de si pelo desenvolvimento de um conjunto de práticas *saudáveis* (em sentido amplo e profundo) da singularidade de cada sujeito/a participante. O cuidado de si é uma realidade como cuidado dos outros e cuidados dos muitos, já que nenhuma singularidade é uma ilha e sequer a ideia egoísta de indivíduo faz sentido – exige desenvolver mais o amor-de-si do que o amor-próprio. O cuidado de si está em estreita relação com o conhece a ti (do velho Sócrates), de modo que o cuidado se faz numa relação íntima consigo mesmo, com os próprios limites e potencialidades. É o cuidado de si combinado com o conhece a ti que abre à coragem de dizer a verdade (parresia), de denunciar a violência e as violações, a injustica” (SMDH *et al.*, 2022, p. 27).

Entrevista 7

00:58:02

Então, a proteção, a proteção, autoproteção. É primeiro conhecer muito bem todas as saídas do território, né? [...] ter um mapa que você traça por onde você pode sair mais seguro, por onde não for. Então, isso aqui faz parte da minha autoproteção, nunca, nunca andar sozinha, né? As câmeras de vigilância. As câmeras de controle dos espaços, né? A câmera que vai olhar a minha casa, mas vai olhar os caminhos que dão acesso a minha casa. Isso é fundamental. Então, minha casa, não é minha, mas dentro da coletividade, né? A minha mesma nunca precisei, porque também eu moro no urbano, e urbano, é, hoje tudo é vigiado. Todos, todo lugar tem câmera, né?

Entrevista 9

00:49:44

[...] eu não me preocupava em andar sozinho, por exemplo, eu pegava o meu carro, ia para as aldeias tranquilamente, [...] nunca tive receio, né? Então, eu [...] não me protegia, vamos assim dizer, né? [...] depois começou alguns casos mais emblemáticos e em função da luta indígena, que a gente acompanhava; daí, nós tivemos uma opção de toda viagem que eu fizesse, eu nunca deveria ir só, eu passei sempre a ser acompanhado, por liderança indígena ou por advogados amigos, [...] que estão sempre na luta, né? Ou seja, eu tomei a decisão, por vários fatores, especialmente por medo [...] das forças de segurança públicas, né? [...]

Entrevista 10

00:54:57

É uma coisa que a gente aprendeu, primeiro, é [que] na maioria das situações, você não está só, né? Então, não [...] estar só, não se colocar, não potencializar o risco, a vulnerabilidade, não é bom; então, determinados espaços que eu [...] evito [...]; é tipo, tem uma grande festa, não sei lá, naquela condição, eu não vou, porque, é, ninguém sabe [...] quem está naquele espaço, né? [...]

Entrevista 13

01:33:41

Não fazer o mesmo caminho, evitar frequentar é, bares, evitar do não sei o quê, evitar de ficar sozinho, [...] manter rotina, né? A rotina facilita muito é uma série de medidas, digamos assim. Vai resolver? Não necessariamente, mas pelo menos [...] você, digamos, não facilita as coisas, né?

Outra grande parte dos/as entrevistados/as – 6 de 13 – apontou evitar ficar em situação de risco e/ou nunca se expor demais, inclusive nas redes sociais, como estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*.

Entrevista 1

00:50:49

Bom, eu não uso redes sociais, né? Eu não uso redes sociais. Eu tenho telefone de trabalho, telefone da escola e telefone pessoal, né? Eu não saio, é, todo dia, ao mesmo tempo, no

mesmo horário. Eu não faço o mesmo caminho, não pego o mesmo ônibus, é, eu tento mudar de aparência de roupa, uma hora tô com estilo, outra hora eu tô com outro. [...]

Entrevista 2

00:33:52

Sim, eu acho que um dos pontos é sempre [...] saber dentro dessa caminhada, na luta e na defesa, como usar as palavras certas, a quem você está falando e ter um certo cuidado de como você transita dentro dos vários espaços que podem ser de risco. Evitando assim, algum, algum ponto, algum, alguma falha que possa levar a correr risco; então, acho que ter uma lista [...] de coisas que devo fazer e que não devo fazer em determinados momentos, que não me ponha em evidência ou em mais risco do que já estou. São pontos assim que eu tenho [...] considerado dentro da minha atuação de ativista e de defensora de direitos humanos.

Entrevista 5

00:36:54

Eu já mencionei aquelas situações, né? A aquele vai isso já vem, né? Aqueles protocolos. Que utilizo, eu evito me colocar em situação de risco. De uma maneira como um todo.

Entrevista 10

00:54:57

É uma coisa que a gente aprendeu, primeiro, é [que] na maioria das situações, você não está só, né? Então, não [...] estar só, não se colocar, não potencializar o risco, a vulnerabilidade, não é bom; então, determinados espaços que eu [...] evito [...]; é tipo, tem uma grande festa, não sei lá, naquela condição, eu não vou, porque, é, ninguém sabe [...] quem está naquele espaço, né? [...]

Entrevista 11

01:02:13

[...] uma das primeiras medidas que eu aprendi é que [...] eu não sou dono da luta de ninguém, então, eu não reconheço que determinados processos, [...] seja uma causa minha, pessoal; então, eu tiro de mim, ponto de vista pessoal, o processo de luta, que não é meu; eu não trago pra mim, não sou protagonista não, sou um colaborador de um processo que envolve [...] ativos muito mais do que eu; então, essa é uma estratégia importante que eu aprendi ao longo da minha atuação, da minha caminhada. [...] Nesses tempos de grandes fluxos digitais, é, aprendi a não me dispor demais, de [não ter] muita visibilidade [...] De mim e de minha família; frequento muito pouco esse campo das redes sociais. Então, assim, como medidas autoprotetivas no campo da questão do mundo digital, eu procuro o mínimo me expor [...]. E sempre quando falo, [eu] falo a partir de uma fala mais política, de uma organização que tem atuação nacional, que tem uma história, que tem uma caminhada. Eu acredito que é isso que me dá uma garantia maior de proteção.

Entrevista 12

01:36:00

Para além do virtual. Que nós fizemos cursos, recebemos orientações, investimos tanto nas pessoas como na organização [...]

01:36:32

Eu não tenho nenhuma estratégia de proteção, a não ser não chegar muito tarde em casa, não ficar em qualquer lugar na rua, quando for para a rua tomar cerveja, ir para lugares mais seguros [...]

Entrevista 13

01:33:41

Não fazer o mesmo caminho, evitar frequentar é, bares, evitar do não sei o quê, evitar de ficar sozinho, [...] manter rotina, né? A rotina facilita muito é uma série de medidas, digamos assim. Vai resolver? Não necessariamente, mas pelo menos [...] você, digamos, não facilita as coisas, né?

Dois/duas entrevistados/as indicaram mudar caminhos com frequência como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*.

Entrevista 1

00:50:49

[...] Eu não saio, é, todo dia, ao mesmo tempo, no mesmo horário. Eu não faço o mesmo caminho, não pego o mesmo ônibus, é, eu tento mudar de aparência de roupa, uma hora tô com estilo, outra hora eu tô com outro. [...]

Entrevista 13

01:33:41

Não fazer o mesmo caminho, evitar frequentar é, bares, evitar do não sei o quê, evitar de ficar sozinho, [...] manter rotina, né? A rotina facilita muito é uma série de medidas, digamos assim. Vai resolver? Não necessariamente, mas pelo menos [...] você, digamos, não facilita as coisas, né?

Dois/duas entrevistados/as indicaram não usar redes sociais e/ou não deixar fotos das pessoas no site da organização como estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*.

Entrevista 1

00:50:49

Bom, eu não uso redes sociais, né? Eu não uso redes sociais. Eu tenho telefone de trabalho, telefone da escola e telefone pessoal, né? [...]

Entrevista 3

01:02:35

[...] eu acho que com autoproteção, tem esses aspectos individuais, de dizer para as pessoas, sempre onde eu tô, é, com quem eu vou estar, mas tem também esses cuidados, é, institucionais, da gente tirar as nossas fotos do site [...]

Dois/duas entrevistados/as indicaram sempre avisar aos/às companheiros/as e à família onde e com quem o/a DDH está como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*.

Entrevista 4

00:46:51

Primeiro que a minha atuação, ela não é individual, né? Ela está ligada a uma instituição, que é o centro de defesa dos seres humanos. Então, toda e qualquer ação que eu vá fazer, mesmo que eu vá fazer enquanto conselho ou que eu vá fazer enquanto [membro de movimento ou ONG] [...] tem um grupo de confiança que sabe onde eu vou, né? [...] onde eu vou, o que eu estou fazendo [...] Eu moro com meus filhos, e tem meu ex-marido, e a mãe dele [...] e minhas irmãs; então, todo mundo sabe onde eu estou, o que estou fazendo, sabe? Trabalhar o sigilo, é, primeiro trabalhar informação, né? As pessoas precisam saber o que que eu estou fazendo, onde eu estou. É, e sempre adotar os protocolos de segurança. [...]

Entrevista 3

01:02:35

[...] Então, eu tenho alguns combinados com os meus amigos [de] que eu não fico mais do que, sei lá, 5 horas sem dar a comunicação, sem me comunicar com ninguém, entendeu? [...] com autoproteção, tem esses aspectos individuais, de dizer para as pessoas, sempre aonde eu tó, é, com quem eu vou estar [...]

Um/a entrevistado/a indicou não ir para o embate direto com o perpetrador como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*.

Entrevista 6

00:01:40

[...] Que é nesse sentido de não, quando não necessário, não ir para o confronto; acho que é uma coisa que eu tenho aprendido a fazer, de delimitar e tentar achar meios para se resolver sem ir no embate direto com o grileiro [...] arrumar uma forma para chegar a resultados sem precisar fazer um confronto direto é uma das questões; eu acho que a outra [é] a gente tentar [...] sempre agir um pouco mais coletivamente, né?

Um/a outro/a entrevistado/a indicou conhecer seu espaço de atuação (campo de luta) como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*.

Entrevista 8

01:06:01

[...] para a defesa do meu trabalho, para [...] resguardar [...] minha segurança é preciso, primeiro, [...] conhecer o espaço. Eu vou utilizar aqui como figura de imagem a prostituição, uma esquina na rua, por exemplo, em que esteja trabalhando. Eu preciso conhecer aquele espaço. Eu preciso conhecer quem está transitando naquele espaço, e aí é muito difícil conhecer uma esquina na rua, porque os carros que passam ali, eles são muitos. Eles são

muito diversos, né? Não são os mesmos carros todos os dias, tem várias pessoas passando. Mas, minimamente, é preciso conhecer o entorno.

Um/a entrevistado/a indicou saber usar as palavras certas (comunicação) e/ou tomar cuidado com quem fala como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*.

Entrevista 2

00:33:52

Sim, eu acho que um dos pontos é sempre [...] saber dentro dessa caminhada, na luta e na defesa, como usar as palavras certas, a quem você está falando e ter um certo cuidado de como você transita dentro dos vários espaços que podem ser de risco. Evitando assim, algum, algum ponto, algum, alguma falha que possa levar a correr risco; então, acho que ter uma lista [...] de coisas que devo fazer e que não devo fazer em determinados momentos, que não me ponha em evidência ou em mais risco do que já estou. São pontos assim que eu tenho [...] considerado dentro da minha atuação de ativista e de defensora de direitos humanos.

Um/a entrevistado/a indicou morar em apartamento em vez de casa, usar carro branco (cor mais comum) e trabalhar em *home office* como estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*.

Entrevista 7

00:51:17

[...] A, a atuação que mais me causou [...] ameaças [...] foi a luta contra a violência policial. Porque na outra eu [...] faço assessoria [...], mas na luta [...] contra a violência policial você atua enquanto protagonista de uma luta, né? E eu sofri ameaça do serviço velado, né? Que é um serviço da Polícia Militar [...] Isso me fez mudar o meu modo de vida radicalmente [...], ou seja, doravante, com essas várias coisas e várias questões [...] [como, por exemplo,] carro sendo seguido ou coisa parecida, você vai tendo que mudar várias estratégias [...], ou seja, você deixa de morar em casa, você vai morar num apartamento, [...] com controle de entrada. [...] Você nunca mora no primeiro andar [...]. Você mora sempre no andar mais elevado e que tenha um controle, [que] não se libere [a entrada]. Então, isso significa aumento de valor [de moradia] [...]

Um/a entrevistado/a indicou não expor a família como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*.

Entrevista 1

00:50:49

[...] eu tinha muito cuidado, assim, [...] de não dar informações para minha família, de não expor a minha família. Tenho filha, ninguém sabe que eu tenho filha no movimento. São poucas as pessoas, né? Só quem é muito íntima mesmo. [...]

Um/a entrevistado/a indicou falar sempre em nome de um grupo, nunca individualmente, como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*.

Entrevista 3

01:02:35

[...] institucionalmente, para garantir essa autoproteção, [...] eu também tenho feito alguns movimentos, [...] de garantir que quando eu for falar, eu fale sempre em nome de um grupo, entendeu? [...] Por exemplo, agora para a CPI, as figuras públicas estão sendo marcadas, né? Então, quem for falar vai ser marcado como uma figura pública e, portanto, vão pessoalizar. [...] Então, é falar em nome de um grupo, garantir que outras pessoas também falem, garantir que outros [falem], que a gente se fortaleça em rede, entendeu? Que a gente se fortaleça, então, numa nota pública, para que é não fique tão individualizado, e os nossos rostos não sejam marcados [...]

Observa-se que os/as entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*, tais como: *nunca andar sozinho; evitar ficar em situação de risco e/ou nunca se expor demais, inclusive nas redes sociais; mudar caminhos com frequência; não usar redes sociais e/ou não deixar fotos das pessoas no site da organização; sempre avisar aos/às companheiros/as e à família onde e com quem o/a DDH está; não ir para o embate direto com o perpetrador; conhecer seu espaço de atuação (campo de luta); saber usar as palavras certas (comunicação) e/ou tomar cuidado com quem fala; morar em apartamento em vez de casa, usar carro branco (cor mais comum), e trabalhar em home office; não expor a família; falar sempre em nome de um grupo, nunca individualmente*. As falas revelam que DDDHs entrevistados/as possuem algum conhecimento das práticas de autoproteção que são recomendadas por organizações de referência na proteção de DDDHs, tais como *Protection International*⁹, *Frontline Defenders*¹⁰ e *Article 19*¹¹.

Entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas por DDDHs para a *autoproteção de sua coletividade*.

Parte dos/as entrevistados/as – 5 de 13 – indicou a realização de diálogo e/ou comunicação constantes com outros/as companheiros/as como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para a *autoproteção de sua coletividade*.

Entrevista 1

00:58:01

[...] Somos um movimento muito grande, movimento de mulheres. Nós temos mulheres no Estado todo, né? Então, a gente sempre cuida coletivamente [...], por a gente não ter financiamento próprio. [...] É que a gente sempre está trazendo as mulheres pra [diálogos] [...] a nossa oficina foi feita lá numa região que tem a maioria de mulheres, né? É na nossa

9 Protection International. Disponível em: www.protectioninternational.org/tools/protection-manuals/. Acesso em: 20 fev. 2024.

10 Frontline Defenders. Disponível em: www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/protection_manual_-_english.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

11 Article. 19 Disponível em: https://artigo19.org/wp-content/uploads/2014/11/guia_de_protecao_e_seguranca_para_comunicadores_e_defensores_de_direitos_humanos.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

região. [...] A gente procura um diálogo [...] coletivo dessa proteção, do cuidado [...] uma das outras, de construir essa rede [...] de solidariedade, de ver como é que está a saúde mental [...]. E de tentar [...] integrá-las, é, nesse plano maior, [...] que é a luta por defesa [...] das mulheres.

Entrevista 3

01:02:35

[...] Então, eu tenho alguns combinados com os meus amigos [de] que eu não fico mais do que, sei lá, 5 horas sem dar a comunicação, sem me comunicar com ninguém, entendeu? [...] com autoproteção, tem esses aspectos individuais, de dizer para as pessoas, sempre aonde eu tó, é, com quem eu vou estar [...]

Entrevista 7

00:58:50

[...] muito importante a comunicação com os outros [...] você saber para onde, para quem você liga no caso de uma comunidade, ele saber qual é o defensor que ele [pode ligar] [...] aí, no caso do defensor, defensor mesmo de direitos humanos, estou falando Defensoria Pública, né? É, pra quem que ele vai contatar, onde é que ele vai? Outra linha [é] [...] ter um canal de comunicação também, comunicação mesmo, imprensa que eu estou falando, rede social, você está sempre alertando de que aquela situação pode lhe causar perigo, ameaça, e uma catástrofe.

Entrevista 8

01:09:12

É exatamente passando essas informações para todo mundo, utilizando quase que cartilhas [...] hoje que bom que a gente tem os grupos de WhatsApp da vida, que você pode compartilhar, a partir dessas experiências, essas possibilidades que você pode se autodefender e, a partir delas, conseguir contemplar um número maior de pessoas. [...] A prática mais assertiva, na minha concepção, [é que] dá para fazer essa decisão compartilhada; é você utilizar [...] essas percepções de espalhar para as pessoas. E aí, como eu te disse, [minha entidade] tem essa capilaridade muito grande nesse processo; E isso surte efeito, porque você recebe informações e você dá informações, e essas informações compartilhadas, é a nível nacional. Elas acabam sendo aplicadas, replicadas e tendo um bom, é, engajamento e uma boa aceitação das pessoas. [...] isso tem feito, muito efeito nas nossas [...] articulações da defesa, e também temos um mecanismo, que é importante eu [...] deixar aqui registrado, que [são] esses aplicativos de denúncia, de violações, a gente tem um aplicativo na [minha entidade] chamado Dandara, que a gente usa sempre [...] para [...] orientar as pessoas que estejam em situação de risco de violência. Como é que elas podem ser resguardar pelo Brasil afora quando estiverem entrando nesse processo? Você pode denunciar as violações e também você pode acionar alguns espaços importantes que estão lá no aplicativo, para que essas pessoas possam ter a sua [...] segurança resguardada e não sofrer violência.

Entrevista 10

00:57:12

No caso da nossa entidade, uma das coisas que a gente faz, por exemplo, começa pelo próprio espaço da sede, a nossa sede, nosso espaço, a gente só tem uma entrada e uma saída, não temos várias portas, né? Então, isso é uma estratégia que a gente conseguiu construir nesse período. [E todas] as informações que a gente posta nas redes sociais, sempre depois da atividade ter acontecido; então, [...] a comunidade [...] fez lá uma oficina e vai postar uma foto, coisa assim, posta depois que aconteceu, nunca no processo, né? Nunca anuncia antes, né? Sempre depois até a gente também, ou muita gente nem coloca também, né? Esse também é um elemento. É deslocamento nosso para determinadas comunidades a gente sempre avisa a outros [DDDHs], a outras organizações, que fazem parte da rede; como a gente avisa, dois promotoras do Ministério Público Federal [...] diz: “Olha doutora [...], a gente vai nessa agenda tal, a gente tá saindo tal hora, passei pra informar”.

Quatro entrevistados/as indicaram fazer ações coletivas, de forma a direcionar o protagonismo para a coletividade e/ou evitar a personificação nas lutas, para deixar o foco na coletividade, como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para a *autoproteção de sua coletividade*.

Entrevista 2

00:36:35

[...] a gente tem trabalhado dentro do nosso território, esse caminhar juntos, né? É nunca fazer com que uma liderança seja muito, é, apareça demais do que as demais da comunidade. Então, uma ação é feita, é a comunidade que faz, é quem se coloca como um todo, é a comunidade, nunca dá ênfase a. De certa forma, tornar uma liderança acessível a colocar ela em risco. Então, acho que uma das estratégias [...] no território [indígena], [quando] a gente utiliza aqui qualquer ação, ela é feita por todos, né? Com toda uma rede de organizações ou uma organização ou uma comunidade, mas nunca individualizar a ação [...]

Entrevista 3

01:02:35

[...] institucionalmente, para garantir essa autoproteção, [...] eu também tenho feito alguns movimentos, [...] de garantir que quando eu for falar, eu fale sempre em nome de um grupo, entendeu? [...] Por exemplo, agora para a CPI, as figuras públicas estão sendo marcadas, né? Então, quem for falar vai ser marcado como uma figura pública e, portanto, vão pessoalizar. [...] Então, é falar em nome de um grupo, garantir que outras pessoas também falem, garantir que outros [falem], que a gente se fortaleça em rede, entendeu? Que a gente se fortaleça, então, numa nota pública, para que é não fique tão individualizado, e os nossos rostos não sejam marcados [...]

Entrevista 11

01:04:43

[...] a gente fala em nome de uma organização e não em nome de um nome, de uma pessoa, de um agente. Ele que fala, a gente procura dar visibilidade a partir da denúncia, não trazendo um só caso muito específico, mas trazendo também no âmbito de uma situação

[...] muito mais ampla, que afeta essa, mas também afeta tantas outras comunidades e tantas outras lideranças. A gente tem iniciado uma proteção também das informações que a gente trabalha, como há muitas informações delicadas, sensíveis. A gente estabelece diversos critérios [...] isso tudo é voltado também [...], lógico, para essa dimensão de uma proteção mais coletiva.

Entrevista 13

01:33:41

E uma outra grande questão, [...] na luta pelas causas é sempre a gente procurar não fortalecer muito a personificação das pessoas; apesar de na luta social, na tradição brasileira, [haver] necessidade [...] de uma referência muito grande, né? As massas precisam de uma referência, né? Nós temos uma carência, [...] Então, é a liderança das massas, é elas que escolhem. Né? Elas escolhem, é engraçado, é natural, né? É a [que] massa, escolhe o seu líder, né? Por “n” razões [...]

Dois/duas entrevistados/as indicaram a construção de rede de solidariedade e articulação em rede como estratégias e metodologias usadas por DDDHs para a *autoproteção de sua coletividade*.

Entrevista 1

00:58:01

[...] Somos um movimento muito grande, movimento de mulheres. Nós temos mulheres no Estado todo, né? Então, a gente sempre cuida coletivamente [...], por a gente não ter financiamento próprio. [...] É que a gente sempre está trazendo as mulheres pra [diálogos] [...] a nossa oficina foi feita lá numa região que tem a maioria de mulheres, né? É na nossa região. [...] A gente procura um diálogo [...] coletivo dessa proteção, do cuidado [...] uma das outras, de construir essa rede [...] de solidariedade, de ver como é que está a saúde mental [...]. E de tentar [...] integrá-las, é, nesse plano maior, [...] que é a luta por defesa [...] das mulheres.

Entrevista 6

01:13:18

É porque, nesse sentido, nós temos até uma certa facilidade, [...] porque nós temos, é, no Ministério Público Federal, muita gente [...] nós temos o Ministério Público Estadual e também promotores bons [...] nós conseguimos implantar o Programa de Proteção [aos/às DDDHs] [...] porque o Ministério Público entrou com ação contra o Estado para obrigar o Estado a implantar o plano proteção [aos/às DDDHs] [...]

Dois/duas entrevistados/as indicaram uso das redes sociais para dar visibilidade aos/às DDDHs como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para a *autoproteção de sua coletividade*.

Entrevista 8

01:09:12

[...] hoje que bom que a gente tem os grupos de WhatsApp da vida, que você pode compartilhar, a partir dessas experiências, essas possibilidades que você pode se autodefender e, a

partir delas, conseguir contemplar um número maior de pessoas. [...] E também temos um mecanismo, que é importante eu [...] deixar aqui registrado, que [são] esses aplicativos de denúncia, de violações, a gente tem um aplicativo na [minha entidade] chamado Dandara, que a gente usa sempre [...] para [...] orientar as pessoas que estejam em situação de risco de violência. [...]

Entrevista 10

00:57:12

[...] [E todas] as informações que a gente posta nas redes sociais, sempre depois da atividade ter acontecido; então, [...] a comunidade [...] fez lá uma oficina e vai postar uma foto, coisa assim, posta depois que aconteceu, nunca no processo, né? Nunca anuncia antes, né? Sempre depois até a gente também, ou muita gente nem coloca também, né? [...]

Dois/duas entrevistados/as indicaram conhecer bem o espaço de atuação (campo de luta), desde a sede da entidade até áreas de atuação concreta, como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para a *autoproteção de sua coletividade*.

Entrevista 7

00:58:02

Então, a proteção, a proteção, autoproteção. É primeiro conhecer muito bem todas as saídas do território, né? [...] tem um mapa que você traça por onde você pode sair mais seguro, por onde não for. Então, isso aqui faz parte da minha autoproteção, nunca, nunca andar sozinha, né? As câmeras de vigilância. As câmeras de controle dos espaços né? A câmera que vai olhar a minha casa, mas vai olhar os caminhos que dão acesso a minha casa. Isso é fundamental. Então, minha casa, não é minha, mas dentro da coletividade, né? A minha mesma nunca precisei, porque também eu moro no urbano, e urbano, é, hoje tudo é vigiado. Todos, todo lugar tem câmera, né?

Entrevista 10

00:57:12

No caso da nossa entidade, uma das coisas que a gente faz, por exemplo, começa pelo próprio espaço da sede, a nossa sede, nosso espaço, a gente só tem uma entrada e uma saída, não temos várias portas, né? Então, isso é uma estratégia que a gente conseguiu construir nesse período. [E todas] as informações que a gente posta nas redes sociais, sempre depois da atividade ter acontecido; então, [...] a comunidade [...] fez lá uma oficina e vai postar uma foto, coisa assim, posta depois que aconteceu, nunca no processo, né? Nunca anuncia antes, né? Sempre depois até a gente também, ou muita gente nem coloca também, né? Esse também é um elemento. É deslocamento nosso para determinadas comunidades a gente sempre avisa a outros [DDDHs], a outras organizações, que fazem parte da rede; como a gente avisa, duas promotoras do Ministério Público Federal [...] diz: “Olha doutora [...], a gente vai nessa agenda tal, a gente tá saindo tal hora, passei pra informar”.

Dois/duas entrevistados/as indicaram cuidado no trato das informações sensíveis como uma das estratégias e metodologias usadas por DDDHs para a *autoproteção de sua coletividade*.

Entrevista 4

00:51:11

[...] na minha realidade, tem informações que a gente só conversa no presencial, né? A gente não conversa no celular. Denúncias gravíssimas que envolvem Estado, que envolvem empresas, elas não podem ser conversadas por celular, elas têm que ser conversadas sempre pessoalmente; então, a gente sempre tem estratégia coletiva. O que eu falo é: “-Gente, tem uma situação que precisamos reunir”; então, a gente já sabe qual é a casa, qual é o lugar e [...] a palavra chave. Tem que largar tudo e ir.

Entrevista 11

01:04:43

[...] a gente fala em nome de uma organização e não em nome de um nome, de uma pessoa, de um agente. Ele que fala, a gente procura dar visibilidade a partir da denúncia, não trazendo um só caso muito específico, mas trazendo também no âmbito de uma situação [...] muito mais ampla, que afeta essa, mas também afeta tantas outras comunidades e tantas outras lideranças. A gente tem iniciado uma proteção também das informações que a gente trabalha, como há muitas informações delicadas, sensíveis. A gente estabelece diversos critérios [...] isso tudo é voltado também [...], lógico, para essa dimensão de uma proteção mais coletiva.

Um/a entrevistado/a indicou verificar a saúde mental de membros da coletividade como uma das estratégias e metodologias usadas por DDHH para a *autoproteção de sua coletividade*.

Entrevista 1

00:58:01

[...] A gente procura um diálogo [...] coletivo dessa proteção, do cuidado [...] uma das outras, de construir essa rede [...] de solidariedade, de ver como é que está a saúde mental [...]. E de tentar [...] integrá-las, é, nesse plano maior, [...] que é a luta por defesa [...] das mulheres.

Um/a entrevistado/a indicou nunca andar sozinho e ter câmaras de segurança nas casas, mas dentro da comunidade, como estratégias e metodologias usadas por DDDHs para a *autoproteção de sua coletividade*.

Entrevista 7

00:58:02

Então, a proteção, a proteção, autoproteção. É primeiro conhecer muito bem todas as saídas do território, né? [...] tem um mapa que você traça por onde você pode sair mais seguro, por onde não for. Então, isso aqui faz parte da minha autoproteção, nunca, nunca andar sozinha, né? As câmeras de vigilância. As câmeras de controle dos espaços né? A câmera que vai olhar a minha casa, mas vai olhar os caminhos que dão acesso a minha casa. Isso

é fundamental. Então, minha casa, não é minha, mas dentro da coletividade, né? A minha mesma nunca precisei, porque também eu moro no urbano, e urbano, é, hoje tudo é vigiado. Todos, todo lugar tem câmera, né?

Um/a entrevistado/a indicou planejar bem as ações antes de ir ao território como uma das estratégias e metodologias usadas por DDHH para a *autoproteção de sua coletividade*.

Entrevista 2

00:37:36

Outros também seriam mais as estratégias de logística de quando e como ir ao território, de como ir, e quando ir, como ir dentro do território e de como levar também a denúncia, as redes que precisam adentrar no campo para proteger aquele defensor ameaçado.

Um/a entrevistado/a indicou uso das redes sociais para dar visibilidade aos/às DDDHs como uma das estratégias e metodologias usadas por DDHH para a *autoproteção de sua coletividade*.

Entrevista 10

00:57:12

[...] Então, isso é uma estratégia que a gente conseguiu construir nesse período. [E todas] as informações que a gente posta nas redes sociais, sempre depois da atividade ter acontecido; então, [...] a comunidade [...] fez lá uma oficina e vai postar uma foto, coisa assim, posta depois que aconteceu, nunca no processo, né? Nunca anuncia antes, né? Sempre depois, até a gente também, ou muita gente nem coloca também, né?

Um/a entrevistado/a indicou ações específicas adotadas por DDDHs integrantes das comunidades indígenas – isolamento social, distanciamento dos conflitos e protagonismo nos conflitos – como estratégias e metodologias usadas por DDHH para a *autoproteção de sua coletividade*.

Entrevista 9

00:52:48

[...] eu vou tentar [...] comentar sobre [...] duas visões de mundo, é, com as quais eu convivo, que é dos *guarani mbyá* e que é dos *kaingang*. Os *guarani*, eles se autoprotegem porque eles não optam pelo estabelecimento de relações com estranhos, de maneira nenhuma, tá, eles usam a estratégia de ficarem sempre juntos e tendo qualquer conflito, eles se afastam do conflito, isso é uma proteção, né? Então, eles se autoprotegem tando junto e se afastando, estabelecem canais de relação externa para comércio, para compra [...] Só essa coisa mais assistencial? Então, é, tu tem um tipo de autoproteção aí, né? E como eles buscam não se envolver em conflitos, então, também você não tem nenhuma pessoa diretamente sendo visada, né? Então a coletividade que é visada, mas ele se [...] protege; então, esse é um aspecto. Outro, com relação aos *kaingang*, os *kaingang*, eles têm uma percepção de que se houver um conflito, eles precisam ser protagonistas na ação; então, eles têm como tática [...] pra se proteger, revidar, não necessariamente de forma física, não é; mas através de

alianças e articulações que eles estabelecem, né? Chega a ser um ponto que talvez a [ação] física seja a solução, porque pros *kaingang*, a lógica da pacificação é o conflito; o que [...] quero dizer [é que] para eles só haverá coesão se houver um conflito antes, né? Então, eles têm uma tática diferente, né? De se autoprotger, né? Quando eles percebem o conflito iminente, eles são protagonistas e isso dá para eles uma força interna, uma coesão interna muito grande; então, ali, ele se protege; então, dificilmente você vai chegar numa área *kaingang*, e vai querer fazer uma abordagem em relação a um líder sem passar antes por protetores desse líder, por pessoas que já estão no ambiente sabendo [...] do que que pode acontecer; então, eles têm uma lógica própria, assim, de autoproteção, e a família *kaingang*, ela é muito importante; então, o clã, ele protege, protege todos, né? Então, você tem um pouco essa organização social que ela é autoprotetiva, e se protege mesmo.

Os/as entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas por DDDHs para a *autoproteção de sua coletividade*, tais como: *a realização de diálogo e/ou comunicação constantes com outros/as companheiros/as; fazer ações coletivas, de forma a direcionar o protagonismo para a coletividade e/ou evitar a personificação nas lutas, para deixar o foco na coletividade; construção de rede de solidariedade e articulação em rede; uso das redes sociais para dar visibilidade aos/às DDDHs; conhecer bem o espaço de atuação (campo de luta), desde a sede da entidade até áreas de atuação concreta; cuidado no trato das informações sensíveis; verificar a saúde mental de membros da coletividade; nunca andar sozinho e ter câmaras de segurança nas casas, mas dentro da comunidade; planejar bem as ações antes de ir ao território; isolamento social e distanciamento dos conflitos (guarani *mbyá*) e protagonismo nos conflitos (*kaingang*). As falas confirmam que DDDHs entrevistados/as possuem certo entendimento das práticas de autoproteção de sua coletividade que são recomendadas por organizações de referência na proteção de DDDHs, tais como *Protection International*, *Frontline Defenders* e *Article 19*.*

Um achado interessante, todavia, refere-se ao caso das práticas de autoproteção de suas coletividades aplicadas por comunidades indígenas. A comunidade indígena *guarani mbyá* se utiliza da estratégia do isolamento, não mantendo relações de nenhuma natureza com estranhos, buscando, com isso, o afastando dos conflitos. A comunidade indígena *kaingang*, diferentemente da comunidade indígena *guarani mbyá*, prefere atuar como protagonista nos conflitos, não necessariamente com luta física, mas partindo para o enfrentamento, porque sua lógica de pacificação é o conflito.

2.2.2. Estratégias e metodologias utilizadas pelos DDDHs (individualidades e coletividades) de proteção recíproca (entre quem está diretamente envolvido no contexto de risco) na proteção popular¹²

Entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção recíproca*.

12 “A prática da *proteção recíproca* se dá na relação de cuidado entre pares, na troca recíproca entre os/as sujeitos participantes dentro de uma mesma organização e entre organizações aliadas. O acolhimento é a expressão da

Cinco entrevistados/as citaram o diálogo coletivo para construção de redes de proteção e solidarização dentro do território e/ou coletividade como uma das estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção recíproca*.

Entrevista 1

00:58:01

[...] Somos um movimento muito grande, movimento de mulheres. Nós temos mulheres no Estado todo, né? Então, a gente sempre cuida coletivamente [...], por a gente não ter financiamento próprio. [...] É que a gente sempre está trazendo as mulheres pra [diálogos] [...] A gente procura um diálogo [...] coletivo dessa proteção, do cuidado [...] uma das outras, de construir essa rede [...] de solidariedade [...] das mulheres.

Entrevista 2

00:40:16

Bom, na proteção recíproca, por exemplo, nas regiões assim de conflitos agrários, né? [...] uma das nossas experiências de proteção recíproca é ter uma rede de comunicação entre nós, né? [é saber] que estamos olhando a comunidade que está ali na zona de conflito, com equipes que estão no território próximo às redes de proteção; e essa comunicação é que tem que ser eficaz, eficiente, ajuda a socorrer na hora do risco. Então, por exemplo, tem comunidade lá [...] que, de repente, de uma hora para outra, a liderança, ela sofre ameaças, tentativa de ameaça ou tentativa de morte. Queimam a casa, queimam a casa de farinha, que ela produz farinha; logo, qualquer ameaça nesse sentido, há uma rede de comunicação entre nós que logo faz a proteção recíproca, e de certa forma protege a família [...]

Entrevista 7

00:58:50

[...] A proteção recíproca [...] veio primeiro. Eu tenho cuidado de não sair sozinho, né? Primeiro, para eu não sair sozinho, preciso de uma proteção recíproca de alguém que more próximo a mim, pra estar sempre junto comigo [...] nessa locomoção, né? Quando você é chamado para audiência, você também nunca ir só. Se você está no sistema de proteção, política de proteção, garante a escolta, né? Se você não está, mas garante que a comunidade está junto, né? Então, [...] é muito importante [...] a comunicação com os outros [...]

01:02:01

[...] Então, o que que ocorre? Nós tomamos, assim, muita consciência [...] de que [...] essa proteção só existe se tiver uma rede de proteção ali naquele território, e não é uma rede organizada, não é um fórum, não é isso; é uma rede de pessoas que atuam em rede para proteger aquela comunidade, para proteger aquela vida. [...]

proteção recíproca que se faz ternura. Por ele, cada singularidade pode se sentir amada, recolhida e reconhecida na presença dos/as outros/as. Ele é o modo mais prático de abrir-se ao cuidado de si mesmo/a no cuidado dos/as outros/as. Não há proteção popular de defensores e defensoras de direitos humanos sem o acolhimento de cada singularidade e sem que cada singularidade seja agente de acolhimento” (SMDH *et al.*, 2022, p. 28).

Entrevista 8

01:09:12

É exatamente passando essas informações para todo mundo, utilizando quase que cartilhas [...] hoje que bom que a gente tem os grupos de WhatsApp da vida, que você pode compartilhar, a partir dessas experiências, essas possibilidades que você pode se autodefender e, a partir delas, conseguir contemplar um número maior de pessoas. [...] A prática mais assertiva, na minha concepção, [é que] dá para fazer essa decisão compartilhada; é você utilizar [...] essas percepções de espalhar para as pessoas. E aí, como eu te disse, [minha entidade] tem essa capilaridade muito grande nesse processo; E isso surte efeito, porque você recebe informações e você dá informações, e essas informações compartilhadas, é a nível nacional. Elas acabam sendo aplicadas, replicadas e tendo um bom, é, engajamento e uma boa aceitação das pessoas. [...] isso tem feito, muito efeito nas nossas [...] articulações da defesa, e também temos um mecanismo, que é importante eu [...] deixar aqui registrado, que [são] esses aplicativos de denúncia, de violações, a gente tem um aplicativo na [minha entidade] chamado Dandara, que a gente usa sempre [...] para [...] orientar as pessoas que estejam em situação de risco de violência. Como é que elas podem ser resguardar pelo Brasil afora quando estiverem entrando nesse processo? Você pode denunciar as violações e também você pode acionar alguns espaços importantes que estão lá no aplicativo, para que essas pessoas possam ter a sua [...] segurança resguardada e não sofrer violência.

Entrevista 13

01:45:37

[...] Temos que fazer, nós, as organizações, as entidades também que têm que ter seus planos; então às vezes, você tem que recorrer ao Estado, infelizmente. Às vezes tem que buscar, né? Mesmo com a desconfiança, confiar nesse Estado, né? Mas, às vezes, você tem que buscar formas [...] de envolvê-los em alguns segmentos, tem que ter redes de proteção; quando a gente fala de proteção [...] a proteção não é só física, ela também tem que ser uma rede solidária e de apoio emocional, em que a pessoa, quando ela é retirada do seu habitat, [...] tem que ser deslocada pela questão [...] de manter-se em liberdade [...], mesmo que seja limitada [...] e viva. A pessoa sofre um impacto muito grande, não é fácil; você sair do seu habitat e do seu cotidiano, da sua rotina, do seu fazer para ter que ficar [protegido], né? Então, [...] o emocional das pessoas é muito abalado, e você tem que ter paciência [para] lidar com isso. Geralmente, as pessoas ficam revoltadas, está sendo vítima e se revolta com a própria pessoa que está querendo te cuidar. Não é uma tarefa simples. Eu já fui cuidado e já cuidei, eu já vivi essas duas situações [...]

Três entrevistados/as assinalaram o desenvolvimento da confiança recíproca entre membros da coletividade como estratégia fundamental para a *proteção recíproca*.

Entrevista 4

00:56:54

É, no meu contexto de atuação [...], ela é totalmente recíproca. É totalmente; eu [te] protejo, você me protege. E isso que dá nosso grupo de confiança. Assim, isso dá um grupo de confiança.

00:57:15

[...] eu falo que a [fulana], que a [beltrana], está fazendo, falam para mim que é fulano [que] está fazendo coisas erradas. Aí eu escuto. E vou resolver depois com aquela pessoa, porque se eu estourar ou responder essas provocações, eu quebro a reciprocidade. Eu quebro a relação de confiança. Então, tenho que ter muito cuidado com o que falo, com quem fala; isso aí eu aprendi, para não quebrar reciprocidade.

Entrevista 5

00:41:36

[...] eu penso que existe proteção recíproca. Ela [...] vai ser mais no âmbito pessoal [...]. É saber se essa compreensão, é, da necessidade da proteção de defesa enquanto defensor de direitos humanos; nesse lugar de defensor, é, às vezes, é um lugar muito mais pessoal. Assim, a gente gosta que a gente confia. Naturalmente, sempre essa parte de relações de confiança, mas são a partir das relações mais pessoais do que das relações políticas no meu campo.

Entrevista 11

01:06:49

[...] primeiramente a gente, é, estabelece canais de mútua confiança, muito entre os agentes mais próximos; então, a gente analisa que se determinada situação de ameaça que ocorreu seja o caso específico de um registro de uma ocorrência, a gente avalia até que ponto isso não vai ser uma retração ainda maior, ou, quando é o caso que de fato vale a pena, proceder com a denúncia; então, a gente dialoga entre si.

Dois/duas entrevistados/as aludiram a remoção dos/as DDDHs mais perseguidos/as da condição de “alvo”, transferindo-os/as do lugar, se preciso for, bem como a retirada das fotos de DDDHs ameaçados/as do site da entidade/organização/movimento como estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção recíproca*.

Entrevista 3

01:06:31

[...] eu acho que tem muito a ver com a proteção individual, mas também é garantir que algumas pessoas desse coletivo, que são mais perseguidas, elas consigam minimamente sair do alvo, entendeu? Sair [...] do movimento de perseguição [...]. A proteção coletiva [...] precisa entender [...] as especificidades de cada pessoa, sabe? [...] Algumas pessoas são mais alvo do que outras pessoas, e aí a gente precisa tirar essas pessoas dos alvos, né? Então, garantir que elas possam continuar falando e reverberando, mas tirar algumas pessoas do do alvo e, às vezes, tirar também do lugar [...] da ameaça [...] do ambiente da ameaça. [...] a gente está agora com uma Mãe de Santo que denunciou um Pai de Santo, [...] violentador, e ela está sendo ameaçada; então, eu acho que a gente precisa garantir que essa pessoa saia daquele lugar para que ela, é, saia da mira, entendeu? Então, eu acho que é um pouco também o meu papel, institucionalmente falando, é garantir que outros defensores também possam se comunicar com outros lugares, outros ambientes, [que] possam receber apoio financeiro para sair do lugar da ameaça [...].

Entrevista 6

01:21:16

[...] Saiu e [...] não queria retornar mais, [...] ela disse que ela falava [que] fisicamente, [ela] tem como como retornar, porque eu converso com ela, conversava [...] direto; eu não sei em que Estado que ela tava, que lugar, onde ela tava; eu só sei que ela tava no lugar que a internet não tá boa [...] só sei isso, mas eu não sei onde é que ela tá, não sei não [...]

Dois/duas entrevistados/as apontaram a busca do apoio do Estado (proteção institucional) como uma das estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção recíproca*.

Entrevista 7

00:58:50

[...] A proteção recíproca [...] veio primeiro. Eu tenho cuidado de não sair sozinho, né? Primeiro, para eu não sair sozinho, preciso de uma proteção recíproca de alguém que more próximo a mim, pra estar sempre junto comigo [...] nessa locomoção, né? Quando você é chamado para audiência, você também nunca ir só. Se você está no sistema de proteção, política de proteção, garante a escolta, né? Se você não está, mas garante que a comunidade está junto, né? Então, [...] é muito importante [...] a comunicação com os outros [...]

Entrevista 13

01:45:37

Temos que fazer, nós, as organizações, as entidades também que têm que ter seus planos; então, às vezes, você tem que recorrer ao Estado, infelizmente. Às vezes tem que buscar, né? Mesmo com a desconfiança, confiar nesse Estado, né? Mas, às vezes, você tem que buscar formas [...] de envolvê-los em alguns segmentos [...]

Um/a entrevistado/a indicou a formação em pedagogia da proteção coletiva como uma das estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção recíproca*.

Entrevista 2

00:42:28

Primeiro, a gente tem optado pela formação sobre a proteção coletiva ou a pedagogia da proteção coletiva através de oficinas [...] e visita a essas unidades, de diálogo com as lideranças. Segundo momento é [que] fazendo essas oficinas a gente tem observado determinadas lideranças em situações de risco; então, produzir, ali dentro desse processo de comunicação, de diálogo e de acompanhamento, uma análise de risco; até que ponto essa comunidade, essa liderança, tá ameaçada. Seguindo a situação, [sabendo] qual é o conflito existente, é possível a incidência, é possível uma denúncia aos órgãos competentes para que ajam dentro daquele território, diminuindo o nível de vulnerabilidade daquela liderança, daquela comunidade e, por último, justamente incidindo [junto] ao Estado para que se defina uma política de proteção [para] aquele território, com encaminhamentos e com acompanhamento junto a esses órgãos competentes; [isso] se não levar este caso até a situação internacional, como aconteceu, por exemplo, no caso dos *yanomamis* como aconteceu com os casos dos *mundurucu*.

Um/a entrevistado/a indicou a necessidade de se assegurar ferramentas jurídicas e políticas para proteger DDDHs ameaçados/as como uma das estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção recíproca*.

Entrevista 9

00:57:55

[Minha entidade] tem uma [...] organização [...] que [...] consegue acompanhar as distintas situações de seus missionários e missionárias; então, havendo qualquer possibilidade de uma ameaça mais contundente [minha entidade] age [...] através de sua organização, no sentido de assegurar ferramentas jurídicas e políticas para proteger aquele que é ameaçado; e nós fizemos isso muitas vezes já, a gente removeu pessoas de um lugar para outro, é, pessoas que ficaram em determinado lugar, que só nós [...] sabíamos; então, [minha entidade] consegue organicamente fazer [...] esse acompanhamento, e é muito eficaz, muito eficiente, né? Só quem é muito relapso dentro da instituição é que não vai atrás de buscar, né? Internamente, essa relação de proteção de [DDDHs ameaçados/as], é porque a gente tem esse pertencimento, né? E como a gente é organizado em regionais, e nós temos uma sistemática de informes diários [...]

Um/a entrevistado/a mencionou evitar ir até a comunidade e ficar mais voltado ao trabalho interno na instituição como uma das estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção recíproca*.

Entrevista 10

00:59:52

Olha, na entidade, a gente considera que todos nós estamos em risco, né? Aliás, todos nós estamos em risco, [...] pela condição de atuação [...] quem não vai na comunidade, vai em outra, quem não vai nos quilombolas, vai [na] dos indígenas; então, é uma condição de todos, acabamos estando [todos/as] nessa situação. Agora, quando [há] [...] algo direcionado, foi dito que iam nos pegar; aí, a gente sai um pouco de cena, né? A gente deixa de ir na comunidade, a gente [...] se restringe mais ao trabalho interno, na instituição [...]

Um/a entrevistado/a citou aplicação de estratégias de cuidados como uma das estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção recíproca*.

Entrevista 12

01:43:03

Eu falei para você, a gente faz essas estratégias aí de cuidado, a gente leva para casa da outra, todo mundo vai visitar aquela que não estava muito bem, que ficou impactada com determinada atividade que estava envolvida. A gente chama e convida, vamos fazer uma atividade mais. É de cuidado? Vamos cozinhar? Vamos ouvir música? Essa é a estratégia nossa.

Os/as entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção recíproca*, tais como: *diálogo coletivo para construção de redes de proteção e solidarização dentro do território e/ou coletividade; desenvolvimento da confiança recíproca entre membros da coletividade; remoção*

*dos/as DDDHs mais perseguidos/as da condição de “alvo”, transferindo-os/as do lugar, se preciso for, bem como a retirada das fotos de DDDHs ameaçados/as do site da entidade/ organização/movimento; busca do apoio do Estado (proteção institucional); formação em pedagogia da proteção coletiva; a necessidade de se assegurar ferramentas jurídicas e políticas para proteger DDDHs ameaçados/as; evitar ir até a comunidade e ficar mais voltado ao trabalho interno na instituição; aplicação de estratégias de cuidados. Vê-se, aqui também, que as falas comprovam que DDDHs entrevistados/as possuem compreensão das práticas de proteção recíproca que são recomendadas por organizações de referência na proteção de DDDHs, tais como *Protection International*, *Frontline Defenders* e *Article 19*, bem como pelo Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos¹³.*

Outro achado interessante refere-se ao caso da prática de criação de redes para comunicação e proteção recíproca entre DDDHs na coletividade, ou seja, a criação de redes solidárias e de apoio emocional, o que envolve a formação em pedagogia da proteção coletiva, nos moldes indicados pelo Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, sobretudo por tratar dos impactos negativos que a atuação na defesa da democracia e direitos humanos e na busca por justiça social pode causar à saúde mental de DDDHs. Isso é importante porque favorece a realização de pressões junto ao Estado para a definição da política pública de proteção de DDDHs, ou seja, favorece a busca do apoio do Estado (proteção institucional), o que indica que a relação entre a proteção popular e a proteção institucional é aceitável, apesar de nem sempre desejável, como estratégia de proteção da sociedade civil organizada.

Entrevistados/as enunciaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *reciprocamente (troca mútua) se protegerem*¹⁴.

Cinco entrevistados/as indicaram a realização de diálogos constantes sobre proteção recíproca como uma das estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *reciprocamente (troca mútua) se protegerem*.

Entrevista 2

00:40:16

Bom, na proteção recíproca, por exemplo, nas regiões assim de conflitos agrários, né? [...] uma das nossas experiências de proteção recíproca é ter uma rede de comunicação entre nós, né? [é saber] que estamos olhando a comunidade que está ali na zona de conflito, com equipes que estão no território próximo às redes de proteção; e essa comunicação é que tem que ser eficaz, eficiente, ajuda a socorrer na hora do risco. Então, por exemplo, tem comunidade lá [...] que, de repente, de uma hora para outra, a liderança, ela sofre ameaças, tentativa de ameaça ou tentativa de morte. Queimam a casa, queimam a casa de farinha, que ela produz farinha; logo, qualquer ameaça nesse sentido, há uma rede de comunicação entre nós que logo faz a proteção recíproca, e de certa forma protege a família [...]

13 Sementes de Proteção. Disponível em: <https://sementesdeprotecao.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

14 Notar que as respostas podem se confundir/convergir, indicando, possivelmente, haver confusão ou falta de distinção entre entrevistados/as quanto às estratégias usadas por DDDHs para a proteção recíproca e aquelas usadas por coletividades de DDDHs para reciprocamente se protegerem.

Entrevista 4*01:00:12*

Pra mim, [...] no quesito da autoproteção [...], eu não posso quebrar o que está orientado nos protocolos já estabelecidos. Porque quando você se coloca muito em risco, [você se pergunta:] “-Como que eu vou contribuir para o cuidado e proteção daqueles que estão comigo no coletivo? [...] às vezes o meu excesso pode colocar os meus colegas em risco, né? Então, a gente conversa muito sobre isso, sabe? Todo encontro, toda reunião, reuniões essas para conversar sobre isso, [sobre] o que você está fazendo, onde você está indo? [...] Você acha que isso tá bacana, ou não tá, né? Principalmente quando eu falo: “-Gente, estou muito cansada, estou com medo”; então, vou conversar, né? Estou com receio, né? Quando aparece isso, [...] essa situação vai me deixando intranquila. Tô com medo, tá me deixando intranquila, né? Então, é seguir as orientações [...] pré-estabelecidas. [...]

Entrevista 5*00:42:38*

Eu penso, de maneira de centralizada, de maneira não estruturada, diálogos, eles têm ocorrido.

Entrevista 6*01:24:49*

É porque nós temos, por um lado, a própria [entidade]; sim, eles têm um nível do local, eles tentam fazer a discussão no local, na medida do possível. Eles mesmos, dentro do grupo, [...] [e] se tem conseguido [...] muita informação entre eles, estratégica [...] eles sabem, depois nós sabemos através das liderança ou através da direção do movimento; a gente sabe as informações que você conseguiria captar [...] e descobrir [que] não tem uma emboscada, [ou] tem negócio; então, eles sempre [sabem] ou [tem] informações também de você, você ter uma empregada de um fazendeiro lá, e ela está lá, aí depois ela passa [a informação] [...]

Entrevista 8*01:09:12*

É exatamente passando essas informações para todo mundo, utilizando quase que cartilhas [...] hoje que bom que a gente tem os grupos de WhatsApp da vida, que você pode compartilhar, a partir dessas experiências, essas possibilidades que você pode se autodefender e, a partir delas, conseguir contemplar um número maior de pessoas. [...] A prática mais assertiva, na minha concepção, [é que] dá para fazer essa decisão compartilhada; é você utilizar [...] essas percepções de espalhar para as pessoas. E aí, como eu te disse, [minha entidade] tem essa capilaridade muito grande nesse processo; E isso surte efeito, porque você recebe informações e você dá informações, e essas informações compartilhadas, é a nível nacional. Elas acabam sendo aplicadas, replicadas e tendo um bom, é, engajamento e uma boa aceitação das pessoas. [...] isso tem feito, muito efeito nas nossas [...] articulações da defesa, e também temos um mecanismo, que é importante eu [...] deixar aqui registrado, que [são] esses aplicativos de denúncia, de violações, a gente tem um aplicativo na [minha entidade] chamado Dandara, que a gente usa sempre [...] para [...] orientar as pessoas que estejam em situação de risco de violência. Como é que elas podem ser resguardar pelo Brasil afora quando estiverem entrando nesse processo? Você pode denunciar as violações

e também você pode acionar alguns espaços importantes que estão lá no aplicativo, para que essas pessoas possam ter a sua [...] segurança resguardada e não sofrer violência.

Um/a entrevistado/a indicou a realização de diálogo coletivo para a proteção e construção de rede de solidariedade como uma das estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *reciprocamente (troca mútua) se protegerem*.

Entrevista 1

00:58:01

[...] Somos um movimento muito grande, movimento de mulheres. Nós temos mulheres no Estado todo, né? Então, a gente sempre cuida coletivamente [...], por a gente não ter financiamento próprio. [...] É que a gente sempre está trazendo as mulheres pra [diálogos] [...] a nossa oficina foi feita lá numa região que tem a maioria de mulheres, né? É na nossa região. [...] A gente procura um diálogo [...] coletivo dessa proteção, do cuidado [...] uma das outras, de construir essa rede [...] de solidariedade, de ver como é que está a saúde mental [...]. E de tentar [...] integrá-las, é, nesse plano maior, [...] que é a luta por defesa [...] das mulheres.

Um/a entrevistado/a indicou o desenvolvimento da confiança recíproca entre membros da coletividade como uma das estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *reciprocamente (troca mútua) se protegerem*.

Entrevista 11

01:06:49

[...] primeiramente, a gente, é, estabelece canais de mútua confiança, muito entre os agentes mais próximos; então, a gente analisa se determinada situação de ameaça que ocorreu seja o caso específico de um registro de uma ocorrência; a gente avalia até que ponto [...] isso não vai ser uma retração ainda maior, ou quando é o caso que de fato vale a pena, é, proceder com a denúncia, então, a gente dialoga entre si. Nós temos um caso muito específico de uma companheira agente da [entidade], que vizinhos perceberam movimentação estranha determinadas horas da noite, né? Lá na rua dela, fotografava portão da casa, fotografava o número da casa, e a gente adotou algumas medidas de instalar uma iluminação [na] parte do quintal, para ao lado de fora, é, vídeo monitoramento. E aí, com essas observações [...], formalizamos uma denúncia, e descobrimos que as pessoas que estavam fazendo esse processo de monitoramento ali, eram umas pessoas vinculadas a uma empresa de segurança que pertencia ao ex-policial. [...]

Um/a entrevistado/a indicou a formação em pedagogia da proteção coletiva como uma das estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *reciprocamente (troca mútua) se protegerem*.

Entrevista 2

00:42:28

Primeiro, a gente tem optado pela formação sobre a proteção coletiva ou a pedagogia da proteção coletiva através de oficinas [...] e visita a essas unidades, de diálogo com as

lideranças. Segundo momento é [que] fazendo essas oficinas a gente tem observado determinadas lideranças em situações de risco; então, produzir, ali dentro desse processo de comunicação, de diálogo e de acompanhamento, uma análise de risco; até que ponto essa comunidade, essa liderança, tá ameaçada. Seguindo a situação, [sabendo] qual é o conflito existente, é possível a incidência, é possível uma denúncia aos órgãos competentes para que ajam dentro daquele território, diminuindo o nível de vulnerabilidade daquela liderança, daquela comunidade e, por último, justamente incidindo [junto] ao Estado para que se defina uma política de proteção [para] aquele território, com encaminhamentos e com acompanhamento junto a esses órgãos competentes; [isso] se não levar este caso até a situação internacional, como aconteceu, por exemplo, no caso dos *yanomamis* como aconteceu com os casos do *mundurucu*.

Um/a entrevistado/a apontou a remoção dos/as DDDHs mais perseguidos/as da condição de “alvo”, transferindo-os/as do lugar, se preciso for, bem como a retirada das fotos de DDDHs ameaçados/as do site da entidade/organização/movimento como estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *reciprocamente (troca mútua) se protegerem*.

Entrevista 3

01:06:31

[...] eu acho que tem muito a ver com a proteção individual, mas também é garantir que algumas pessoas desse coletivo, que são mais perseguidas, elas consigam minimamente sair do alvo, entendeu? Sair [...] do movimento de perseguição [...]. A proteção coletiva [...] precisa entender [...] as especificidades de cada pessoa, sabe? [...] Algumas pessoas são mais alvo do que outras pessoas, e aí a gente precisa tirar essas pessoas dos alvos, né? Então, garantir que elas possam continuar falando e reverberando, mas tirar algumas pessoas do do alvo e, às vezes, tirar também do lugar [...] da ameaça [...] do ambiente da ameaça. [...] a gente está agora com uma Mãe de Santo que denunciou um Pai de Santo, [...] violentador, e ela está sendo ameaçada; então, eu acho que a gente precisa garantir que essa pessoa saia daquele lugar para que ela, é, saia da mira, entendeu? Então, eu acho que é um pouco também o meu papel, institucionalmente falando, é garantir que outros defensores também possam se comunicar com outros lugares, outros ambientes, [que] possam receber apoio financeiro para sair do lugar da ameaça [...].

Um/a entrevistado/a citou evitar ir até a comunidade e ficar mais voltado ao trabalho interno na instituição como estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *reciprocamente (troca mútua) se protegerem*.

Entrevista 10

00:59:52

Olha, na entidade, a gente considera que todos nós estamos em risco, né? Aliás, todos nós estamos em risco, [...] pela condição de atuação [...] quem não vai na comunidade, vai em outra, quem não vai nos quilombolas, vai [na] dos indígenas; então, é uma condição de todos, acabamos estando [todos/as] nessa situação. Agora, quando [há] [...] algo direciona-

do, foi dito que iam nos pegar; aí, a gente sai um pouco de cena, né? A gente deixa de ir na comunidade, a gente [...] se restringe mais ao trabalho interno, na instituição [...]

Um/a entrevistado/a mencionou aplicação de estratégias de cuidados evitar ir até a comunidade e ficar mais voltado ao trabalho interno na instituição como estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDHH para *reciprocamente (troca mútua) se protegerem*.

Entrevista 12

01:43:03

Eu falei para você, a gente faz essas estratégias aí de cuidado, a gente leva para casa da outra, todo mundo vai visitar aquela que não estava muito bem, que ficou impactada com determinada atividade que estava envolvida. A gente chama e convida, vamos fazer uma atividade mais. É de cuidado? Vamos cozinhar? Vamos ouvir música? Essa é a estratégia nossa.

Um/a entrevistado/a citou a busca de apoio do Estado (proteção institucional) e a criação de redes de proteção de DDDHs na coletividade (redes solidárias e de apoio emocional) como estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *reciprocamente (troca mútua) se protegerem*.

Entrevista 13

01:45:37

[...] Temos que fazer, nós, as organizações, as entidades também que têm que ter seus planos; então às vezes, você tem que recorrer ao Estado, infelizmente. Às vezes tem que buscar, né? Mesmo com a desconfiança, confiar nesse Estado, né? Mas, às vezes, você tem que buscar formas [...] de envolvê-los em alguns segmentos, tem que ter redes de proteção; quando a gente fala de proteção [...] a proteção não é só física, ela também tem que ser uma rede solidária e de apoio emocional, em que a pessoa, quando ela é retirada do seu habitat, [...] tem que ser deslocada pela questão [...] de manter-se em liberdade [...], mesmo que seja limitada [...] e viva. A pessoa sofre um impacto muito grande, não é fácil; você sair do seu habitat e do seu cotidiano, da sua rotina, do seu fazer para ter que ficar [protegido], né? Então, [...] o emocional das pessoas é muito abalado, e você tem que ter paciência [para] lidar com isso. Geralmente, as pessoas ficam revoltadas, está sendo vítima e se revolta com a própria pessoa que está querendo te cuidar. Não é uma tarefa simples. Eu já fui cuidado e já cuidei, eu já vivi essas duas situações [...]

Os/as entrevistados/as enunciaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *reciprocamente (troca mútua) se protegerem*, tais como: *diálogos constantes sobre proteção recíproca; diálogo coletivo para a proteção e construção de rede de solidariedade; articulação com redes de proteção externas (movimentos, organizações, DDDHs, instituições estatais etc.), inclusive para acompanhar/assessorar os programas de proteção aos/às indígenas; desenvolvimento da confiança recíproca entre membros da coletividade; formação em pedagogia da proteção coletiva; remoção dos/as DDDHs mais perseguidos/as da condição de “alvo”, transferindo-os/as do lugar, se preciso for, bem como a retirada das fotos de DDDHs ameaçados/*

as do site da entidade/organização/movimento; evitar ir até a comunidade e ficar mais voltado ao trabalho interno na instituição; aplicação de estratégias de cuidados evitar ir até a comunidade e ficar mais voltado ao trabalho interno na instituição; busca de apoio do Estado (proteção institucional) e criação de redes de proteção de DDDHs na coletividade (redes solidárias e de apoio emocional). Observa-se, novamente, que as falas convergem para a compreensão de que DDDHs entrevistados/as sabem das práticas de para DDDHs reciprocamente se protegerem que são recomendadas por organizações de referência na proteção de DDDHs, tais como *Protection International*, *Frontline Defenders* e *Article 19*, bem como pelo Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos¹⁵.

Um outro achado interessante refere-se à prática de proteção como processo de irradiação de solidariedade, ou seja, um/a DDH recebe a proteção de outro/a DDH, que, por sua vez, quando possível, repassa a proteção a outro/a DDH, em um processo de difusão positiva das ações protetivas e de companheirismo. Isso é importante porque evidencia a autoconsciência de DDDHs como lutadores/as de direitos humanos que possuem uma causa a desenvolver, não por obrigação, mas por escolha própria, o que envolve a preferência pela proteção de todos/as os companheiros/as que atuam associadamente.

2.2.3. Estratégias e metodologias utilizadas pelos DDDHs (individualidades e coletividades) de proteção solidária (apoio solidário, de quem não está imediatamente envolvido no contexto de risco) na proteção popular¹⁶

Entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção solidária*¹⁷.

Seis entrevistados/as indicaram a construção de diálogo coletivo e construção de rede de solidariedade como estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção solidária*.

Entrevista 1

00:58:01

[...] É que a gente sempre está trazendo as mulheres pra [diálogos] [...] a nossa oficina foi feita lá numa região que tem a maioria de mulheres, né? É na nossa região. [...] A gente procura um diálogo [...] coletivo dessa proteção, do cuidado [...] uma das outras, de construir essa rede [...] de solidariedade [...]

15 Notar que foram utilizadas as mesmas respostas para perguntas diferentes porque durante as entrevistas os temas foram tratados de forma entrelaçada por alguns/algumas entrevistados/as.

16 “A prática de *proteção solidária* se constrói nas relações mais amplas nas quais se assume compromissos que vão além da reciprocidade e que alcançam a gratuidade, o doar-se sem esperar em troca. Por isso é que ela abre para o projeto coletivo que produz *incidência conjunta* por meio da qual não importa a quem se precisa proteger o que importa é que há que se proteger e isso funda a responsabilidade ética que toma o/a outro/a ao próprio encargo, simplesmente por ser um/a sujeito/a necessitado/a. Longe de interesses e preferências, trata-se de alimentar e fazer valer necessidades substantivas, desejos autênticos e que se abrem ao usufruto e à fruição como realização para todos/as e não para uns poucos empanturrados em meio a multidões de famélicos” (SMDH *et al.*, 2022, p. 29).

17 Notar que as respostas podem se confundir/convergir (mesma resposta), indicando, possivelmente, haver confusão ou falta de distinção entre entrevistados/as quanto às estratégias usadas por DDDHs para a *proteção recíproca* (item 3.2.2) e por DDDHs para a *proteção solidária* (item 3.2.3).

Entrevista 2

00:40:16

Bom, na proteção recíproca, por exemplo, nas regiões assim de conflitos agrários, né? [...] uma das nossas experiências de proteção recíproca é ter uma rede de comunicação entre nós, né? [é saber] que estamos olhando a comunidade que está ali na zona de conflito, com equipes que estão no território próximo às redes de proteção; e essa comunicação é que tem que ser eficaz, eficiente, ajuda a socorrer na hora do risco. Então, por exemplo, tem comunidade lá [...] que, de repente, de uma hora para outra, a liderança, ela sofre ameaças, tentativa de ameaça ou tentativa de morte. Queimam a casa, queimam a casa de farinha, que ela produz farinha; logo, qualquer ameaça nesse sentido, há uma rede de comunicação entre nós que logo faz a proteção recíproca, e de certa forma protege a família [...]

00:44:04

[...] Não só isso. Muitas vezes o caso se resolve no mesmo Estado, né? Então, eu acho que, [proteção] recíproca, ela entra entre a ajuda da proteção territorial até a proteção estadual. E aí, quando a gente não consegue, ela avança um pouco mais para o internacional [proteção solidária]

Entrevista 4

01:02:00

No meu contexto, a proteção solidária, ela acontece de que forma? A gente tem dentro do movimento ou dentro da própria [entidade], pessoas, são aquelas que [...] vão pro front. Se eu falar com elas hoje, elas vão junto e tem aquelas que, solidariamente, vão atuar de uma outra forma, seja com recurso, seja dizendo: “Olha, eu não sou do enfrentamento, mas [...] pode contar comigo aqui”, [...] ou, se na atuação que você vai fazer lá, precisar de deslocar alguém, [a pessoa diz:] “-Eu estou com a casa à disposição para receber” [...]. A gente tem muito ajuda de recurso [...] as pessoas compreendem que ajudar na minha proteção é contribuir com uma gasolina, com o que vai ter naquele espaço que você vai de proteção, naquele encontro que vocês vão tratar desse tema, o que a gente pode ajudar que não seja estar junto diretamente. Então, essa proteção solidária, eu sinto ela todo momento, ela acontece [...] de instituição para instituição, de instituição pra pessoa; internamente, dentro da minha instituição [...]

01:03:28

[...] A gente tem [entidade de direitos humanos], que a gente sabe que pode contar com ela o tempo inteiro. A gente tem os organismos da Igreja [...] que é fora da instituição, é uma instituição que atua muito solidariamente com a gente e entra num grupo de confiança. Fora assim, sabe? Ela não está nem dentro da [entidade], mas é um grupo de confiança. Aconteceu alguma coisa, a gente reúne com os organismos da Igreja, com [movimentos sociais e populares], [...] que são instituições que a gente confia.

01:04:05

[...] e que em algum momento, solidariamente, contribui com recurso porque compreende que precisa, [que] a gente não tem; tem gente que chega e fala assim: “-Esse dinheiro aqui, ó, é pra você”. [...]

Entrevista 7**00:58:50**

[...] A proteção solidária, eu diria que a mesma coisa você saber para onde [ir], para quem você liga; no caso de uma comunidade, ela saber qual é o defensor [...] no caso do defensor, defensor mesmo de direitos humanos, [...] pra quem que ele vai contatar, onde é que ele vai? Outra [...] linha [...] é ter um canal de comunicação também, comunicação mesmo, imprensa que eu estou falando, rede social, você está sempre alertando de que aquela situação pode lhe causar perigo, ameaça [...]

01:02:01

[...] Proteção solidária, né? Eu recebo de alguém que ela não está [junto no território], e se aquilo acontecer [...] com aquela comunidade, ele não é impactado, mas [...] como nós estamos todos [juntos], [como] lutadores de direitos humanos, você tem uma causa a fazer. Então, você não tem obrigação de fazer, você não está envolvido para o fazer; [mas faz!] Agora, [...] como é que isso funciona? [O funcionamento dá-se] por irradiação [...]. Então, o que [é] que ocorre? Nós tomamos, assim, muita consciência [...] de que isso, essa proteção, só existe se tiver uma rede de proteção ali naquele território, e não é uma rede organizada, não é um fórum, não é isso; é uma rede de pessoas que atuam em rede para proteger aquela comunidade, para proteger aquela vida. [...]

01:05:41

[De articulação de rede e de formação de base?] Isso, é, formação mesmo, de rede, de atuação em rede. Mais do que rede, atuação em rede. Ou seja, pode ser pessoa. Pode não ser um lutador, a pessoa pode ser uma organização comunitária, pode ser uma pastoral, né? [...]

Entrevista 9**01:01:33**

A solidária, aí eu acho que a gente conta com outros, não é? Com outros, com outros movimentos, outras organizações, inclusive as estatais, né? Então, nós tivemos já na [minha entidade] [...] pessoas que ficaram dentro do Programa de Proteção [de DDDHs] por muito tempo [...] até cessar o ambiente de perseguição e ameaça [...] Nós não temos ainda nenhuma relação aqui no Sul, é, com o Programa de Proteção [DDDHs], mas nós temos a proteção solidária, por exemplo, de todas as entidades que atuam e que conhecem a questão indígena [...] em geral, elas têm um olhar atento [...] para a ação da [minha entidade], para ação de outras instituições que trabalham com comunidades indígenas [...] Então, a gente tem uma rede externa muito importante que nos dão suporte, né? Aqui, a gente tem a RENAP, e qualquer coisa que eu precise ou qualquer ameaça, eu aciono, por exemplo, os advogados da RENAP, né? [...] então, a gente consegue criar, assim, uma relação muito importante, e tem as entidades do âmbito da Igreja [...]; então, qualquer situação que possa envolver conflito, ameaça, esses órgãos e organismos [...] vão estar articulados para promover a defesa daquele ou daquela defensora de direitos humanos; assim como [minha entidade] se coloca, também sempre à disposição; então, há uma rede de proteção solidária que funciona permanentemente, sem que a gente às vezes se dê conta de que ela tá ali funcionando, entendeu? Que eu acho que isso é o mais importante de tudo; então,

quando há algo aciona-se a rede e essa rede [...] se articula e faz um ambiente de debate, reflexão e proteção.

Entrevista 12

01:44:10

Nós temos um que nos apoia, que nos ajuda em realização de oficinas, em realização de encontros, encontros de oficinas para esse fim. E pensar, cuidar do coletivo, solidariedade, é, a gente tem feito com o coletivo de autocuidado pelas meninas [...] É [o] que nos dá apoio, suporte, nós temos uma turma. Isso faz com a gente [se sinta segura] e faz nossos grupos, que a gente trabalha, [também se sentirem seguros].

Dois/duas entrevistados/as indicaram acolhimento de DDDHs removidos de outros Estados por estarem ameaçados/as como uma das estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção solidária*.

Entrevista 10

01:02:33

[...] fatos desta magnitude, nunca; nunca a gente teve necessidade em lançar mão com o nosso grupo, ok? Agora a gente já [atuou na proteção] solidária, em perspectiva de ter acolhido grupos, pessoas de outros Estados, entendeu? Lá no Estado, a gente não tem Programa de Proteção [de DDDHs], né? Então, o Programa Federal [PPDDH-Federal], a equipe técnica federal, por ironia, sempre recorre à gente em determinadas situações, né? Então, uma dessas situações, por 2 vezes [...], tá recebendo defensores [...] de outros Estados, né? Lá no Estado, né, que precisou ser retirado para que a gente desse assistência [para que as pessoas pudessem] orientar-se, acolher-se na cidade [...] Então, isso já aconteceu em duas situações conosco.

Entrevista 11

01:12:42

Normalmente outras equipes acolhem a pessoa, geralmente [de] um outro Estado; nós temos inclusive gente [...], que pela sua atuação, não pode mais voltar lá; assim, já faz pelo menos uns 5 anos, e toda vez que se faz análise de risco, percebe-se que ainda não é tempo de voltar para onde há 5 anos a pessoa está fora; esse é um caso muito específico em que a gente conseguiu apoio de outras pessoas fora até contexto de luta pela terra; mas, às vezes, é uma equipe de outra [...] regional ou, às vezes, parentes também; que estão em outras regiões, que acolhem, mas isso são casos muito extremos; não é qualquer caso que a gente tira as pessoas do seus lugares de atuação, são casos extremos.

Um/a entrevistado/a indicou a necessidade de sair do lugar de risco, nunca sair sozinho e/ou acionar o Judiciário e/ou as forças policiais como estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção solidária*.

Entrevista 3

01:09:22

[...] a gente tem uma rede importante, nacional, internacional, [...] a gente não trabalha de modo isolado, de jeito nenhum [...] É a partir do momento que alguém, é, nos aciona, para dizer que está sob risco, [que] a gente [busca] garantir que essa pessoa possa, na melhor das hipóteses, sair do lugar de risco, e fazer todos os esforços [...] para que [quanto a essa] pessoa o risco não vire um fato concreto, entendeu? Então, é acionar as forças judiciárias, as forças policiais; [...] tem pessoas dentro da força policial que podem, é, que se interessam, entendeu? Em fazer um bom trabalho. Então, eu acho que ter isso mapeado, ter essas forças mapeadas, desses agentes mapiados, para a gente poder não ficar inventando a informar quando for preciso a gente poder acessar de uma maneira que as pessoas consigam, é, ter o seu direito garantido. Eu acho que eu fui falando durante os outros, né? A autoproteção e a proteção recíproca que eu fui falando um pouco sobre essa pessoa solidária, mas me fica muito presente, é, os esforços que a gente precisa reunir, inclusive financeiro, para a gente poder garantir que algumas pessoas tenham condições de sair do lugar do risco e que, minimamente, ela consiga, é, ter a sua subsistência, sabe? Sair, você sai do seu lugar de trabalho, e sair de tudo, como é que você vai viver? Então, eu acho que está muito conectado nesse lugar também.

Um/a entrevistado/a indicou o aporte financeiro para ações emergenciais como uma das estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção solidária*.

Entrevista 8

01:11:51

A gente tem feito também uma participação [...] nessa proteção solidária, mas de fato a gente não tem uma linha de atuação para ela, porque a gente percebe que a atuação solidária [...] pode até ter um mecanismo como esse que eu te falei, mas ela requer, em alguns momentos, algum ajuste melhor; e até de aporte financeiro para essa pessoa se deslocar, né? Acho que o Projeto Sementes tem uma linha dessa, que eu acho que é importante, que é de, naquele processo daquela ameaça, ajudar aquela pessoa que está sendo ameaçada; um exemplo, que apareceu em uma dessas nossas reuniões, foi que tinha uma pessoa que estava sendo ameaçada e que ela tinha a casa dela totalmente atacada. Era uma casa de Candomblé, e que o projeto designou compra de câmeras, é, de segurança para instalar nesse espaço. Isso é uma ação importante porque a câmera de segurança, apesar de ela não impedir, ela inibe as pessoas de praticar esses atos; mas até mesmo de aportar recursos para essa pessoa sair daquela localidade para um outro lugar, entrar no Programa de Proteção às Testemunhas, que também é importante, ou de ter até uma, é, indicação solidária de uma outra instituição, de um outro Estado [...] [Minha entidade] não atua nessa parte, nesse contexto, porque não tem essas possibilidades mais orientadas. Está sempre acompanhando algumas pessoas, especialmente pessoas trans, e nós temos uma que precisou sair do Brasil, que foi para o Canadá, porque estava numa zona dessa de risco. Denunciou policiais no Estado [...] e foi preciso retirar do Estado para que ela tivesse seu direito humano resguardado. Ela está hoje vivendo no Canadá; então, essa prática é preciso de recursos. É preciso de recursos de recursos consideráveis para fazer essa ação emergente. [...]

Os/as entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção solidária*, tais como: *diálogo coletivo e construção de rede de solidariedade; sair do lugar de risco, nunca sair sozinho e/ou acionar o Judiciário e/ou as forças policiais; acolhimento de DDDHs removidos de outros Estados por estarem ameaçados/as; aporte financeiro para ações emergenciais*. As falas igualmente convergem para a compreensão de que DDDHs entrevistados/as sabem das práticas de proteção solidária que são recomendadas por organizações de referência na proteção de DDDHs tais como *Protection International, Frontline Defenders e Article 19*, bem como pelo Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos¹⁸.

Outro achado interessante alude à prática de se acionar o Poder Judiciário e/ou as forças policiais, posto que tais instituições geralmente são utilizadas para a criminalização de DDDHs. Isso evidencia similarmente que entidades, movimentos e/ou coletivos buscam o apoio do Estado (proteção institucional) para ter acesso, por exemplo, à Defensoria Pública e/ou à escolta policial sempre que necessário, o que indica, aqui também, que a relação entre a proteção popular e a proteção institucional é admissível, apesar de não desejável, como estratégia de proteção da sociedade civil organizada.

Entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *se protegerem solidariamente*¹⁹.

A maioria dos/as entrevistados/as – 7 de 13 – indicou o diálogo coletivo para a proteção e construção de rede de solidariedade como uma das estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *se protegerem solidariamente*.

Entrevista 1

00:58:01

[...] É que a gente sempre está trazendo as mulheres pra [diálogos] [...] a nossa oficina foi feita lá numa região que tem a maioria de mulheres, né? É na nossa região. [...] A gente procura um diálogo [...] coletivo dessa proteção, do cuidado [...] uma das outras, de construir essa rede [...] de solidariedade [...].

Entrevista 2

00:40:16

Bom, na proteção recíproca, por exemplo, nas regiões assim de conflitos agrários, né? [...] uma das nossas experiências de proteção recíproca é ter uma rede de comunicação entre nós, né? [é saber] que estamos olhando a comunidade que está ali na zona de conflito, com equipes que estão no território próximo às redes de proteção; e essa comunicação é que tem que ser eficaz, eficiente, ajuda a socorrer na hora do risco. Então, por exemplo, tem comunidade lá [...] que, de repente, de uma hora para outra, a liderança, ela sofre ameaças, tentativa de ameaça ou tentativa de morte. Queimam a casa, queimam a casa de farinha,

18 Notar que foram utilizadas as mesmas respostas para perguntas diferentes porque durante as entrevistas os temas foram tratados de forma entrelaçada por alguns/algumas entrevistados/as.

19 Notar que as respostas podem se confundir/convergir (mesma resposta), indicando, possivelmente, haver confusão ou falta de distinção entre entrevistados/as no tocante às estratégias usadas por *DDDHs para a proteção solidária e coletividades de DDDHs para se protegerem solidariamente*.

que ela produz farinha; logo, qualquer ameaça nesse sentido, há uma rede de comunicação entre nós que logo faz a proteção recíproca, e de certa forma protege a família [...]

00:42:28

Primeiro, a gente tem optado pela formação sobre a proteção coletiva ou a pedagogia da proteção coletiva através de oficinas [...] e visita a essas unidades, de diálogo com as lideranças. Segundo momento é [que] fazendo essas oficinas a gente tem observado determinadas lideranças em situações de risco; então, produzir, ali dentro desse processo de comunicação, de diálogo e de acompanhamento, uma análise de risco; até que ponto essa comunidade, essa liderança, tá ameaçada. Seguindo a situação, [sabendo] qual é o conflito existente, é possível a incidência, é possível uma denúncia aos órgãos competentes para que ajam dentro daquele território, diminuindo o nível de vulnerabilidade daquela liderança, daquela comunidade e, por último, justamente incidindo [junto] ao Estado para que se defina uma política de proteção [para] aquele território, com encaminhamentos e com acompanhamento junto a esses órgãos competentes; [isso] se não levar este caso até a situação internacional, como aconteceu, por exemplo, no caso dos *yanomamis* como aconteceu com os casos do *mundurucu*.

00:44:04

[...] Não só isso. Muitas vezes o caso se resolve no mesmo Estado, né? Então, eu acho que, [proteção] recíproca, ela entra entre a ajuda da proteção territorial até a proteção estadual. E aí, quando a gente não consegue, ela avança um pouco mais para o internacional [proteção solidária]

Entrevista 3

01:09:22

[...] a gente tem uma rede importante, nacional, internacional, [...] a gente não trabalha de modo isolado, de jeito nenhum [...] É a partir do momento que alguém, é, nos aciona, para dizer que está sob risco, [que] a gente [busca] garantir que essa pessoa possa, na melhor das hipóteses, sair do lugar de risco, e fazer todos os esforços [...] para que [quanto a essa] pessoa o risco não vire um fato concreto, entendeu? Então, é acionar as forças judiciárias, as forças policiais; [...] tem pessoas dentro da força policial que podem, é, que se interessam, entendeu? Em fazer um bom trabalho. Então, eu acho que ter isso mapeado, ter essas forças mapeadas, desses agentes mapiados, para a gente poder não ficar inventando a informar quando for preciso a gente poder acessar de uma maneira que as pessoas consigam, é, ter o seu direito garantido. Eu acho que eu fui falando durante os outros, né? A autoproteção e a proteção recíproca que eu fui falando um pouco sobre essa pessoa solidária, mas me fica muito presente, é, os esforços que a gente precisa reunir, inclusive financeiro, para a gente poder garantir que algumas pessoas tenham condições de sair do lugar do risco e que, minimamente, ela consiga, é, ter a sua subsistência, sabe? Sair, você sai do seu lugar de trabalho, e sair de tudo, como é que você vai viver? Então, eu acho que está muito conectado nesse lugar também.

Entrevista 9

00:57:55

[...] E como a gente é organizado em regionais e nós temos uma sistemática de informes diários, eu, todo dia, eu informo para o meu jornal o que que eu estou fazendo; quando eu estava na Europa, lá com vocês, [...] eu fazia um informe de onde eu estava, o que nós fizemos, com quem nós estávamos, o que que a gente fez; então, essa relação também [...] ajuda para proteger [...] os indígenas são extremamente atentos porque na região, eles conseguem acompanhar e ouvir, e ser informados em muitos lugares, do que se passa naquele ambiente e quem é mais visado ou menos visado, né? E eles, em geral, também nos acolhem, nos informam a respeito disso [...]

01:08:07

[...] nós somos [solidários], mesmo aqueles que não gostam muito de ti, se for nessa hora [de risco, ameaça ou perigo, eles] vão estar contigo, para o que der e vier.

Entrevista 10

01:02:33

[...] fatos desta magnitude, nunca; nunca a gente teve necessidade em lançar mão com o nosso grupo, ok? Agora a gente já [atuou na proteção] solidária, em perspectiva de ter acolhido grupos, pessoas de outros Estados, entendeu? Lá no Estado, a gente não tem Programa de Proteção [de DDDHs], né? Então, o Programa Federal [PPDDH-Federal], a equipe técnica federal, por ironia, sempre recorre à gente em determinadas situações, né? Então, uma dessas situações, por 2 vezes [...], tá recebendo defensores [...] de outros Estados, né? Lá no Estado, né, que precisou ser retirado para que a gente desse assistência [para que as pessoas pudessem] orientar-se, acolher-se na cidade [...] Então, isso já aconteceu em duas situações conosco.

Entrevista 11

01:14:23

A gente discute muito sobre rede de proteção, né? Então, nós temos diversas realidades em que a gente é capaz de [acolher], dependendo da situação, já acolhi; Então, dentro da [minha entidade] existe um outro [aspecto] [...] de garantir a proteção dos companheiros a partir do acolhimento, [saber se] [...] posso dar essas condições [...] razoáveis [...] de permanência. Há casos em que é necessário a gente apostar num tratamento terapêutico [...] nesse contexto de ouvir de outra [instituição], nós constituímos também um apoio internacional, que foram organizações na França que [se] colocaram [à] disposição para acolher, caso houvesse alguma necessidade [...] então, eles, conjunto de organizações, que se colocavam [à disposição] diante de uma ameaça iminente, de uma possível retirada, [para dar] [...] todo esse suporte de acolhimento, àquele ou àquela que estivesse em situação de risco muito grave.

Entrevista 12

01:45:07

Nós trabalhamos com o pessoal da FAU, a FAU é quem mais nós responde; então, nós tivemos [liderança religiosa] ameaçada pelos evangélicos; nós enviamos um projeto de

captação de recursos para proteção, para câmera, para o cuidado com ela; então, a FAU é quem mais nos atende. Toda vez que nós temos casos que precisam de algumas estratégias de segurança, o Fundo de Apoio Urgente é nosso parceiro principal [...].

Dois/duas entrevistados/as apontaram a realização de diagnóstico (análise de risco) e a elaboração de plano de ação protetiva como estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *se protegerem solidariamente*.

Entrevista 7

01:30:03

[...] O que possa [ser] aquilo que aconteceu? As pessoas, os trabalhadores, eles, os trabalhadores no chão assim, né? A população atingida [...] foi pro Programa de Proteção [de DDDHs]. Nós trabalhamos com elaboração de um plano de ação protetiva, onde inclusive a incidência, é, dentro de uma incidência. Como a denúncia e tudo mais faz parte do plano de ação protetiva deles, né? Porque a gente, como é que a gente faz o plano? Quando a gente faz o diagnóstico da situação, e aí ver quais ações [vão] impedir o avanço dessa ameaça, né? E aí, tem avanços de medidas de incidência de autoproteção de “n” coisas. E aí, terminou que aqueles que eram os que faziam a proteção solidária daquela banda também foram abraçadas; então, a gente teve que fazer um plano de ação protetiva. Eles não aceitaram tanto o programa; então, esses aqui estão no programa, na política pública, mas as pessoas que eram solidárias, não aceitaram, mas a gente teve que ir sentar, fazer o mesmo trabalho e fazer um plano de proteção, e eles estão numa estratégia de proteção popular [...]. Eles não quiseram proteção institucional, não quiseram entrar no programa, mas usam canais institucionais, entendeu?

Entrevista 2

00:40:16

Bom, na proteção recíproca, por exemplo, nas regiões assim de conflitos agrários, né? [...] uma das nossas experiências de proteção recíproca é ter uma rede de comunicação entre nós, né? [é saber] que estamos olhando a comunidade que está ali na zona de conflito, com equipes que estão no território próximo às redes de proteção; e essa comunicação é que tem que ser eficaz, eficiente, ajuda a socorrer na hora do risco. Então, por exemplo, tem comunidade lá [...] que, de repente, de uma hora para outra, a liderança, ela sofre ameaças, tentativa de ameaça ou tentativa de morte. Queimam a casa, queimam a casa de farinha, que ela produz farinha; logo, qualquer ameaça nesse sentido, há uma rede de comunicação entre nós que logo faz a proteção recíproca, e de certa forma protege a família [...]

00:42:28

Primeiro, a gente tem optado pela formação sobre a proteção coletiva ou a pedagogia da proteção coletiva através de oficinas [...] e visita a essas unidades, de diálogo com as lideranças. Segundo momento é [que] fazendo essas oficinas a gente tem observado determinadas lideranças em situações de risco; então, produzir, ali dentro desse processo de comunicação, de diálogo e de acompanhamento, uma análise de risco; até que ponto essa comunidade, essa liderança, tá ameaçada. Seguindo a situação, [sabendo] qual é o conflito existente, é possível a incidência, é possível uma denúncia aos órgãos competentes

para que ajam dentro daquele território, diminuindo o nível de vulnerabilidade daquela liderança, daquela comunidade e, por último, justamente incidindo [junto] ao Estado para que se defina uma política de proteção [para] aquele território, com encaminhamentos e com acompanhamento junto a esses órgãos competentes; [isso] se não levar este caso até a situação internacional, como aconteceu, por exemplo, no caso dos *yanomamis* como aconteceu com os casos do *mundurucu*.

00:44:04

[...] Não só isso. Muitas vezes o caso se resolve no mesmo Estado, né? Então, eu acho que, [proteção] recíproca, ela entra entre a ajuda da proteção territorial até a proteção estadual. E aí, quando a gente não consegue, ela avança um pouco mais para o internacional [proteção solidária]

Dois/duas entrevistados/as apontaram a busca de apoio do Estado (proteção institucional), acionando-se o Poder Judiciário e/ou as forças policiais, como uma das estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *se protegerem solidariamente*.

Entrevista 3

01:09:22

[...] a gente tem uma rede importante, nacional, internacional, [...] a gente não trabalha de modo isolado, de jeito nenhum [...] É a partir do momento que alguém, é, nos aciona, para dizer que está sob risco, [que] a gente [busca] garantir que essa pessoa possa, na melhor das hipóteses, sair do lugar de risco, e fazer todos os esforços [...] para que [quanto a essa] pessoa o risco não vire um fato concreto, entendeu? Então, é acionar as forças judiciárias, as forças policiais; [...] tem pessoas dentro da força policial que podem, é, que se interessam, entendeu? Em fazer um bom trabalho. Então, eu acho que ter isso mapeado, ter essas forças mapeadas, desses agentes mapiados, para a gente poder não ficar inventando a informar quando for preciso a gente poder acessar de uma maneira que as pessoas consigam, é, ter o seu direito garantido. Eu acho que eu fui falando durante os outros, né? A autoproteção e a proteção recíproca que eu fui falando um pouco sobre essa pessoa solidária, mas me fica muito presente, é, os esforços que a gente precisa reunir, inclusive financeiro, para a gente poder garantir que algumas pessoas tenham condições de sair do lugar do risco e que, minimamente, ela consiga, é, ter a sua subsistência, sabe? Sair, você sai do seu lugar de trabalho, e sair de tudo, como é que você vai viver? Então, eu acho que está muito conectado nesse lugar também.

Entrevista 9

00:57:55

[Minha entidade] tem uma [...] organização [...] que [...] consegue acompanhar as distintas situações de seus missionários e missionárias; então, havendo qualquer possibilidade de uma ameaça mais contundente [minha entidade] age [...] através de sua organização, no sentido de assegurar ferramentas jurídicas e políticas para proteger aquele que é ameaçado; e nós fizemos isso muitas vezes já, a gente removeu pessoas de um lugar para outro, é, pessoas que ficaram em determinado lugar, que só nós [...] sabíamos; então, [minha enti-

dade] consegue organicamente fazer [...] esse acompanhamento, e é muito eficaz, muito eficiente, né? Só quem é muito relapso dentro da instituição é que não vai atrás de buscar, né? Internamente, essa relação de proteção de [DDDHS ameaçados/as], é porque a gente tem esse pertencimento, né? [...]

01:08:07

[...] nós somos [solidários], mesmo aqueles que não gostam muito de ti, se for nessa hora [de risco, ameaça ou perigo, eles] vão estar contigo, para o que der e vier.

Entrevista 13

01:45:37

[...] Temos que fazer, nós, as organizações, as entidades também que têm que ter seus planos; então às vezes, você tem que recorrer ao Estado, infelizmente. Às vezes tem que buscar, né? Mesmo com a desconfiança, confiar nesse Estado, né? Mas, às vezes, você tem que buscar formas [...] de envolvê-los em alguns segmentos, tem que ter redes de proteção; quando a gente fala de proteção [...] a proteção não é só física, ela também tem que ser uma rede solidária e de apoio emocional, em que a pessoa, quando ela é retirada do seu habitat, [...] tem que ser deslocada pela questão [...] de manter-se em liberdade [...], mesmo que seja limitada [...] e viva. A pessoa sofre um impacto muito grande, não é fácil; você sair do seu habitat e do seu cotidiano, da sua rotina, do seu fazer para ter que ficar [protegido], né? Então, [...] o emocional das pessoas é muito abalado, e você tem que ter paciência [para] lidar com isso. Geralmente, as pessoas ficam revoltadas, está sendo vítima e se revolta com a própria pessoa que está querendo te cuidar. Não é uma tarefa simples. Eu já fui cuidado e já cuidei, eu já vivi essas duas situações [...]

Um/a entrevistado/a citou a relevância de aporte financeiro como uma das estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHS para *se protegerem solidariamente*.

Entrevista 8

01:11:51

A gente tem feito também uma participação [...] nessa proteção solidária, mas de fato a gente não tem uma linha de atuação para ela, porque a gente percebe que a atuação solidária [...] pode até ter um mecanismo como esse que eu te falei, mas ela requer, em alguns momentos, algum ajuste melhor; e até de aporte financeiro para essa pessoa se deslocar, né? Acho que o Projeto Sementes tem uma linha dessa, que eu acho que é importante, que é de, naquele processo daquela ameaça, ajudar aquela pessoa que está sendo ameaçada; um exemplo, que apareceu em uma dessas nossas reuniões, foi que tinha uma pessoa que estava sendo ameaçada e que ela tinha a casa dela totalmente atacada. Era uma casa de Candomblé, e que o projeto designou compra de câmeras, é, de segurança para instalar nesse espaço. Isso é uma ação importante porque a câmera de segurança, apesar de ela não impedir, ela inibe as pessoas de praticar esses atos; mas até mesmo de aportar recursos para essa pessoa sair daquela localidade para um outro lugar, entrar no Programa de Proteção às Testemunhas, que também é importante, ou de ter até uma, é, indicação solidária de uma outra instituição, de um outro Estado [...] [Minha entidade] não atua nessa parte, nesse contexto, porque não tem

essas possibilidades mais orienta. Está sempre acompanhando algumas pessoas, especialmente pessoas trans, e nós temos uma que precisou sair do Brasil, que foi para o Canadá, porque estava numa zona dessa de risco. Denunciou policiais no Estado de Pernambuco e foi preciso retirar do Estado para que ela tivesse seu direito humano resguardado. Ela está hoje vivendo no Canadá; então, essa prática é preciso de recursos. É preciso de recursos, de recursos consideráveis para fazer essa ação emergente. [...]

Os/as entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas por *coletividades* de DDDHs para *se protegerem solidariamente*, tais como: *diálogo coletivo para a proteção e construção de rede de solidariedade; a realização de diagnóstico (análise de risco) e elaboração de plano de ação protetiva; a busca de apoio do Estado (proteção institucional), acionando-se o Poder Judiciário e/ou as forças policiais; aporte financeiro*. As falas identicamente revelam que DDDHs entrevistados/as possuem determinado conhecimento das práticas de proteção usadas por *suas coletividades* para *se protegerem solidariamente* que são recomendadas por organizações de referência na proteção de DDDHs, tais como *Protection International, Frontline Defenders e Article 19*, bem como pelo Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos²⁰.

Aqui também há de se identificar como proeminente o achado que alude à prática de se buscar o apoio do Estado (proteção institucional), acionando-se o Poder Judiciário e/ou as forças policiais, posto que, como dito antes, tais instituições são comumente empregadas para a criminalização de DDDHs. Isso evidencia, como já argumentado, que entidades, movimentos e/ou coletivos procuram o apoio do Estado (proteção institucional) para ter acesso, por exemplo, à Defensoria Pública e/ou escolta policial sempre que necessário, o que indica, similarmente, que a relação entre a proteção popular e a proteção institucional é admissível, apesar de não desejável, como estratégia de proteção da sociedade civil organizada. Há de se notar, não obstante, que algumas entidades possuem estrutura suficiente para assegurar ferramentas jurídicas e políticas para proteger o/a DDH ameaçado/a e, por isso, a busca do apoio estatal ocorre apenas quando os esforços da proteção popular mostram-se insuficientes para a solução do problema (risco, ameaça e/ou perigo) que afeta o/a DDH.

Outro achado relevante refere-se à prática de se buscar o apoio das redes de solidariedade nacional e internacional, o que demonstra que DDDHs evitam trabalhar de modo isolado, por questões de segurança e companheirismo, e, de tal modo, dialogam constantemente entre si e com entidades parceiras, de forma a fortalecer a construção de redes de solidariedade domésticas e externas.

Outra descoberta importante refere-se à prática de diagnóstico e elaboração de plano de ação protetiva, o que se coaduna com a construção da pedagogia da proteção coletiva, em consonância com as recomendações elaboradas e/ou recomendadas pelo Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos²¹.

20 Notar que foram utilizadas as mesmas respostas para perguntas diferentes porque durante as entrevistas os temas foram tratados de forma entrelaçada por alguns/algumas entrevistados/as.

21 Sementes de Proteção. Disponível em: <https://sementesdeprotecao.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 7 fev. 2024.

2.2.4. Relações entre as práticas de proteção popular e a proteção institucional

A maioria dos/as entrevistados/as – 9 de 13 – indicou que as relações entre as práticas de *proteção popular* (sociedade civil) e a *proteção institucional* (estatal) não são satisfatórias.

Entrevista 2

00:50:36

Bem difícil. Porque muitas vezes é a proteção solidária entre as redes que não são Estados, que não são governo, [...] que de certa forma protege um defensor de direitos humanos do que o próprio programa de proteção. Um caso: uma senhora ameaçada no território de avanço de grileiros no Estado [...]. Ela está no programa de proteção, ela recebeu uma ameaça e teve que ser retirada; foi retirada pela rede coletiva social popular para outro território. Passou 6 meses deslocada naquele território; nesses 6 meses, o Programa de Proteção [de DDDHs] não ligou para ela nem sabia onde ela estava, e [...] nem interesse teve. Como é que pode alguém ter proteção institucional quando um programa agiu dessa forma? Ela hoje tem a vida salva por causa da proteção popular.

Entrevista 5

00:44:32

A fragilidade orçamentária, a fragilidade das próprias estratégias de proteção, assim, de capilaridade territorial, nós temos hoje poucos Estados, pouquíssimos Estados com programas de proteção.

Entrevista 6

01:29:26

Não [é satisfatório] porque o Estado [não cumpre seu] [...] papel [...] constitucional [...] de garantir a segurança das pessoas [...] Estado não age nas causas [e, por isso,] [...] não vai resolver o problema [...] eu acho que uma das questões era justamente que o Estado poderia agir [...] então, acho que é uma das questões; a outra, eu acho que você ainda olha a proteção muito do indivíduo, [...] no máximo se estende à família dele; você não pode [...] convencer um programa de proteção que tem que ser uma proteção mais coletiva [...]

Entrevista 7

01:32:23

[...] o que a proteção institucional faz? [...] acessar a política pública para atender [...] as pessoas [...] na área de saúde, saúde [...], transporte para a escolta, [...] quando eles precisam sair daquela comunidade causaria risco. Então, isso aqui funciona muita proteção institucional. A celeridade do processo [...] Mas a proteção popular, onde que ela atinge? Ela atinge o cuidado naquela comunidade, ou seja, ficar atento às movimentações [...] que são feitas em torno daquela comunidade; que a proteção solidária, às vezes, é uma pessoa que mora numa cidade e que vê o acesso, a movimentação de carros; então, isso aqui é proteção solidária. E esse é o primeiro olhar que a gente tem, né? Às vezes esses aqui estão ameaçados, [mas] [...] nem chegaram ainda a saber que [...] está tendo uma movimentação na cidade para

atingir eles; mas a gente já vai saber por conta da proteção que está em torno, né? Então, não existe nenhum tipo de casos [em] que as pessoas estejam em proteção institucional, [...] no programa de proteção, que ao seu redor, não [tenha] uma proteção solidária [...]

Entrevista 10

01:12:35

Bom, vamos lá, eu vou pegar [uma] comunidade [de] negros, que está no Programa de Proteção [a DDDHs]. Primeiro, os caras, eles, é, quase não vão na [comunidade], como não tem o programa no Estado, eles não saem daqui de Brasília para ir lá na comunidade; os atendimentos que eles fazem [limitam-se a fazer] [...] uma ligação, marcar uma chamada de vídeo; é, assim, e nós estamos lá, aí nós vamos lá e fazemos e aplicamos toda metodologia de proteção popular [...]

Entrevista 11

01:24:43

Um pouco antes de a gente trazer pro campo mais das bases, é, nosso campo de atuação, esse debate sobre proteção institucional, a gente já fazia essa proteção popular, as comunidades já eram provocadas, [...] já discutiam, é, suas formas, suas estratégias de autoproteção. E dentro dessa perspectiva, dessa proteção mais autônoma. Então, a gente sempre apostou muito nesse campo, na autonomia dessas formas de proteção das próprias comunidades do movimento. Acho que isso nunca deixou de existir; agora, quando a gente avança nesse campo da proteção institucional, [...] diante de um momento em que a gente acreditava que nossos processos democráticos estavam mais sólidos, fortes, [...] a gente estava vivendo uma trajetória política no país em que acreditava ser mais confiante; então, a gente avançou muito nesse campo [...] de apostar na possibilidade de proteção institucional. É várias lideranças que a gente acompanhava foram incluídas em programas de proteção, é, várias delas receberam escolta, acompanhamento mais direto das forças de segurança; mas, aí, depois a gente acaba caindo num momento histórico de retrocesso muito grande que nos dá uma chacoalhada, assim, de incertezas; eu acho que enquanto a gente, é, estar envolvido em processos que se contrapõem aos interesses de empresas, do próprio Estado, porque não querem reconhecer os direitos desses povos, vão adotar medidas políticas que garanta com mais certeza esses direitos. Eu acho que vai ficar sempre muito difícil da gente, é, demandar o próprio Estado com a intervenção direta no sentido de proteger, é, as pessoas. [...] Mas continuamos diante de determinados casos de que as nossas condições não são suficientes e apostando que programas de proteção, quando bem administrado pelas organizações [da sociedade] civil, consigam em [um] primeiro momento, garantir que essas lideranças não sejam mortas, né?

Entrevista 13

01:48:52

É, nós temos um movimento, um coletivo que cuida disso [...] chamado Coletivo de Direitos Humanos, que tem essa tarefa, um pouco de acompanhar esses casos, né? E, aí, cada caso é um caso, né? Você tem “n” formas de lidar com ela, né? Às vezes é deslocar a pessoa do lugar que ela está, às vezes é deslocar pessoas, para junto dessas pessoas, [...] fazer um outro sistema de cuidado, né? [...] Às vezes, tem que retirar a pessoa, às vezes é só tirar da função,

às vezes é botar alguém lá, nas proximidades [...]; então, cada caso, digamos assim, é um caso; tem casos que você tem que tirar até do país, né? E caso que você resolve mudando [...] dentro do país; às vezes dentro do próprio Estado, você acaba resolvendo isso. Então, depende muito do fato, do caso, da dimensão do risco [...] E o tempo também, às vezes é por tempo. Eu já conheci casos [em] que as pessoas mudaram, não voltaram mais para aquele local; tem casos que não, ficam tempo, mudaram de função no movimento [...] vai com outra tarefa que não exponha tanto [...] e caso que tenha necessidade de recorrer ao Estado; então, você recorre ao Estado, né? [...]. De qualquer forma, sempre há uma interface, um diálogo com quem está diretamente [protegido/a]. Você não pode obrigar também, [...] sempre é uma construção; uma vítima que está sendo vítima naquele momento, [...] é combinar certas coisas, porque envolve muita coisa [...] do foro íntimo da pessoa, do núcleo familiar; às vezes tem certas situações, né? Que não te permite certas coisas, né? E, às vezes, você se nega, né? Aceitar certas coisas pra não abrir mão de outras, né? Então, você trabalha isso num diálogo entre os envolvidos nesse processo, né? E o Estado, às vezes [...] busca termos de denúncia, né? Oficializar, então, tornar público [...] Tem alguém sofrendo ameaça, então, torne-se público, né? A gente não ficava, é, tratando em reserva, né? Pelo contrário, é, procurava as autoridades [...] Também era uma forma de lidar com isso. [...] não lembro de casos que nós mesmos, é, tenhamos requisitado [a] proteção do Estado [...] para é proteger nosso pessoal. [...] tem uma certa resistência para isso, né? [...] eu não me sentiria bem com agente [estatal] fazendo a minha proteção, né? Eu sempre preferiria a proteção popular [...] me sentiria muito mais protegido do que protegido por agente do Estado. E eu não teria condições de aceitar, né? Então, assim, não tem uma receita, você tem um conjunto de medidas de orientações. [...] Mas eu sou muito, assim, da ideia da proteção popular, e articulada em redes, né? Nós temos necessidades de termos redes, organizações e entidades, pessoas que tenham [...] experiência pra lidar com isso, né? [...]

Um/a entrevistado/a disse que, dependendo do caso concreto, pode haver relações entre as práticas de *proteção popular* (sociedade civil) e a *proteção institucional* (estatal).

Entrevista 1

01:05:21

[...] o que vai decidir, é justamente o caso, né? No caso dessa senhora, [...], a gente tinha envolvimento de criança e tinha envolvimento de adultos, né? A criança, nós articulamos com a rede do PPCAAM, tivemos reunião, discutimos com a sociedade civil que trabalha no PPCAAM. É, chamamos a turma do PROVITA para ver, porque ela também tinha um processo contra, era testemunha, né? [...] e aí articulamos com a segurança pública e a gente fala, digo assim articulando, porque é tudo uma rede, né? Não é só nós, tem [...] CEDECA, [...] tem a rede de [movimentos de direitos humanos]; então, é uma rede, né? A gente analisa a situação, o que que nós vamos fazer, né? [...]

01:06:49

[...] Foi sugerido muito para ela [DDH] entrar num programa [de proteção]. Ela nunca quis entrar. Ela não aceita entrar. [...] a [pessoa], que foi Ouvidora do Sistema Público, foi nossa coordenadora, ela, é, foi no período da chacina [...]. Ela nunca quis entrar no programa

[de proteção], mas a gente tomava as medidas, né, de segurança [...]. E coletiva? Que eu me lembre, acho que ninguém. Nossa, que sempre fica na retaguarda de proteção, nossa, individual e coletiva.

Um/a entrevistado/a apontou que seu movimento/ONG não aciona o programa de proteção de defensores/as, comunicadores/as e ambientalistas (PPDDH) porque seu movimento/ONG não confia na proteção institucional feita pelo Estado brasileiro.

Entrevista 4

01:11:52

Nós não acionamos o programa federal [porque] a gente não confia neles.

01:11:57

Um ponto de todas as relações que a gente precisa ter com eles, a gente não aciona, a gente orienta, né? Mas a gente não redigi um pedido de proteção. Que a gente acha que essa forma está errada, então está no monitor, como que fala? Tem um grupo aí, né? De defensoras e defensores de direitos humanos. Monitoramento, né? Tem. É nós e Justiça Global [...] que sempre estamos ali atuando conjuntamente. E o Projeto Sementes foi um despertar para a gente trabalhar ainda mais a proteção popular.

Um/a entrevistado/a disse que não houve nenhum/a DDDH de sua instituição na proteção institucional, mas que, em havendo a necessidade concreta e não sendo a proteção popular suficiente para resolver o problema, sua instituição buscaria todos os mecanismos e instituições da proteção estatal que pudessem auxiliar na proteção de seus/suas DDDHs.

Entrevista 8

01:23:31

[...] a gente não teve até agora ninguém da [minha entidade], especialmente que requererem essa proteção, mas se houver alguma possibilidade, [...] se alguma requerer uma proteção nesse viés, a gente vai levantar todos os nossos esforços para que essa pessoa possa ter garantido e resguardada a sua vida, a sua segurança. E a gente vai lançar mão de todas as possibilidades que tiver. Como nós não temos o recurso necessário para fazer isso pela instituição, [vamos] [...] buscar mecanismos e instituições que possam fazer e nos auxiliar nesse processo. [...]

Um/a entrevistado/a disse que as relações entre as práticas de *proteção popular* (sociedade civil) e a *proteção institucional* (estatal) são satisfatórias.

Entrevista 3

01:26:47

A gente atua como um grande catalisador, um grande articulador, então, se chega para nós [...] uma demanda, imediatamente a gente vai articular e vai acessar, é, essas forças, entendeu? Às vezes, por conta da morosidade do poder público, a gente precisa garantir

que aquela pessoa saia do lugar do risco; então, a [minha entidade] tem como fazer isso, tem como apoiar financeiramente para pessoa sair do lugar do risco, tem como acessar outras frentes nacionais [e] internacionais, Conselho Mundial de Igrejas [...], por exemplo, [...]. A gente consegue, muito rapidamente, garantir que a pessoa saia do lugar do risco [...] nos últimos 4 anos menos, tá? [...] então, [...] difícil foi acessar o aparato brasileiro [...] no Estado porque a gente ficou [...] com muito medo das coisas se perderem do lugar de que a pessoa estava, é, [que] caísse na mão de quem não devia, entendeu? Então, a gente atuou muito mais nas outras redes de solidariedade, e apoio internacional do que, é, buscando um apoio estatal. Agora, as coisas têm retomado [...]; então, acho que agora a gente tem uma relação absolutamente boa, favorável com o próprio Ministério dos Direitos Humanos, algumas secretarias que estão no Ministério nos são muito próximas, entendeu? [...]. A gente consegue ter uma relação melhor [...] e levar um pouco as escutas do nosso campo, sabe? [...] as pessoas que estão lá hoje são muito sensíveis nas demandas que estão nosso campo, mas [...] durante os últimos 4 anos, não estava acessando os recursos federais. Mas agora, então, mas agora a gente tem retomado; então, agora a gente tem feito, e sempre em rede [...] A gente informa mais do que uma instituição sobre aquilo que está acontecendo ou, através de uma instituição, a gente consegue garantir que outras instituições também vão tomar ciência daquela situação para poder fazer algo.

As falas demonstram que, mesmo em face da grande desconfiança por parte da sociedade civil organizada no tocante à prática de proteção institucional feita pelo Estado brasileiro, pode haver relações entre as práticas de *proteção popular* (sociedade civil) e a *proteção institucional* (estatal), a depender de cada caso, em havendo a necessidade concreta. Além disso, há se confirmar, sobremaneira, que proteção popular não é suficiente para resolver o problema (risco, ameaça e/ou perigo) que aflige o/a DDH, o que levaria a sociedade civil organizada a acionar todos os mecanismos e instituições da proteção institucional (estatal) que possam auxiliar na proteção de seus/suas DDDHs ameaçados e/ou em situação de vulnerabilidade.

As falas evidenciam, como já alegado, que as/os entidades, movimentos e/ou coletivos utilizam-se do apoio do Estado (proteção institucional) sempre que estritamente necessário, o que assinala, por conseguinte, que a relação entre a proteção popular e a proteção institucional é admissível, apesar de nem sempre desejável, como estratégia de proteção da sociedade civil organizada brasileira.

Destaque-se, entretanto, que o/a único/a entrevistado/a que afirmou que as relações entre as práticas de *proteção popular* e a *proteção institucional* são satisfatórias fê-lo argumentando que as mudanças políticas (volta de Lula à Presidência do Brasil) favoreceram a retomada do diálogo construtivo entre sociedade civil organizada e Estado. Isso significa dizer também que as relações entre as práticas de *proteção popular* e a *proteção institucional* condicionam-se, fortemente, às questões ideológicas que marcam os governos de plantão, o que demonstra a urgência em se transformar a política pública de proteção de DDDHs em política de Estado.

2.3. Limites da proteção institucional, atuação e propostas para a qualificação da política pública de proteção a defensores/as dos direitos humanos (DDDHS)

2.3.1. Limites da proteção institucional

Tratando-se da percepção geral acerca da proteção institucional, a maioria dos/as entrevistados/as – 11 de 13 – indicou que a proteção institucional recebida por DDDHS de sua/seu instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento não tem sido satisfatória.

Entrevista 1

01:01:59

[...] no [Estado] é péssimo. E não tem diálogo, [...] a gente suspeita que essa sociedade [...] é uma sociedade criada para desviar o dinheiro [...]. não temos provas disso, né? [...] o Conselho Deliberativo é muito fraco. As entidades [...] não conseguem, é, compartilhar, né? Um conselho que tem representação no Estado todo, mas o governo banca, né? [...]. Há uma deficiência, uma rotatividade do quadro de pessoal. [...] nesse programa, cada vez a gente senta com um. [...] esse ano que passou [...] mudou 4 vezes [de] Secretário de Direitos Humanos. Aí, você sabe cada vez que muda, muda [também] [...] a equipe, né? Isso é mau pro programa, [que] tem mais de 100 pessoas no Estado [...], para serem protegidas. Tem suporte para 50, e faz de uma péssima qualidade [...] às vezes, nós que acompanhamos, por exemplo, no final do ano, nós tínhamos que retirar duas mulheres, porque no Natal, o prêmio de Natal, era matar uma [delas]. Tivemos que fazer vaquinha, tirar ela do local, para que ela não fosse assinada.

Entrevista 2

00:46:26

Se a gente olha a lei da política de proteção, a gente percebe que é um país que tem uma lei bem viável, né? Bem plausível para os cidadãos [e] cidadãs, mas [...] esta lei nunca saiu do papel, [...] ela tem fragilidades na sua prática, né? É impossível você, por exemplo, pensar que nem todos os Estados do Brasil têm uma política de proteção e nem programa de proteção; e outra, [há] Estados [que] tem programa de proteção, mas não cumprem aquilo que o programa de proteção rege, o que está no papel. E é muito mais frágil quando você percebe uma liderança que está no programa de proteção há quase 6 anos. Ela sofre várias ameaças, vários atentados, até mesmo pelos próprios policiais que estavam [com o] dever de proteger sua vida, como é o caso que aconteceu em Novo Progresso, [...] no assentamento Terra Nossa. E quando você olha, por exemplo, é gente que está no programa de proteção e, de repente, ao mudar um Coronel de um tal departamento do Batalhão da PM; então, se cancela a escolta policial; aquela liderança, ela não tem direito a escolta policial, simplesmente, mesmo tando dentro de um programa de proteção. Ou seja, por mais belas leis que tenham no papel, na prática a política de proteção dos defensores de direitos humanos não é atendida na sua plenitude.

00:48:19

[...] Olha, recém agora, com a saída do desmonte de um governo para o outro, equipe regionais técnicas foram finalizadas simplesmente porque não tem orçamento para essa política. O orçamento deixado não dá para cobrir o acompanhamento das equipes técnicas do programa de proteção de direitos de defensores de direitos humanos. [...]

00:48:54

[...] Porque a gente não tem política de proteção, de Estado, a gente tem política de proteção de governo, muda o governo, todas as regras caem; enquanto no Brasil a gente tiver política de proteção de governo, nós não teremos políticas públicas de proteção. Ela tem que ser uma política de Estado, não uma política de governo.

Entrevista 3

01:34:58

[...] Eu acho que ninguém quer entrar num programa como esse, [...], ninguém quer ter ali os seus direitos, é, cerceados, entendeu? Por conta de uma atuação que a pessoa reconhece como legítima, eu também reconheço como legítimo. Então, [...] o benefício principal é a pessoa ter direito à vida, né? Entender que tal pessoa ter garantida ali a sua vida; e [que] ela não seja, é, morta ou ferida [...]. Depois disso, tem toda uma dimensão, que eu acho que a gente precisa olhar, que é a segurança física e psicológica de quem é defendido, para que essa pessoa entenda que o trabalho que ela desenvolveu é [que a] colocou sob risco, entendeu? [...] eu acho que são vários aprendizados, né? [...] a pessoa precisa ser acompanhada, inclusive em terapêutica, psicoterapeuticamente falando, precisa ser acompanhada para ela não entrar num lugar de que se ela tivesse feito diferente, ela não tinha entrado naquele risco [...]. Mas a culpa não é dela pelo risco, pela violência, entendeu? É igual uma mulher andando de roupa curta e o cara abusa dela; então, a culpa não é da vítima, a culpa é sempre de quem violenta, entendeu? A culpa é sempre do outro lado; então, acho que precisa garantir [...] que a pessoa não entre numa espiral, porque isso tenha acontecido nesse caso, em outros casos, da pessoa achar que se tivesse ido fazer outra coisa, ela não tinha se colocado naquela situação. Então, é a culpa, né? A culpa é algo que está muito presente e que não precisa lidar com a dimensão da culpa, mas se for lidar, [entender que] a culpa é sempre do outro, do violentador, do violador, não da pessoa que está sob ameaça [...]

Entrevista 4

01:15:07

Porque a relação de confiança é a relação de segurança, [...] é a relação de uma solução imediata. Porque [...] o [programa] federal é o limite deles também. Eu compreendo, sabe? Eu conheci a equipe, equipe maravilhosa, mas é um limite que eles têm. Mas a principal fragilidade deles é não se relacionar bem com a rede do [Estado], que eles podiam ter um resultado muito satisfatório. Nós temos acionado [...] Uma ação conjunta com o programa federal. Ganha nós, ganha todos nós, e eles apontarem nessa necessidade de programa estadual, porque o programa estadual, ele está próximo [...] ele que fazia as relações, né? Era ele que fazia tudo isso e essa nossa atuação foi até que nos salvou do processo que a gente tinha em relação ao programa, né? Aquele programa, o Estado. Nos acusou de usar o recurso [in]devidamente, [de] não fazer a proteção devida.

Entrevista 6

01:32:04

Acho que eu, dentro ainda da questão, eu acho que muitos problemas precisaria [de resposta imediata] porque o problema que [o/a DDH] está ameaçado no dia, você espera a noite, pode ser que já seja tarde; mas, às vezes, você leva semanas para ser retirado [do local], para ser ouvida[o] na proteção; então, acho que esse ainda é um grande limite, é um primeiro grande limite; então, o próprio acesso aos programas é a outra [questão].

01:32:51

[...] se tiver um programa de proteção que procurasse e principalmente também fosse [atuar na] causa, talvez você amenizaria as ameaças. [...]

01:33:58

São [...] causas estruturais, [...] eu acho que [...] o próprio Estado não valoriza o papel da sociedade civil, o Estado não respeita; a gente botar 40 anos lutando e o Estado achar que ele tem o direito de dizer como é que a política de proteção tem que funcionar. Teria que ser ao contrário, quem sabe fazer a proteção somos nós que estamos na militância durante décadas, a gente sabe como, como poderia construir uma política eficiente.

Entrevista 7

01:19:59

[...] Uma série de leis [...] uma série de medidas que você não consegue fazer proteção institucional sem. Que isso esteja resolvido, ou seja, não consegue concluir o êxito de uma proteção sem a conclusão desses impactos estruturais, né? Então eu considero essa uma das maiores fragilidades, a estrutura do Estado brasileiro [...] em seus vários [...] poderes [...] Então, diante disso, o que que é possível ser feito? A potencialidade é que [...] você tem uma sociedade civil que trabalha quase como controlador do que seria a missão do Estado, ou seja, [...] se uma pessoa está sob a proteção, né? A sociedade civil está, então, ela encaminha [...] tudo o que precisa para aquela vida se preservada, para aquela causa ser ganha. O fato de você não ter resposta, [...] ela coloca com um poder muito grande, muito maior do que outros, [...] a responsabilidade no colo do Estado. Então, o Estado tem que, de alguma forma, dar respostas àquela situação que a pessoa está sob proteção. Sob pena de você descredibilizar mais o que já não é tão acreditado, que é o Estado brasileiro. Então, pra mim, essa é a grande missão [dos] [...] programas de proteção, a proteção institucional [...] ela [sociedade civil organizada] coloca todas as demandas com o poder de um programa, de um programa de Estado, [...] na mão dos poderes, que têm responsabilidade de fazer; então, de alguma forma ela trabalha como controle, como controle de ações [do Estado] [...] A [entidade gestora] não pode julgar [...] um processo, mas ela quer celeridade para resolver aquele problema. Aquilo ali coloca no colo do Poder Judiciário aquela responsabilidade, ela coloca na mão do Poder Público, do Ministério Público, a responsabilidade de fiscalizar [...] coloca na mão da segurança pública, a responsabilidade de investigar [...] as violências que foram ocorridas [...] é um perigo terrível para o Estado ter uma sociedade civil [organizada] [...]

Entrevista 8

01:19:45

Sim, é um programa, mas não há uma efetivação [da proteção] [...] é um programa, mas eu estou dizendo assim é que não há, na prática, uma atuação muito mais importante, porque [...] se o programa [de proteção] fosse eficiente, de fato, não precisaríamos de ter o Projeto Sementes. Então, o programa não cobre diversas coisas. Esse terreiro de Candomblé que foi aqui atacado por vândalos, por tiros ou pichações, por invasões; o programa não chega lá; então, eu acho que é preciso ampliação ou é preciso determinar novas diretrizes [para o] programa que vai atuar na ponta de fato, porque o que precisa ser feito para defensoras e defensores de direitos humanos é alguém que esteja na ponta atuando nessa emergência, que está todo dia aí presente, né? [...]

Entrevista 9

01:08:43

Deve proteger porque [...] é um dever do Estado proteger aqueles e aquelas que lutam por justiça, que é o que o Estado deveria prever, né? Então, onde o Estado falha, entram [...] os defensores de direitos humanos, né? E o Estado deve agir no sentido de proteger esses cidadãos, essas cidadãs, que estão ali sendo ameaçados[as] por defender causas que o Estado deveria ter assumido; então, [há] a obrigação, é, responsabilidade do Estado. [...] e há que se criar uma política pública efetiva [...], nós não temos política pública de proteção a defensores e defensoras de direitos humanos, nós temos uma espécie de um departamento que pensa em buscar articulações, mas não tem uma política.

Entrevista 10

01:06:05

[...] debilitada, insuficiente, né? Não, não abrange [...] todo o território, os recursos destinados [são] extremamente insuficientes para o número de pessoas que precisam ser protegidas, é isso, né? [...] eu acho que não dá nem pra chamar de política pública, né? Porque é estabelecido por um decreto presidencial, os programas de proteção, não está [regulamentado] em lei, é, os programas de proteção, é, do governo federal [...] tanto que o governo passado [governo Bolsonaro] xaquetou [destruiu] [...] os programas de proteção; então, acho que primeiro a gente precisa instituir [o programa de proteção] para ser considerado política pública; na minha perspectiva, [é] preciso que esteja instituído em lei federal; é preciso que a gente tenha um plano nacional [...] de proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos que nós não temos, né? [...] e ter a condição de que isso, que se constitui em nível federal, isso possa obrigatoriamente ecoar nos Estados, tipo, você tem um problema aqui em Brasília, um programa de proteção, e Sergipe, por esse tempo todo, não consegue implantar um programa de proteção [estadual]; o governo do Estado não apoia os programas de proteção; então, acho deficitário o programa, que precisa [...] ser revisto, precisa ser potencializado.

Entrevista 11

01:24:43

Um pouco antes de a gente trazer pro campo mais das bases, é, nosso campo de atuação, esse debate sobre proteção institucional, a gente já fazia essa proteção popular, as comunidades

já eram provocadas, [...] já discutiam, é, suas formas, suas estratégias de autoproteção. E dentro dessa perspectiva, dessa proteção mais autônoma. Então, a gente sempre apostou muito nesse campo, na autonomia dessas formas de proteção das próprias comunidades do movimento. Acho que isso nunca deixou de existir; agora, quando a gente avança nesse campo da proteção institucional, [...] diante de um momento em que a gente acreditava que nossos processos democráticos estavam mais sólidos, fortes, [...] a gente estava vivendo uma trajetória política no país em que acreditava ser mais confiante; então, a gente avançou muito nesse campo [...] de apostar na possibilidade de proteção institucional. É várias lideranças que a gente acompanhava foram incluídas em programas de proteção, é, várias delas receberam escolta, acompanhamento mais direto das forças de segurança; mas, aí, depois a gente acaba caindo num momento histórico de retrocesso muito grande que nos dá uma chacoalhada, assim, de incertezas; eu acho que enquanto a gente, é, estar envolvido em processos que se contrapõem aos interesses de empresas, do próprio Estado, porque não querem reconhecer os direitos desses povos, vão adotar medidas políticas que garanta com mais certeza esses direitos. Eu acho que vai ficar sempre muito difícil da gente, é, demandar o próprio Estado com a intervenção direta no sentido de proteger, é, as pessoas. [...] Mas continuamos diante de determinados casos de que as nossas condições não são suficientes e apostando que programas de proteção, quando bem administrado pelas organizações [da sociedade] civil, consigam em [um] primeiro momento, garantir que essas lideranças não sejam mortas, né?

Entrevista 12

01:49:36

Eu acho que está funcionando muito pouco, porque nós temos ainda muitos defensores que [precisam de proteção]. Nós vimos a experiência da [vereadora], as mulheres lá da região [...], no Sul do país, que estavam sendo perseguidas depois que foram eleitas. O Estado, que você reivindicou a proteção, muito pouco respondeu para a gente. [...] eu creio que, inclusive, aproveitando a retomada de Lula, é preciso discutir essa coisa da proteção institucional, de forma mais é contundente, de forma mais dinâmica e com respostas, é, menos burocráticas [...] porque a gente enfrenta essa burocracia, você está pedindo um socorro porque está sob ameaça, [mas] até a ajuda chegar, você corre o risco de já ter morrido.

Um/a entrevistado/a indicou que a proteção institucional recebida por DDDH de sua/seu instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento tem sido satisfatória.

Entrevista 5

00:47:52

Porque não tenho visto, assim, intercorrências.

As falas comprovam haver grande desconfiança por parte da sociedade civil organizada em relação à política pública de proteção de DDDHs. Isso evidencia que, como já arrazoado, as/os entidades, movimentos e/ou coletivos aproveitam-se do apoio da proteção institucional somente quando rigorosamente imprescindível, ou seja, quase sempre para se evitar o assassinato de DDDHs, o que assinala, como já

provado, que a relação entre a proteção popular e a proteção institucional é vista como necessária, ainda que nem sempre atraente, de forma que é aceita como complementar à estratégia de proteção da sociedade civil organizada brasileira.

Destaque-se que o/a o/a único/a entrevistado/a que afirmou que proteção institucional recebida por um/a DDH de sua/seu instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento tem sido satisfatória fê-lo argumentando não ter havido intercorrências, o que indica tratar-se de caso isolado, uma vez que a realização tanto da proteção popular quanto da proteção institucional usualmente dá-se com problemas diversos, conforme se depreende das falas dos/as demais entrevistados/as.

Em termos gerais, evidencia-se haver falta de vontade política dos governos federal e estaduais para a competente implementação da política pública de proteção de defensores e defensoras de direitos humanos no Brasil (Terto Neto, 2018). A ausência de vontade política dos governantes inviabiliza, portanto, o fortalecimento das relações entre as práticas de *proteção popular* e a *proteção institucional*, que ainda seguem condicionadas às questões ideológicas que marcam os governos de plantão. Isso demonstra a premência em se transformar a política pública de proteção de DDDHs, atualmente política de governo, em política de Estado.

Sobre os limites da proteção institucional, grande parte dos/as entrevistados/as – 6 de 13 – indicou o baixo orçamento como um dos principais limites da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 1

01:11:49

Eu acho que é limite orçamentário que geralmente eles falam, né? De ter uma efetividade mesmo e de ter uma sociedade civil do programa no [Estado] comprometida [...] com a nossa luta; muitas pessoas, muitos defensores, não entram no programa porque não confiam, [não há] confiabilidade na organização, né?

Entrevista 3

01:20:31

[...] eu acho que é uma política que está sob risco constante dos governos, entendeu? Então, a depender de quem entra, a gente sabe o que foi feito [...] com as partes, desmantelamento [...] do programa de defesa de defensores. [...] A gente precisava garantir que mesmo mudando os partidos, os governos, [...] esse programa não fosse interrompido ou fragilizado; não sei se de repente no Poder Judiciário, por exemplo, estivesse ligado ao Poder Judiciário, sabe? A Suprema Corte Brasileira ou algum outro lugar dentro do Judiciário [...] para garantir que mesmo que governos mudem, o programa, não fosse descontinuado ou [...] desencorajado [...] perder esse recursos; então, [...] eu não confio totalmente no Judiciário por todos esses motivos que a gente viveu, mas [o programa] precisava [...] estar sob o manto de um lugar mais, é, imparcial, [...] que não tenha tantas mudanças, [...] eu acho isso uma primeira coisa para a gente pensar. E a outra é o Brasil voltar a ser signatário de algumas convenções internacionais, voltar a ter uma voz importante em alguns lugares internacionais, trazer o debate dos direitos humanos; eu acho que o Silvio tem feito um trabalho excepcional, entendeu? O [Ministro de Direitos Humanos] tem feito um trabalho altamente importante que é trazer a defesa dos direitos humanos para um lugar que merece estar,

[...] que é importante estar; então, [...] é um processo educativo, é um processo pedagógico, mas precisa ter dinheiro também, entendeu? Precisa ter recursos [...] destinados para que, [em] algumas ações, possa ser feita uma educação para direitos humanos; precisa de dinheiro [para] a defesa dos defensores; num programa de defesa de defensores, precisa ter recurso para garantir minimamente os direitos daquela pessoa que está sob ameaça. [...]

Entrevista 5

00:44:32

A fragilidade orçamentária, a fragilidade das próprias estratégias de proteção, assim, de capilaridade territorial, nós temos hoje poucos Estados, pouquíssimos Estados com programas de proteção [...]

Entrevista 8

01:25:21

A estrutura, eu acho que o fomento, ele é indispensável. Acho que a alocação de recursos, ele é indispensável para esses programas funcionarem de fato; [...] Não vai adiantar falar de direitos humanos e defesa de direitos humanos sem ter uma ação efetiva, uma ação impactante lá na ponta, que vai resguardar essas pessoas. [...] tem que ser fomento, recurso, recursos consideráveis para essas instituições e para essas organizações que trabalham na ponta, que [atuam] para essa defesa, e não só para essas [instituições e organizações], mas para essas pessoas individualizadas, [...] então, o fomento de recursos e a desburocratização deles dentro desse programa que existe, seria importantíssimo. [...]

Entrevista 10

01:18:54

Acho que hoje eu já coloquei a questão do recurso, financiamento [...] tem uma dimensão do programa de proteção que a maioria dos defensores se incomoda [...], que é a questão [...] de tirar você do território, né? [...] a maioria [...] só aceita sair quando está mesmo [sob risco, ameaça ou perigo] [...] [quando] não tem mais jeito [...] isso é uma coisa que [...] que o programa institucional precisava aprender com a proteção popular, né? [...] mas quase sempre, no programa de proteção, quase sempre, quando eles vê essa possibilidade [de retirada], é a primeira que eles abraçam, né? E o pior, né? Eles abraçam e as condições que são dadas para, é, incluir [estrutura] financeira para esse defensor ou defensora que é deslocado, [são] extremamente deficitárias, pelo que se comenta, né? O recurso que é dado para a manutenção [do/a DDH] [...] é muito limitado; então, acho que essa questão do deslocamento [...] de tirar a pessoa do território, pelo menos o que eu tenho visto, é o que mais incomoda os defensores.

Entrevista 11

01:39:46

[...] acho que a quantidade de recursos disponíveis é um dos limites principais; quando você não tem condições de dar uma assistência psicológica ou até, sei lá as condições para que aquela família possa [...] sobreviver; tem um caso que eu acompanho [em] que o casal precisa ser deslocado vários meses de sua comunidade, como é que os que ficaram lá, os filhos, como é que garante a sobrevivência [deles?] [...] então, que apoio para [o] próprio

sustento esse pessoal ali vai ter? Então, o programa não envolve isso; às vezes, é questão da própria saúde, tratamento, que muitas vezes o problema [é que] a gente não tem recursos suficientes. [...] até defendendo que o Estado precisa, é, olhar com mais atenção e destinar melhores condições de recursos para as organizações que atuam nos programas.

Três entrevistados/as indicaram a falta de vontade política dos governos (federal e estaduais) como um dos principais limites da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 2

01:01:30

Acho que a gente tem como limites, por exemplo, [a falta de] reconhecimento de [que] cada Estado do país [deve] desenvolver suas políticas de proteção de defensores de direitos humanos; isso aí é necessário, não basta só o governo federal ter um bom plano [...] para o programa de proteção, é preciso que os Estados [...] criem [...] seus programas de proteção. É necessário [haver] políticas públicas que atendam as garantias de direitos à sociedade; isso evita também as violações de direitos; então, é uma questão também estrutural dos Estados. Eles precisam pensar em políticas públicas que atendam a situação das pessoas e possam, de certa forma, fazer enfrentamento às vulnerabilidades e violações de direitos cometidas nos Estados.

Entrevista 3

01:20:31

[...] Eu acho que a gente tá voltando, depois de dois anos de Temer, [...] acho que foi horrível, [...] nos últimos 4 anos, para mim se aprofundou o abismo, sabe? [...] mas também eu acho que a gente está retomando, numa velocidade importante também; então, eu achei que ia demorar muito mais tempo, mas a gente está retomando numa velocidade, é, importante, também, de reposicionar o Brasil em alguns lugares para garantir direito e dignidade para os defensores; e tem a sociedade civil [organizada] sempre presente [...] Não fazer nada a partir dos desejos do Poder Público, Poder Público muda; mas trazer a sociedade civil também para esse debate é uma forma da gente fazer isso, que eu acho que precisa ser feito que é virar uma política de Estado e não uma política de governo, entendeu? [...]

Entrevista 9

Entrevistado 01:09:56

[...] Como a União [governo federal] não deu conta de atender às demandas porque ficava distante, né? Ela buscou fazer convênios com os Estados, e o que que aconteceu? Alguns Estados optaram por fazer os convênios e estabelecer um programa estadual vinculado ao nacional, mas a maioria não quis estabelecer nenhum tipo de programa; então, você teve uma lacuna, você teve ambientes em que o programa se colocava a serviço, à disposição; então, nós tínhamos é protetoras e protetores de direitos humanos sendo acompanhados [em um lugar, mas] em outros lugares, nenhum acompanhamento; [...] se tu não tem uma política, tu só tem um programa, né? Ele não vai funcionar porque ele precisa se estruturar em política para que ele se esparrame [amplie], né? Para que todos adotem; então, tu tem esse ambiente que para nós aqui [...] foi importante no determinado momento, mas

muito frágil também, frágil porque as pessoas que vinham para cá, vinham de uma forma muito pontual e sem muito nexos com as realidades que elas estavam enfrentando; e, às vezes, as proposições que eles faziam, não cabiam de forma alguma para aquela realidade, né? Então, tu tinha uma desconexão, assim, eram pessoas de boa vontade, [...] mas meio desconectado; quando o programa do [Estado] funcionou, porque daí o governo federal conviniu com estadual, estadual conviniu com uma organização da sociedade civil [...] eles se inseriram efetivamente nas questões que envolviam aquele que estava sendo ameaçado, reuniram com as comunidades, dialogaram com as comunidades, discutiram essa questão da autoproteção, [...] da proteção solidária, né? Então, [...] conseguiu fazer, é, uma espécie quase de uma política estadual de proteção dos defensores de direitos humanos; foi bem importante, nós conseguimos realizar seminários, nós realizamos a caravana de direitos humanos no [Estado]. [...] então, foi bem importante o que acontece, o convênio, ele era muito pontual, assim, ele durou 2 anos e aí mudou o governo e o governo seguinte suspendeu o convênio; então, você acabou com o programa; aí ficou só o vínculo lá com o [programa] nacional, que também foi fragilizado depois da mudança de governo, [depois] do golpe na Dilma; então, o Temer fragilizou bastante e o Bolsonaro liquidou, né? Então, é [um] pouco o histórico, né? Para a gente entender de onde nós saímos, onde chegamos, né? [...] Agora que se retomou o programa [de proteção] no [Estado], mas muito fragilmente, né? Porque, de novo, o Estado, ele faz por conta própria, sem diálogo com ninguém, e escolhe uma conveniada que [...] não tinha vínculo com ninguém dos movimentos de luta e resistência, [...] eles não têm engajamento, eles nos chamam para dialogar, a gente vai, mas não sai do diálogo, entendeu? É porque eles não têm engajamento, não têm coragem, não têm disponibilidade pessoal e não têm disponibilidade financeira; então, um fica uma coisa, assim, para dizer que tem, mas que não tem uma efetiva prática, na ação de promover, não só proteção individual, mas a reflexão, o debate, a discussão, os encontros, [o] estar nas comunidades e saber das comunidades como é que as coisas funcionam, né?

Um/a entrevistado/a indicou a dificuldade do PPDDH em sensibilizar o/a DDH para que aceite sua condição de ameaçado/a como um dos principais limites da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 4

01:18:20

Eu [...] posso responder essa pergunta, mas eu queria só falar que [...] uma potencialidade do programa federal é no sentido dos defensores sentirem que eles estão dando um programa de proteção. Isso é bom, viu? Eles se sentem melhores quando eles falam: “-Não, eu estou vendo um programa de proteção”. O programa orienta que eles falem isso, né? Nos espaços. Então, isso é bom, é muito legal, e [o/a DDH] se sente fortalecido[a] porque eles[as] sabem que, bem ou mal, tem um programa federal que reúne com eles[as] de vez em quando, mesmo que online; então, eles[as] sentem uma certa proteção nesse sentido. Agora, as fragilidades e limites de um modo geral do programa de proteção. [...] Primeiro, sensibilizar o sujeito de que ele está em situação de ameaça, porque às vezes ele não quer aceitar; então, tem que estimular aí um auto-reconhecimento, né? [...]

Um/a entrevistado/a indicou a dificuldade do PPDDH em viabilizar a construção coletiva das estratégias da política de proteção como um dos principais limites da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 12

01:53:54

[...] Nesse campo, eu creio, eu me preocupo muito com essa coisa da construção coletiva das estratégias da política de proteção; eu sou muito favorável à constituição coletiva [...] Eu não sei, Ulisses, o que está sendo discutido, eu estou completamente por fora. Eu estou tentando me manter, é, observando, eu quero ver o que vai chegar, porque o governo Lula está muito complexo, muito complicado [...] você não quer fazer crítica porque é muito cedo ainda, e você fica esperando que as pessoas construam processos mais participativos [...]

Os/as entrevistados/as indicaram diversos aspectos limitadores da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais), tais como: *baixo orçamento; falta de vontade política dos governos (federal e estaduais); proteção institucional condicionada às questões ideológicas que marcam os governos de plantão; a dificuldade do PPDDH (Federal ou os Estaduais) em sensibilizar o/a DDH para que aceite sua condição de ameaçado/a; incapacidade do PPDDH (Federal ou os Estaduais) em viabilizar a construção coletiva das estratégias da política de proteção brasileira.*

As falas evidenciam, ainda mais, a descoberta de haver ausência de vontade política dos governos federal e estaduais para a adequada implementação da política pública de proteção de DDDHs no Brasil (Terto Neto, 2018). Com efeito, tem-se que a falta de vontade política dos governantes impede a alocação de recursos suficientes para o PPDDH (Federal e Estaduais) funcionar de forma eficaz, inviabiliza a aprovação de um marco legal robusto e, principalmente, compromete o aparecimento da confiança imprescindível para que a sociedade civil organizada possa participar da constituição de uma proteção institucional de DDDHs que seja eficaz no contexto brasileiro. Isto é importante porque tem o potencial de favorecer a materialização das relações entre as práticas de *proteção popular* e a *proteção institucional*, que, como demonstrado, ainda seguem sujeitas às questões ideológicas que marcam os governos de plantão. As falas comprovam, mormente, haver pressa em se converter a política pública de proteção de DDDHs, agora política de governo, em política de Estado.

2.3.2. Sugestões de DDDHs para melhorar a política de proteção institucional

Entrevistados/as indicaram alguns caminhos para melhorar a política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

A maioria dos/as entrevistados/as – 8 de 13 – apresentou sugestões para melhorar a *estrutura* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Três entrevistados/as destacaram a necessidade de um marco regulatório forte para melhorar a *estrutura* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 1

01:12:48

O marco regulatório, né? [...] um orçamento [...] federal [e] estadual compartilhado. [...]

Entrevista 4

01:22:35

Às vezes fica muito engessado na quantidade de profissionais, como fossem iguais em todos os lugares, e a gente sabe que não é. Segundo, é a importância que foi criado recentemente a obrigatoriedade de ter CONDEL nesses espaços, nesses programas, porque antes era tipo um grupo gestor, né? E como se cria em lei, o Conselho Deliberativo, você torna [...] o pensar [...] a proteção com os outros atores de forma obrigatória. Isso não tinha de forma obrigatória, entendeu? E no caso de programas federais, [...] que atua nos Estados onde não tem, também tem que tornar obrigatória, pelo menos em portaria do Estado, alguma coisa, um comitê, um grupo, que seja parte dessa rede, [...] que vai atuar para obrigar esse programa federal a estar mais próximo, a ter respostas mais imediatas, e resultados mais imediatos na proteção desses defensores. Isso tem que ser obrigatório.

Entrevista 6

01:56:30

[...] você não tem a lei da política de proteção. A segunda, eu acho que precisaria ver se há necessidade de ter três programas de proteção; e, ainda, mesmo assim, [eles] nem atendem todo mundo [...]. Então, acho que a primeira [é] a questão da lei, a segunda [é] que a lei efetivamente impusesse também para o Estado; então, se é que o Estado [...] porque hoje um decreto que cria [o programa de proteção], ele é muito frágil; então, você precisa ter uma lei, mas que a lei dê obrigações ao Estado e dê mais condições também para que a sociedade civil pudesse efetivamente, para cada local, identificar [o risco, ameaça e/ou perigo] [...] eu acho que você teria que tentar ver realmente como fazer uma proteção para [DDDHs] a partir da realidade [...] que a pessoa vive; numa aldeia indígena, é de um jeito, alguém que não tem internet [...], como é que ele vai se comunicar? [...]

Três entrevistados/as apontaram a importância de maior alocação de recursos para melhorar a *estrutura* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 8

01:25:21

A estrutura, eu acho que o fomento, ele é indispensável. Acho que a alocação de recursos, ele é indispensável para esses programas funcionarem de fato; [...] Não vai adiantar falar de direitos humanos e defesa de direitos humanos sem ter uma ação efetiva, uma ação impactante lá na ponta, que vai resguardar essas pessoas. [...] tem que ser fomento, recurso, recursos consideráveis para essas instituições e para essas organizações que trabalham na ponta, que [atuam] para essa defesa, e não só para essas [instituições e organizações], mas para essas pessoas individualizadas, [...] então, o fomento de recursos e a desburocratização deles dentro desse programa que existe, seria importantíssimo. [...]

Entrevista 9

01:25:18

[...] o primeiro aspecto é pensar [...] numa perspectiva de [...] enraizamento [...] e que nos Estados ela tenha uma possibilidade de brotar e formar redes de ação; mas o que precisa para que, de fato, tenha esse enraizamento? Precisa de orçamento, o orçamento é muito limitado do programa, eu vejo [isso] porque toda vez que se requeria alguma coisa, sempre tinha um obstáculo, [...] não vai ter recurso [...] para equipamentos de proteção, para garantir, é, outras ferramentas de segurança que podem ser adotadas ou, se precisar, remover alguém de uma região para outra, custear não só o indivíduo, mas a família toda, né? Então você precisa ter um orçamento maior assim, né? [...]

Entrevista 10

01:22:53

[...] pegando experiência primeiro, acho que ele precisa ter, em todos os Estados, o Conselho Estadual dos Direitos Humanos, para que isso tenha uma vinculação com o Conselho [Nacional] de Direitos Humanos, porque a política de proteção, ela precisa estar, é, inserida nesse contexto [...] de uma política de direitos humanos mais ampla; então, no meu Estado, por exemplo, nós não tem Conselho de Direitos Humanos. [...] e, obviamente, o financiamento de quem está [na luta] [...] [e] construindo [o programa de proteção] [...]

Dois/duas entrevistados/as apontaram a importância de aumentar número de pessoas nas equipes técnicas e/ou aumentar número de programas estaduais para melhorar a *estrutura* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 4

01:22:35

Quantidade de profissionais atendesse a realidade diagnóstica de cada Estado.

01:22:35

Às vezes fica muito engessado na quantidade de profissionais, como fossem iguais em todos os lugares, e a gente sabe que não é. [...]

Entrevista 5

00:51:04

Eu acho que ter um quantitativo maior de equipe. [...] ter um conjunto ativo maior de equipe. [...] quantitativo maior de equipe e um [...] diálogo maior com os programas estaduais, né? [...]

Dois/duas entrevistados/as apontaram a obrigatoriedade de Conselho Deliberativo (Condel) para melhorar a *estrutura* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 4

01:22:35

[...] Segundo, é a importância que foi criado recentemente a obrigatoriedade de ter CONDEL nesses espaços, nesses programas, porque antes era tipo um grupo gestor, né? E como se cria em lei, o Conselho Deliberativo, você torna [...] o pensar [...] a proteção com os outros atores de forma obrigatória. Isso não tinha de forma obrigatória, entendeu? E no caso de programas federais, [...] que atua nos Estados onde não tem, também tem que tornar obrigatória, pelo menos em portaria do Estado, alguma coisa, um comitê, um grupo, que seja parte dessa rede, [...] que vai atuar para obrigar esse programa federal a estar mais próximo, a ter respostas mais imediatas, e resultados mais imediatos na proteção desses defensores. Isso tem que ser obrigatório.

Entrevista 10

01:22:53

[...] acho que ele precisa ter, em todos os Estados, o Conselho Estadual dos Direitos Humanos, para que isso tenha uma vinculação com o Conselho [Nacional] de Direitos Humanos, porque a política de proteção, ela precisa estar, é, inserida nesse contexto [...] de uma política de direitos humanos mais ampla [...]

Um/a entrevistado/a apontou a importância de se transformar a política pública de proteção de DDDHs em política de Estado para melhorar a *estrutura* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 2

01:04:41

Bom, primeiro, eu acho que a gente precisa transformar a política pública de proteção em política de Estado. Isso é um primeiro ponto. [...]

Um/a entrevistado/a disse ser fundamental haver maior desburocratização para melhorar a *estrutura* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 8

01:25:21

[...] eu acho que essas coisas, elas precisam ser efetivadas a partir desse programa [de proteção], que existe dessa forma, [ou seja,] desburocratizar essa participação, fomentar essas organizações e/ou individualidades que estão na lá na ponta, defendendo os direitos humanos, e uma comunicação mais eficiente sobre o papel e sobre o que os direitos humanos atuam. [...] eu acho que essa tríade, ela ia nos favorecer bastante no futuro, bem próximo aí, fortalecendo o programa que existe, mas fazendo com que ele chegue, de fato, na ponta, [com] essa desburocratização, para, daí, efetivar de fato essas ações.

Um/a entrevistado/a disse ser fundamental haver comunicação mais ampla para melhorar a *estrutura* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 8**01:25:21**

[...] É preciso fazer uma comunicação mais ampla ainda, e muito mais palpável do ponto de vista da compreensão das pessoas; [...] precisa desenvolver campanhas [...] publicitárias, comunicações; [...] mas pode ser campanhas publicitárias [para] desmistificar a lógica da defesa dos direitos humanos dentro da concepção do que defendemos; [...] porque quando o comunicador, especialmente de uma TV aberta, está falando dessa forma estereotipada, [que] defender direitos humanos [é] defender direitos de bandido, [...] a sociedade absorve. É preciso fazer um contraponto para essas informações, e essas informações, elas só são confrontadas com campanhas que vão chegar também à massa da sociedade, dizendo, de fato, qual é o papel dos defensores e das defensoras dos direitos humanos [...]

Um/a entrevistado/a disse ser fundamental haver formação em direitos humanos a quem faz a política de proteção para melhorar a *estrutura* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 9**Entrevistado 01:25:18**

[...] você precisa ter formação para aqueles que vão assumir o programa, que vão assumir a política, né? Então, você vai ter que ter pessoas não só das forças de segurança envolvidas, mas você vai ter que ter psicólogos, você vai ter que ter [...] assistente [social], aquele que vai ver a situação da família, as dificuldades da família; você tem que ter alguma assistência em saúde, que às vezes a pessoa não vai poder sair do seu lugar de viver, mas precisa de atendimento; então você vai ter que ter formação para pessoas que vão compor esse programa, essa política [...] para além de forças de segurança; e mesmo nas forças de segurança também, você precisa ter pessoas qualificadas, preparadas para entender [...] o modo de ser, viver, desses que estão sob a defesa e a proteção do programa. Porque um policial, por exemplo, ele não vai entender uma pessoa que é criminalizada por conta de um processo judicial que foi forjado; o policial vai tratar aquele indivíduo como um criminoso sendo protegido; então, você precisa ter formação de pessoas [...] para isso. [...]

Um/a entrevistado/a citou a capacidade de articulação dos/as integrantes do programa de proteção com os/as outros/as atores/atrizes sociais que também desenvolvem as ações de proteção de DDDHs que não estejam vinculados à política para melhorar a *estrutura* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 9**01:25:18**

[...] E terceiro, a gente tem que ter uma capacidade de articulação dos integrantes do programa com os outros atores sociais que desenvolvem também as ações de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos, que não estejam vinculados à política [...] ou ao programa, que são essas redes todas [...], ou seja, há muitos atores que podem estar articulados ao programa e que vão dar, inclusive, sustentação ao próprio programa, [...] eu acho que esse tripé, assim, do orçamento, da formação, da articulação [...]

Salutar ressaltar-se que apenas 5 de 13 dos/as entrevistados/as apresentaram sugestões para melhorar a *orientação* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Dois/duas entrevistados/as citaram a necessidade de formação e/ou capacitação em direitos humanos para quem faz a política de proteção como estratégia para melhorar a *orientação* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 1

01:14:02

Informação, capacitação, uma rede protocolos [...] institucionais, né? Que eles possam seguir. A polícia faz uma coisa, Ministério Público faz outra, [seguir um] protocolo, [ter] um Conselho Deliberativo fortalecido [...] que entenda do caso, que sejam pessoas capacitadas, né?

Entrevista 9

01:30:13

[...] a política vai pressupor que você precisa formar pessoas, agentes, para estarem atuando, não é? [...] quando a gente consegue ter governos progressistas, populares, engajados, se torna mais fácil, né? O problema nosso é quando você tem um governo totalitário como o que passou e que trata direitos humanos como espaço de criminosos; então, [no governo] Lula há, sim, a possibilidade de você inserir na política pessoas que tenham um pouco essa formação no campo do direito, voltada para os direitos humanos, que têm formação qualificada nas causas sociais, nas causas de segurança pública, [...] nas causas indígenas, causas quilombolas; então, você tem que ter nesse ambiente de governo pessoas que vão saber lidar com aquele sujeito específico de determinada realidade específica, de determinada região específica [...] com uma cultura diferente; então, você tem que ter também uma formação do ponto de vista da antropologia, da filosofia, de pessoas que consigam pensar e refletir para poder estruturar efetivamente a política, e que ela tenha essa capacidade de chegar [...] naqueles que são os sujeitos da política, que são as pessoas criminalizadas, perseguidas [...] pelo exercício da sua atividade [...] ou da sua militância; ou da luta do seu povo, da sua comunidade; enfim, [...] eu acho que você tem que constituir a política e formar para essa política pessoas que vão dar conta dessa diversidade que é o Brasil, de situações, de ambientes, de culturas, né? Acho que é por aí.

Um/a entrevistado/a citou a necessidade de se repensar os programas de proteção e a política de proteção de uma forma coletiva como estratégia para melhorar a *orientação* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 2

01:04:41

[...] depois, a gente precisa repensar os programas de proteção e essa política de proteção de uma forma coletiva, não mais só individual. Acho que a proteção coletiva precisa fazer parte dessa ação do Estado no sentido de proteção dos defensores de direitos humanos [...]

Um/a entrevistado/a citou o peso de se ter um plano de comunicação e a importância dele como estratégia para melhorar a *orientação* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 4

01:24:20

A política de proteção [...] no governo anterior, eles tentaram ampliar os protegidos, né? Colocou comunicadores, ambientalistas, que para nós, [...] não se faz necessário, né? Porque a gente [...] entende que um comunicador que está ameaçado é porque ele está defendendo algo; então, ele é um defensor [dos DHs], né? [...]. Então, eu acho que os programas de proteção precisam de um plano de comunicação sobre sua existência, sabe? E [sobre] sua importância. E por que que isso se faz necessário no Estado brasileiro? Eu acho que a gente precisa falar um pouco mais sobre isso, falar mais no exterior sobre isso, sabe? Então, precisa trabalhar isso vindo do governo federal para as instâncias estaduais e dependendo do caso, até municipais. [...]

Um/a entrevistado/a citou a importância de se fazer a análise de risco (ameaça e perigo) de acordo com cada território como estratégia para melhorar a *orientação* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 10

01:25:28

Esse país é tão grande que eu não sei se pensar política, libertação, partindo do meu lugar, Sergipe, que é pequeno; eu não sei se isso seria válido, por exemplo, para a região Norte [...] do país, em que as pessoas se deslocam cinco, seis dias, num barco, né? Em Sergipe, atravessa[-se o] Estado em 3 horas, né? De uma ponta à outra, né? Então, eu acho que tem que ver muito a partir de cada território, [...] as necessidades reais de cada território, o que é que esse território [...] demanda para que a política [...] se efetive [...] justamente por conta dessas disparidades [...] no Norte, a gente tem muitos [...] conflitos, por exemplo, nas áreas indígenas. Nós não temos isso em Sergipe, áreas indígenas; nossos problemas, lá, [são] mais [com] quilombola; então, como já disse, o tamanho do nosso Estado é bem menor que os outros; então, acho que é pensar na política pública a partir da [...] diversidade, é, dos territórios, acho que é fundamental.

Há de se mencionar, por fim, que somente 6 de 13 dos/as entrevistados/as apresentaram sugestões para melhorar a *implementação* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Três entrevistados/as citaram maior orçamento, equipe e capacidade como estratégia para melhorar a *implementação* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 1

01:14:47

Orçamento, equipe, capacidade.

Entrevista 3

01:39:11

Eu acho que o quê precisa ser feito, Ulisses, é maior investimento financeiro, inclusive garantir de novo como uma política de Estado, né? [...] portanto, ter já uma verba destinada, não vai ficar atrelado a outros recursos que podem ser mais ou menos; a vida, ela tem urgência, né? Então, a vida tem urgência e aí quando o Estado percebe que a vida precisa ser a centralidade das políticas, [ele deve] colocar gente sensível para cuidar das pautas. [...]

Entrevista 5

00:50:28

Eu penso [...] hoje, [que] essa política [seja] mais participativa e que tenha mais orçamento.

Três entrevistados/as citaram a importância de se fazer formação em direitos humanos, tanto de servidores públicos quanto de integrantes da sociedade civil organizada, como estratégia para melhorar a *implementação* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 2

01:04:41

[...] eu acho que para implementar isso é preciso fortalecer a formação, capacitação de servidores públicos que atuam no campo da segurança pública; fortalecer, capacitar, informar também à população para garantir seus direitos, para garantir os direitos humanos e ambientais, porque a população não conhece os direitos. Isso aí, precisa popularizar os direitos humanos, eles precisam ser algo que nasceu do popular, mas precisa retornar a base para que à base [seja] consciente dos direitos que ela tem. E o terceiro momento acho que seria a implementação de políticas públicas dentro do campo de proteção dos defensores de direitos humanos, que tenham equipes técnicas com várias áreas específicas para acompanhar os vários defensores [...] que estão no programa de proteção e identificar também a situação de riscos de vários territórios que estão ameaçados no país. E, além disso, uma política [...] interministerial que possa, de certa forma, efetivar uma regularização fundiária que vá diminuir a questão do que gera a violência aos defensores, que é justamente a questão da terra, a questão da demarcação das terras dos povos indígenas e a garantia dos direitos dos cidadãos [...] principalmente aqueles em maior vulnerabilidade, que são mulheres, são jovens e crianças e LGBTQIA+.

Entrevista 4

01:27:07

Educação em direitos humanos, por exemplo, contribui muito, né? [...] Programas estaduais de direitos humanos precisam ser estabelecidos em lei e ser executados porque [...] na amplitude [tanto] de um estadual como municipal, isso contribui muito quando eu precisar acionar uma rede municipal ou estadual. Então, tem programa, tem educação [em] direitos humanos; então, [...] eu vou identificar tanto sociedade civil como agentes públicos de confiança. Que executem essas políticas, nem sempre nessa ordem [...]

Entrevista 10

01:24:37

Formação em proteção popular.

Um/a entrevistado/a citou marco legal como uma das estratégias para melhorar a *implementação* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 4

01:26:12

[...] tem que estar em lei, né? Porque em lei podem vir governos terríveis que a gente consegue pelo menos lutar pela sua garantia. E adequar as leis, claro, elas seguem um conjunto, né? Uma matriz que é igual, mas ela tem que seguir a realidade de cada Estado [...] em questão territorial, em questão de quantidade de incidência de pessoas em situação de risco e ameaça. Mais leis, todos[os] Estados, é, eu acho que têm que trabalhar isso. As leis, é, a efetivação das leis, [a] ampliação de profissionais e ampliações das demais políticas que somem, que vão contribuir para o programa de proteção.

Um/a entrevistado/a citou popularização dos direitos humanos e implementação de uma política pública interministerial para a proteção de DDDHs como estratégias para melhorar a *implementação* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais).

Entrevista 2

01:04:41

[...] eu acho que para implementar isso é preciso fortalecer a formação, capacitação de servidores públicos que atuam no campo da segurança pública; fortalecer, capacitar, informar também à população para garantir seus direitos, para garantir os direitos humanos e ambientais, porque a população não conhece os direitos. Isso aí, precisa popularizar os direitos humanos, eles precisam ser algo que nasceu do popular, mas precisa retornar a base para que à base [seja] consciente dos direitos que ela tem. E o terceiro momento acho que seria a implementação de políticas públicas dentro do campo de proteção dos defensores de direitos humanos, que tenham equipes técnicas com várias áreas específicas para acompanhar os vários defensores [...] que estão no programa de proteção e identificar também a situação de riscos de vários territórios que estão ameaçados no país. E, além disso, uma política [...] interministerial que possa, de certa forma, efetivar uma regularização fundiária que vá diminuir a questão do que gera a violência aos defensores, que é justamente a questão da terra, a questão da demarcação das terras dos povos indígenas e a garantia dos direitos dos cidadãos [...] principalmente aqueles em maior vulnerabilidade, que são mulheres, são jovens e crianças e LGBTQIA+.

Os/as entrevistados/as indicaram alguns caminhos para melhorar a política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais). As sugestões demonstram a falta de relação interinstitucional bipartite ou tripartite no âmbito estatal, apontando, de tal modo, a necessidade de se buscar solucionar o problema das estruturas

departamentalizadas no Estado brasileiro, o que prejudica a construção de políticas públicas de direitos humanos transversais e multidimensionais. A integralização de ações, programas e políticas públicas de direitos humanos é, assim, necessária em todos os níveis governamentais. No tocante à sua *estrutura*, os/as entrevistados/as sugeriram: *marco regulatório forte; maior alocação de recursos; aumentar número de pessoas nas equipes técnicas; aumentar número de programas estaduais; obrigatoriedade de Conselho Deliberativo (CONDEL); transformar a política pública de proteção de DDDHs em política de Estado; maior desburocratização; comunicação mais ampla; formação em direitos humanos para quem faz a política de proteção; capacidade de articulação dos/as integrantes do programa de proteção com os/as outros/as atores/atrizes sociais que também desenvolvem as ações de proteção de DDDHs que não estejam vinculados à política*. Em relação à sua *orientação*, os/as entrevistados/as indicaram: *formação e/ou capacitação em direitos humanos para quem faz a política de proteção; repensar os programas de proteção e a política de proteção de uma forma coletiva; ter um plano de comunicação sobre sua existência e importância; fazer a análise de risco (ameaça e perigo) de acordo com cada território*. Por fim, quanto à sua *implementação*, os/as entrevistados/as recomendaram: *maior orçamento, equipe e capacidade; formação em direitos humanos, tanto servidores públicos quanto integrantes da sociedade civil organizada; marco legal regulatório; popularização dos direitos humanos e implementação de uma política pública interministerial para a proteção de DDDHs*.

As falas confirmam, aqui também, que há falta de vontade política dos governos federal e estaduais para a apropriada execução da política pública de proteção de DDDHs no Brasil (Terto Neto, 2018). E evidenciam, com ênfase, o fato de que é a falta de vontade política dos governantes que impede a alocação de recursos suficientes para o PPDDH (Federal e Estaduais) funcionar de forma eficaz, que dificulta as tratativas com o Congresso Nacional para a aprovação de um marco legal pujante, e que, nomeadamente, afeta a aparição da confiança mandatória para que a sociedade civil organizada possa participar da constituição de uma proteção institucional de DDDHs que seja eficaz no contexto brasileiro. As falas indicam, sobremaneira, haver a urgente necessidade de se transformar a política de proteção de DDDHs, hoje em dia política de governo, em política de Estado, tornando-se, de tal modo, livre das pressões ideológicas que possam influenciar a tomada de decisões em governos de plantão. E isto é importante, como já dito, porque pode contribuir para a solidificação das relações entre as práticas de *proteção popular* e a *proteção institucional*, que, como revelado, seguem subordinadas às questões ideológicas que marcam cada governo específico.

3. Considerações finais

O Brasil é um país pós-colonial que ainda enfrenta um cenário de autoritarismo social e suas características mais marcantes, tais como pobreza, exclusão, desigualdade(s) e violência(s) (Terto Neto, 2018). Há, também, a questão do capitalismo periférico brasileiro, em que o Estado enfrenta dificuldades não somente para regular o processo de acumulação do capital, mas também para mediar os diversos conflitos (classe, gênero, raça, competição etc.) reveladores das contradições existentes na histórica conjuntura de autoritarismo social. A incapacidade do Estado brasileiro em controlar o capitalismo predatório tem, portanto, contribuído para o aumento das desigualdades e a manutenção dos problemas estruturais que inviabilizam a construção de um regime de direitos humanos nacional (Dagnino, 1994, 1998, 2001; Fiori, 2024). Adicionando-se a isso as atuais ameaças fascistas, tem-se um panorama autoritário no qual há altos índices de violência contra DDDHs, posto que são eles/as que questionam o *status quo*, organizando e conduzindo importantes lutas por democracia, direitos humanos e justiça social (Terto Neto, 2020).

No marco dos 25 anos da *Declaração das Nações Unidas sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (Declaração sobre Defensores/as de Direitos Humanos)*²², a compreensão da necessidade de DDDHs serem protegidos/as é imperativa para uma apreciação sobre o porquê de estratégias de proteção popular e das políticas públicas de proteção institucional terem sido criadas no Brasil, tanto quanto de como tais práticas têm funcionado (Terto Neto, 2017, 2018).

A presente pesquisa conduziu uma análise crítica das percepções de DDDHs sobre as experiências de *proteção popular* (sociedade civil organizada) e *proteção institucional* (Estado) no contexto sociopolítico, legal, cultural e econômico brasileiro, em que dá-se a retomada do processo democrático e do caminho dos direitos humanos, sobretudo depois da vitória de Lula da Silva nas últimas eleições presidenciais no País.

Objetivou-se, com isso, identificar resultados de pesquisa devidamente qualificados para se poder embasar tomadas de decisões direcionadas ao aperfeiçoamento das práticas de proteção popular, feita pela sociedade civil organizada, e da proteção institucional, conduzida pelo Estado como política pública, bem como indicar aprimoramentos na destinação de recursos públicos voltados para a proteção institucional de DDDHs e, ainda, sistematizar as respostas da sociedade civil organizada à violência contra DDDHs.

22 OHCHR. Disponível em: www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Defenders/Declaration/declarationPortuguese.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

- Em relação às manifestações e causas do risco (ameaça e perigo) à atuação de DDDHs

Tratando-se das *percepções que DDDHs têm do risco (ameaça e perigo) presente no contexto imediato e mais amplo de sua atuação*, a maioria dos/as entrevistados/as indicou que o risco (ameaça e perigo) para a atuação de DDDHs no contexto mais amplo de atuação é alto, grande ou enorme. A mesma tendência manteve-se quanto à atuação em suas localidades, posto que a maioria dos/as entrevistados/as – 9 de 13 – indicou que o risco (ameaça e perigo) para a atuação de DDDHs no contexto imediato de atuação é alto, grande ou enorme.

Observando-se as *percepções que DDDHs têm das causas do risco (ameaça e perigo) contra DDDHs*, a maioria dos/as entrevistados/as indicou os conflitos agrários pela terra e a violência policial como principais causas dos riscos (perigos e ameaças) a DDDHs no Brasil. Entrevistados/as apontaram como principais aspectos dos riscos (ameaças e perigos) que mais impactam as *individualidades* de DDDHs os seguintes: *desqualificação do/a DDH (“persona non grata”); incapacidade do/a DDH perceber as ameaças; marcadores individuais (ser mulher, gay, negro/a, indígena, etc); problemas de saúde mental; conflitos familiares; violência policial; superexposição da liderança*. Quanto aos principais aspectos dos riscos (ameaças e perigos) que mais impactam as *coletividades* de DDDHs, entrevistados/as indicaram os seguintes: *criminalização individual e coletiva; violências institucionais (como a CPI do MST); divisão do coletivo; descontinuidade da luta; perda do território; problemas de saúde mental; violência policial*. Sobre de quem é que DDDHs sofrem risco, entrevistados/as indicaram as forças policiais, os latifundiários, as grandes empresas do agronegócio e os grandes grupos econômicos, parlamentares, crime organizado (donos do tráfico), milícias e membros do Judiciário como os/as principais ameaçadores/as de DDDH no Brasil.

Analisando-se as *percepções que DDDHs têm do risco (ameaça e perigo) específico pela condição de indígena, mulher, campesino/a e negro/a*, vê-se que todos/as os/as entrevistados/as responderam haver maior risco (ameaça e perigo) para DDDHs em função de serem mulher, indígena, negro/a e/ou campesino/a no Brasil.

- No tocante às estratégias e metodologias de ação na realização da proteção popular de defensores/as dos direitos humanos

Tratando-se das *estratégias e metodologias utilizadas pelos DDDHs (individualidades e coletividades) na autoproteção*, entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas por DDDHs para sua *autoproteção*: *nunca andar sozinho; evitar ficar em situação de risco e/ou nunca se expor demais, inclusive nas redes sociais; mudar caminhos com frequência; não usar redes sociais e/ou não deixar fotos das pessoas no site da organização; sempre avisar aos/às companheiros/as e à família onde e com quem o/a DDH está; não ir para o embate direto com o perpetrador; conhecer seu espaço de atuação (campo de luta); saber usar as palavras certas (comunicação) e/ou tomar cuidado com quem fala; morar em apartamento em vez de casa, usar carro branco (cor mais comum), e trabalhar em home office; não expor a família; falar sempre em nome de um grupo, nunca individualmente*. Além disso, entrevistados/as

indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas por DDDHs para a *autoproteção de sua coletividade*: a realização de diálogo e/ou comunicação constantes com outros/as companheiros/as; fazer ações coletivas, de forma a direcionar o protagonismo para a coletividade e/ou evitar a personificação nas lutas, para deixar o foco na coletividade; construção de rede de solidariedade e articulação em rede; uso das redes sociais para dar visibilidade aos/às DDDHs; conhecer bem o espaço de atuação (campo de luta), desde a sede da entidade até áreas de atuação concreta; cuidado no trato das informações sensíveis; verificar a saúde mental de membros da coletividade; nunca andar sozinho e ter câmaras de segurança nas casas, mas dentro da comunidade; planejar bem as ações antes de ir ao território; isolamento social e distanciamento dos conflitos (guarani mbyá); protagonismo nos conflitos (kaingang).

Observando-se as estratégias e metodologias utilizadas pelos DDDHs (individualidades e coletividades) de proteção recíproca (entre quem está diretamente envolvido no contexto de risco), entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas entre DDDHs para a *proteção recíproca*: diálogo coletivo para construção de redes de proteção e solidarização dentro do território e/ou coletividade; desenvolvimento da confiança recíproca entre membros da coletividade; remoção dos/as DDDHs mais perseguidos/as da condição de “alvo”, transferindo-os/as do lugar, se preciso for, bem como a retirada das fotos de DDDHs ameaçados/as do site da entidade/organização/movimento; busca do apoio do Estado (proteção institucional); formação em pedagogia da proteção coletiva; a necessidade de se assegurar ferramentas jurídicas e políticas para proteger DDDHs ameaçados/as; evitar ir até a comunidade e ficar mais voltado ao trabalho interno na instituição; aplicação de estratégias de cuidados. Adicionalmente, entrevistados/as enunciaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas por coletividades de DDHH para reciprocamente (troca mútua) se protegerem: diálogos constantes sobre proteção recíproca; diálogo coletivo para a proteção e construção de rede de solidariedade; articulação com redes de proteção externas (movimentos, organizações, DDDHs, instituições estatais etc.), inclusive para acompanhar/assessorar os programas de proteção aos/às indígenas; desenvolvimento da confiança recíproca entre membros da coletividade; formação em pedagogia da proteção coletiva; remoção dos/as DDDHs mais perseguidos/as da condição de “alvo”, transferindo-os/as do lugar, se preciso for, bem como a retirada das fotos de DDDHs ameaçados/as do site da entidade/organização/movimento; evitar ir até a comunidade e ficar mais voltado ao trabalho interno na instituição; aplicação de estratégias de cuidados evitar ir até a comunidade e ficar mais voltado ao trabalho interno na instituição; busca de apoio do Estado (proteção institucional) e criação de redes de proteção de DDDHs na coletividade (redes solidárias e de apoio emocional).

Analisando-se as estratégias e metodologias utilizadas pelos DDDHs (individualidades e coletividades) de proteção solidária (apoio solidário, de quem não está imediatamente envolvido no contexto de risco), entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e metodologias usadas entre DDDH para a *proteção solidária*: diálogo coletivo e construção de rede de solidariedade; sair do lugar de risco, nunca sair sozinho e/ou acionar o Judiciário e/ou as forças policiais; acolhimento de DDDHs removidos de outros Estados por estarem ameaçados/as; aporte financeiro para ações emergenciais. Além disso, entrevistados/as indicaram diversas práticas como estratégias e me-

metodologias usadas por coletividades de DDHH para se protegerem solidariamente: diálogo coletivo para a proteção e construção de rede de solidariedade; a realização de diagnóstico (análise de risco) e elaboração de plano de ação protetiva; a busca de apoio do Estado (proteção institucional), acionando-se o Poder Judiciário e/ou as forças policiais; aporte financeiro.

Sobre as relações entre as práticas de proteção popular e a proteção institucional, a maioria dos/as entrevistados/as indicou que não são satisfatórias.

- No pertinente a limites da proteção institucional, atuação e propostas para a qualificação da política pública de proteção a DDDHs

Tratando-se dos limites da proteção institucional, entrevistados/as indicaram diversos aspectos limitadores da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais), tais como: baixo orçamento; falta de vontade política dos governos (federal e estaduais); proteção institucional condicionada às questões ideológicas que marcam os governos de plantão; a dificuldade do PPDDH (Federal ou os Estaduais) em sensibilizar o/a DDH para que aceite sua condição de ameaçado/a; incapacidade do PPDDH (Federal ou os Estaduais) em viabilizar a construção coletiva das estratégias da política de proteção brasileira. Isso explica porque a maioria dos/as entrevistados/as indicou que a proteção institucional recebida por DDDHs de sua/seu instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento não tem sido satisfatória.

No tocante às sugestões de defensores e defensoras dos direitos humanos para melhorar a política de proteção institucional, entrevistados/as apontaram alguns caminhos para melhorar a política de proteção institucional (PPDDH Federal ou os Estaduais), que seguem indicados no item a seguir.

4. Recomendações

4.1. Proteção institucional

Recomendações feitas pelos/as entrevistados/as para melhorar o PPDDH (Federal e Estaduais).

Para melhorar a *estrutura* dos PPDDHs (Federal e Estaduais)

- Aumentar número de pessoas nas equipes técnicas.
- Aumentar número de programas estaduais de proteção de DDDHs.
- Comunicação mais ampla.
- Capacidade de articulação dos/as integrantes do PPDDH com outros/as atores/atrizes sociais que também desenvolvem as ações de proteção de DDDHs que não estejam vinculados/as à política de proteção de DDDHs.
- Formação em direitos humanos para quem faz a política de proteção.
- Maior desburocratização.
- Marco legal regulatório forte.
- Maior alocação de recursos.
- Obrigatoriedade de Conselho Deliberativo (Condel) paritário para os PPDDHs (Federal e Estaduais).
- Transformar a política pública de proteção de DDDHs em política de Estado.

Para melhorar a *orientação* dos PPDDHs (Federal e Estaduais)

- Análise de risco (ameaça e perigo) de acordo com cada território.
- Formação e/ou capacitação em direitos humanos para quem faz a política de proteção.
- Repensar os PPDDHs (Federal e Estaduais) e a política de proteção de forma coletiva.
- Ter um plano de comunicação sobre a existência e importância dos PPDDHs (Federal e Estaduais).

Para melhorar a *implementação* dos PPDDHs (Federal e Estaduais)

- Formação em direitos humanos, tanto para servidores públicos quanto para integrantes da sociedade civil organizada.
- Maior orçamento, equipe e capacidade.
- Marco legal regulatório forte (lei federal).

- Popularização dos direitos humanos e implementação de uma política pública interministerial para a proteção de DDDHs.

4.2. Proteção popular

Recomendações derivadas das falas dos/as entrevistados/as para melhorar a proteção popular.

- Sensibilização de DDDHs para que se atentem aos riscos (ameaças e perigos) de se fazer a luta, para que saibam como evitar ser criminalizados/as e como preservar seu estado emocional e/ou sua saúde mental.
- Utilização de comunicação eficiente entre DDDHs, dentro e fora da comunidade.
- Articulação em rede nos âmbitos local, regional, nacional e internacional.
- Utilização do processo de irradiação da proteção entre DDDHs, por meio do qual um/a DDH que recebe a proteção de outro/a DDH passa a proteger outro/a DDH, e assim sucessivamente.

Referências bibliográficas

ARANTES, P. de T. L. O “Caso Simone André Diniz” e a luta contra o racismo estrutural no Brasil. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, n. 31, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.17808/des.31.264>.

AZEVEDO, Debora Bithiah de. **Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022.

BAZELEY, Pat; JACKSON, Kristi. **Qualitative Data Analysis with NVIVO**. Sage, 2013.

BENNETT, K. *et al.* Critical Perspectives on the Security and Protection of Human Rights Defenders. *The International Journal of Human Rights*, v. 19, n. 7, p. 883-895, 2015.

BERSANI, H. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. *Revista Extraprensa*, v. 11, n. 2, p. 175-196, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2018.148025>.

BLAIKIE, Norman. **Approaches to Social Enquiry**. Polity, 2007.

BLAIKIE, Norman. **Designing Social Research**. Polity, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

CARBONARI, P. C. Proteção em Direitos Humanos: Ensaio para Sugerir uma Proposta Popular, Libertadora e Militante. *Atâtôt: Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG*, v. 4, n. 2, p. 1-27, 2023.

CARBONARI, P. C. **Proteção Popular em Direitos Humanos: Sentidos, Limites e Potencialidades**. Passo Fundo: Salus, 2023.

COX, R. Gramsci, hegemony and international relations: An essay in method. *Millennium*, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

DAGNINO, Evelina. “We all have rights but ...”: contesting conceptions of citizenship in Brazil. *In: KABEER, Naila (ed.). Inclusive Citizenship. Meaning and expressions of citizenship*. Zed Books, 2005. p. 147-163.

DAGNINO, Evelina. An Alternative World Order and the Meaning of Democracy. *In*: BRECHER, Jeremy; CHILDS, John Brown; CUTLER, Jill (ed.). **Global Visions: Beyond the New World Order**. South End Press, 1993.

DAGNINO, Evelina. Citizenship: a perverse confluence. **Development in Practice**, v. 17, n. 4/5, p. 549-556, 2007.

DAGNINO, Evelina. Civic driven change and political projects. *In*: FOWLER, Alan; BIERKHART, Kees (ed.). **Civic driven change**. Citizen's imagination in action. Institute of Social Studies, 2008.

DAGNINO, Evelina. Civil Society in Latin America. *In*: EDWARDS, M. (ed.). **Oxford Handbook on Civil Society**. Oxford University Press, 2011.

DAGNINO, Evelina. Civil society in Latin America: Participatory citizens or service providers? *In*: Heidi Moksnes and Mia Melin. **Power to the People: (Con-)Tested Civil Society in Search of Democracy**. UPPSALA Universitet, 2010.

DAGNINO, Evelina. Conceptualizing culture: a perspective from the South. **Cultural Processes Newsletter of the Research Network Sociology of Culture, European Sociological Association**), v. 1, p. 18-23, August 2008.

DAGNINO, Evelina. Culture, Citizenship, and Democracy: Changing Discourses and Practices of the Latin American Left. *In*: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (ed.). **Culture of Politics, Politics of Culture: Re-visioning Latin American Social Movements**. Westview Press, 1998.

DAGNINO, Evelina. Dimensions of Citizenship in Contemporary Brazil. **Fordham Law Review**, v. 75, n. 5, p. 2469-2482, 2007.

DAGNINO, Evelina. Meanings of Citizenship in Latin America. **IDS Working Paper**, v. 258, p. 1-27, 2005.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil: Tendências recentes. **JILAS: Journal of Iberian and Latin American Studies**, v. 7, n. 1, p. 75-104, 2001.

DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania. *In*: DAGNINO, Evelina (ed.). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. Sociedad Civil, Espacios Publicos y Construcción Democrática en Brasil: Límites y Posibilidades. *In*: DAGNINO, Evelina (ed.). **Sociedad Civil, Espacios Publicos y Democratización: Brasil**. Fondo de Cultura Económica, 2002.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In: MATO, Daniel (ed.). Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización.* FaCES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. **La Disputa por la construcción democrática en América Latina.** CIESAS, 2006.

DAGNINO, Evelina; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. The Participation of Civil Society in Lula's Government. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 3, p. 39-66, 2014.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso.** São Paulo: Unesp, 2006. p. 29-129.

DUSSEL, Enrique. **El encubrimiento del outro.** Hacia el origen del mito de la modernidad. Quito: Abya Ayala, 1994.

DUSSEL, Enrique. **Introducción a una filosofía de la liberación latinoamericana.** II e III. 2000.

FERNÁNDEZ, Luis Enrique Eguren; PATEL, Champa. Towards Developing a Critical and Ethical Approach for Better Recognising and Protecting Human Rights Defenders. **The International Journal of Human Rights**, v. 19, n. 7, p. 896-907, 2015.

FIORI, José Luís. Sobre a crise do Estado brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 9, p. 406-417, 2024.

FLORES, J. H. M. Aproximaciones conceptuales para el análisis del fenómeno de la violencia contra defensoras y defensores de derechos humanos. **Revista Méthodos** (Revista Electrónica de Investigación Aplicada en Derechos Humanos), v. 1, n. 2, p. 27-49, 2012.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (Re)invenção dos Direitos Humanos.** Florianópolis: Fundação Boiteux & IDHID, 2009.

FOUCAULT, Michael. **The Archaeology of Knowledge.** Routledge, 2002.

GEORGE, J. **Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction to International Relations.** Boulder, CO: Lynne Rienner, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Os cadernos do cárcere.** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. v. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOLSTON, James. **Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil.** Princeton University Press, 2008.

HYNEK, Nik; TETI, Andrea. Saving identity from postmodernism? The normalization of constructivism in International Relations. **Contemporary Political Theory**, v. 9, n. 2, p. 171-199, 2010.

JUSTIÇA GLOBAL e TERRA DE DIREITOS. **Na linha de frente: violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil (2019 a 2022)**, 2022. Disponível em: www.global.org.br/blog/na-linha-de-frente-violencia-contradefensoras-e-defensores-de-direitos-humanos-no-brasil-2019-2022/. Acesso em: 7 fev. 2024.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Transnational Advocacy Networks in International and Regional Politics. **International Social Science Journal**, v. 51, n. 159, p. 89-101, 1999.

NAH, Alice M. Navigating mental and emotional wellbeing in risky forms of human rights activism. **Social Movement Studies**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 1-16, 2 jan. 2020.

O`DONNELL, Guillermo A. Why the Rule of Law Matters. **Journal of Democracy**, v. 15, n. 4, p. 32-46, 2004.

OLIVEIRA, Giovanna Araújo de. **Criminalização de defensoras e defensores de Direitos Humanos: análise crítica do discurso do Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (ed.). **La colonialidad del saber**. Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: Sua teoria, incidência no Brasil. Influência no serviço social**. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SMDH *et al.* **Organização popular e atuação em rede para fortalecer a proteção popular** [recurso eletrônico]. Projeto Sementes de Proteção / Projeto Defendendo Vidas. Passo Fundo: Saluz, 2023. (Série Proteção Popular; v. 4). Disponível em: <https://sementesdeprotecao.org.br/organizacao-popular-e-atuacao-em-rede-para-fortalecer-a-protecao-popular/>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SMDH *et al.* **Proteção popular de defensores e defensoras de direitos humanos.** Projeto Sementes de Proteção / Projeto Defendendo Vidas. Passo Fundo: Saluz, 2022. (Série Proteção Popular; v. 1). Disponível em: <https://sementesdeprotecao.org.br/protecao-popular-de-defensores-e-defensoras-de-direitos-humanos/>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SMDH *et al.* **Proteger quem protege:** subsídio para análise de contexto e plano de ação protetiva popular. Projeto Sementes de Proteção / Projeto Defendendo Vidas. Passo Fundo: Saluz, 2022. (Série Proteção Popular; v. 3). Disponível em: <https://sementesdeprotecao.org.br/proteger-quem-protege-subsidio-para-analise-de-contexto-e-plano-de-acao-protetiva-popular/>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SMDH *et al.* **Subsídios para análise:** desafios à proteção popular de defensores e defensoras de direitos humanos. Projeto Sementes de Proteção / Projeto Defendendo Vidas. Passo Fundo: Saluz, 2022. (Série Proteção Popular; v. 2). Disponível em: <https://sementesdeprotecao.org.br/subsidios-para-analise-desafios-a-protecao-popular-de-defensores-e-defensoras-de-direitos-humanos/>. Acesso em: 7 fev. 2024.

TERTO NETO, U. **A política pública de assistência jurídica:** a defensoria pública no Maranhão como reivindicação do campo democrático popular. Curitiba: Juruá, 2010.

TERTO NETO, U. Amazônia em chamas: defensores/as de direitos humanos na proteção da floresta amazônica. *In:* MACÊDO, Marta de Paiva; MALHEIROS, N. Divino Toledo; OLIVEIRA, Aristeu G. de Oliveira (org.). **Direito ao Ambiente e Justiça Socioambiental.** Curitiba: CRV, 2020.

TERTO NETO, U. Bolsonaro, Populism and the Fascist Threat: The Role of Human Rights Defenders in Protecting Brazilian Democracy. **Kairos: A Journal of Critical Symposium**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 47-66, June 2020. Disponível em: www.kairotext.in/index.php/kairotext/article/view/97. Acesso em: 7 fev. 2024.

TERTO NETO, U. Defensores(as) de Direitos Humanos, Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Cidadania Plena no Brasil. *In:* GONÇALVES, C. M. C. *et al.* (org.). **Biodiversidade, Democracia e Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016a.

TERTO NETO, U. Democracy, social authoritarianism, and the human rights state theory: towards effective citizenship in Brazil. **The International Journal of Human Rights**, v. 21, n. 3, p. 289-305, 2017. Disponível em: www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13642987.2017.1298733. Acesso em: 7 fev. 2024.

TERTO NETO, U. **Protecting Human Rights Defenders in Latin America: A Legal and Socio-Political Analysis of Brazil.** New York: Palgrave Macmillan, 2018. Disponível em: www.springer.com/us/book/9783319610931. Acesso em: 7 fev. 2024.

TERTO NETO, U.; EYNARD, M. (ed.). **Democracias Latinoamericanas en Crisis: Diagnósticos y Alternativas Frente a Los Conflictos Sociales en Argentina y Brasil**. Anápolis: UEG, 2023.

TERTO NETO, U.; OLIVEIRA, C. A. G. Protecting human rights defenders in Brazil: A Panoramic View of Existing Popular and Institutional Protection Experiences. **Atâtôt: Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG**, v. 4, n. 2, p. 1-37, 2023.

TERTO NETO, Ulisses; COSTA, Candida da. Vulnerabilidades de Defensores(as) de Direitos Humanos. *In*: MARCONI, Cláudia Alvarenga *et al.* (org.). **Políticas Europeias para Democracia e Direitos Humanos: análises e perspectivas no espectro local-global**. São Paulo: Dialética, 2023. p. 387-420.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Inst. Pensar, 2007.

Anexos

Anexo 1 - Lista de entrevistados e entrevistadas

Tabela 1 - Número de DDDHs Participantes das Entrevistas

Entrevistas	Defensor/a de Direitos Humanos	Área de Atuação
Entrevista 1	Entrevistado/a A	Mulheres do Campo
Entrevista 2	Entrevistado/a B	Povos Indígenas
Entrevista 3	Entrevistado/a C	Direitos Humanos em Geral
Entrevista 4	Entrevistado/a D	Direitos Humanos em Geral
Entrevista 5	Entrevistado/a E	LGBTQIA+
Entrevista 6	Entrevistado/a F	Luta pela Terra e Território
Entrevista 7	Entrevistado/a G	Proteção de Defensores/as dos Direitos Humanos
Entrevista 8	Entrevistado/a H	LGBTQIA+
Entrevista 9	Entrevistado/a I	Povos Indígenas
Entrevista 10	Entrevistado/a J	Direitos Humanos em Geral
Entrevista 11	Entrevistado/a L	Luta pela Terra e Território
Entrevista 12	Entrevistado/a M	Negro/as
Entrevista 13	Entrevistado/a N	Luta pela Terra e Território

Fonte: Entrevistas realizadas com DDDHs durante trabalho de campo, abril a novembro 2023

Anexo 2 - Síntese da análise de dados

Tabela 2 - Síntese da Análise de Dados

Temas de Interesse	Objetivo(s)	Dados	Análise	Tópico
<p>Manifestações e causas do risco (ameaça e perigo) à atuação de DDDHs</p>	<p>Levantamento da percepção que DD-DHs têm do risco (ameaça e perigo) presente no contexto imediato e mais amplo de sua atuação para (a) identificar como se manifesta e, (b) a partir da manifestação percebida, mostrar as suas causas. Importante considerar manifestações e suas causas gerais e comuns a diferentes contextos e a diferentes DD-DHs, e aquelas que são específicas e próprias de determinados contextos e a determinados DDDHs (por exemplo, o que há de específico para indígenas, mulheres, negros/as?).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação pertinente à proteção de DDDHs. - Documentos disponibilizados pela coordenação do Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. - Bibliografia resultante da revisão de literatura. - Entrevistas com DDDHs. 	<ul style="list-style-type: none"> - Orientações, exigências e outras recomendações encontradas na legislação sobre proteção de DDDHs. - Critérios de seleção e organização de dados qualitativos. - Comparação entre dados primários e dados encontrados em documentos estatais e da sociedade civil organizada. - Dados de entrevistas. 	<p>2 (2.1)</p>
<p>Estratégias e metodologias de ação na realização da proteção popular de DDDHs</p>	<p>Mapeamento das estratégias e metodologias utilizadas pelos DDDHs (individualidades e coletividades) para a “proteção popular”, distinguindo aquelas que são de autoproteção, de proteção recíproca e de proteção solidária. Também é importante identificar as relações entre as práticas de proteção popular e a proteção institucional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação pertinente à proteção de DDDHs. - Documentos disponibilizados pela coordenação do Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. - Bibliografia resultante da revisão de literatura. - Entrevistas com DDDHs. 	<ul style="list-style-type: none"> - Orientações, exigências e outras recomendações encontradas na legislação sobre proteção de DDDHs. - Critérios de seleção e organização de dados qualitativos. - Comparação entre dados primários e dados encontrados em documentos estatais e da sociedade civil organizada. - Dados de entrevistas. 	<p>2 (2.2)</p>

Temas de Interesse	Objetivo(s)	Dados	Análise	Tópico
Limites da proteção institucional, atuação e propostas para a qualificação da política pública de proteção a DDDHs	Sistematização da percepção de DDDHs a respeito da proteção institucional, tanto por sua posição quanto por experiências de proteção institucional a fim de identificar os principais limites da política de proteção, considerando inclusive o modo de operacionalização da ação protetiva junto aos/às DDDHs. Também recolher propostas para a qualificação da política pública de proteção a DDDHs, tanto no sentido da sua estruturação, sua orientação, bem como das formas de sua implementação concreta.	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação pertinente à proteção de DDDHs. - Documentos disponibilizados pela coordenação do Projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. - Bibliografia resultante da revisão de literatura. - Entrevistas com DDDHs. 	<ul style="list-style-type: none"> - Orientações, exigências e outras recomendações encontradas na legislação sobre proteção de DDDHs. - Critérios de seleção e organização de dados qualitativos. - Comparação entre dados primários e dados encontrados em documentos estatais e da sociedade civil organizada. - Dados de entrevistas. 	2 (2.3)

Fonte: Entrevistas realizadas com DDDHs durante trabalho de campo, abril a novembro 2023; Termo de Referência para a pesquisa sobre temas de interesse da proteção popular de DDDHs.

Anexo 3 - Aspectos conceituais do termo de referência da pesquisa

Apresentamos a seguir alguns aspectos conceituais que constam do Termo de Referência que orientou a elaboração da pesquisa. Servem de subsídio para a compreensão dos elementos trabalhados no relatório.

Temas de Interesse

O Projeto Sementes pretende levantar subsídios nos seguintes temas de interesse, podendo estes vir a orientar a elaboração do roteiro de questões para a entrevista semiestruturada.

Eixo I – Manifestações e causas do risco (ameaça e perigo) à atuação de DDDH

Levantamento da percepção que DDDH tem do risco (ameaça e perigo) presente no contexto imediato e mais amplo de sua atuação para a) identificar como se manifesta e, b) a partir da manifestação percebida, mostra as suas causas. Importante considerar manifestações e suas causas gerais e comuns a diferentes contextos e a diferentes DDDHs e aquelas que são específicas e próprias de determinados contextos e a determinados DDDHs (por exemplo, o que há de específico para indígenas, mulheres, negros/as?).

Eixo II – Estratégias e metodologias de ação na realização da proteção popular de DDDH

Mapeamento das estratégias e metodologias utilizadas pelos DDDH (individualidades e coletividades) para a “proteção popular”, distinguindo aquelas que são de autoproteção, de proteção recíproca e de proteção solidária. Também é importante identificar as relações entre as práticas de proteção popular e a proteção institucional. Muito importante distinguir estratégias, tidas como aquelas diretrizes que orientam e subsidiam as práticas de proteção popular, das metodologias, que constitui a dinâmica da implementação considerando fluxos, processos, agentes, além de procedimentos. Fundamental também distinguir iniciativas e ações protetivas de individualidades e de coletividades.

Eixo III – Limites da proteção institucional atuação e propostas para a qualificação da política pública de proteção a DDDH

Sistematização da percepção dos/as DDDH a respeito da proteção institucional, tanto por sua posição quanto por experiências de proteção institucional a fim de identificar os principais limites da política de proteção, considerando inclusive o modo de operacionalização da ação protetiva junto aos/às DDDH. Também recolher propostas para a qualificação da política pública de proteção a DDDH, tanto no sentido da sua estruturação, sua orientação, bem como das formas de sua implementação concreta.

Referências para a Pesquisa

Necessidade de considerar os seguintes aspectos conceituais orientadores do Projeto Sementes:

Defensores/as de Direitos Humanos: para além do conceito definido na *Declaração das Nações Unidas*,²³ opta-se por uma compreensão dirigida e particularmente focada no que se pode chamar de “defensores/as populares de direitos humanos”, que são militantes, lutadores/as do povo, lideranças comunitárias, dirigentes de organizações da sociedade civil que fazem luta social como defensores/as de direitos humanos mulheres, camponeses/as (sem-terra, trabalhadores/as rurais, agricultores/as familiares, posseiros/as); povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos/as, pescadores/as artesanais, seringueiros/as, extrativistas); LGBTIAP+; ambientalistas; lideranças da luta antirracista, sem teto; atingidos/as por grandes empreendimentos (mineração, barragens); religiosos/as de matriz africana e outros agentes pastorais e religiosos/as; agentes da luta contra tortura e o encarceramento; defensores/as da juventude de periferia urbana; pessoas em situação de rua e catadores/as de materiais; comunicadores/as populares; lideranças de periferias urbanas, entre outros

Proteção Popular: é a resposta intencional, organizada e cuidadosa de ação protetiva àqueles/as sujeitos/as de direitos que se encontram em risco (perigo e/ou ameaça) num determinado contexto como forma de autoproteção, de proteção recíproca e de proteção solidária combinadas entre si. A proteção popular é parte do processo de organização e de luta e se configura num *projeto* efetivado como prática histórica cultivada e realizada nas e pelas organizações e movimentos de direitos humanos do campo popular como resistência, mas também como enfrentamento. É atuação integral em direitos humanos que requer medidas diversas para cuidado da vida (e vida em abundância). É ação educativa (“pedagogia da proteção”, é antirracista, antipatriarcal, antimachista, antilegtifóbica, antinormalista... A proteção popular se efetiva nos espaços que as próprias organizações e movimentos vão construindo em cada situação, contexto, temporalidade e territorialidade, formando “comunidades protetoras”/“comunidades de proteção” e requer o comprometimento dos/as próprios/as defensores/as populares (as individualidades) e das organizações (as coletividades) das quais são parte, além da solidariedade de aliados/as. Por fim a proteção popular é formação de “nós” de REDE... como ação “em rede”. As *medidas protetivas populares* se constituem na parte prática da proteção popular, são as estratégias e táticas construídas em defesa da vida plena, articula de modo intenso e estreito autoproteção (cuidado de si), proteção recíproca (cuidados interessados e trocado entre uns/umas e outros/as) e proteção solidária (daqueles/as com quem se pode contar no apoio desinteressado em feito por amor à causa). É *abertura a possibilidades* pois não há “modelos prontos”, ainda que possa haver “traços comuns” e “constantes vividas” nas diferentes experiências

23 Ver Resolução 53/144 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 9 de dezembro de 1998. Disponível em www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Defenders/Declaration/declarationPortuguese.pdf. Em âmbito regional da OEA a Resolução AG/RES. 1671 (XXIX-O/99), 7 de junho de 1999. Ver também Corte I.D.H., Caso Lysias Fleury, Resolução de 7 de junho de 2003, § 5. Caso Nieto Palma, Resolução de 9 de julho de 2004, § 8. Ver para União Europeia: Diretrizes da UE sobre Defensores dos Direitos Humanos (100056/1/04 REV 1, Bruxelas, 9 de junho de 2004).

protetivas. As medidas protetivas constituem um Plano de Ação Protetiva (PAP), o qual se compõe de um diagnóstico da realidade (análise de contexto e risco), um planejamento das medidas protetivas e no acompanhamento/ monitoramento/ avaliação do planejamento. Ver *Caderno 1: Proteção Popular de DDDH*.²⁴

Proteção Institucional: é a proteção realizada como política pública de proteção, levada a efeito sob os auspícios e a orientação e financiamento do Estado, preferencialmente executada por equipe interdisciplinar contratada e mantida por organização da sociedade civil com atuação em direitos humanos. Segue a orientação institucional e é deliberada por meio de instâncias próprias e normatizada por legislações adequadas nas quais também se definem os critérios e parâmetros legais e elegíveis, reconhecidos como medidas efetivas de proteção. Nela são implementadas medidas protetivas institucionais que podem compor com as medidas de proteção popular. Necessidade de distinguir a *Política de Proteção a Defensores/as de Direitos Humanos*, que é mais ampla e estabelece as diretrizes e orientações gerais, além dos mecanismos e instrumentos para sua efetivação; o *Plano de Ação para a Proteção a Defensores/as de Direitos Humanos*, encarregado de definir as ações protetivas a serem realizadas como parte da implementação da *Política*; e o *Programa de Proteção a Defensores/as de Direitos Humanos*, que consiste no modelo de operacionalização de boa parte da *Política* e do *Plano de Ação*.

Subsídios de Diagnóstico: para a boa capacidade de ação é fundamental o diagnóstico, no qual será fundamental considerar os seguintes aspectos. *Contexto:* conjunto de aspectos circunstanciais e estruturais presentes nas realidades e que estão interligados às situações que causam risco (perigo e/ou ameaça) e resistências/resiliência (fragilidade, potencialidade e recursos) que levam a perceber as necessidades emergenciais e estruturais de proteção. *Riscos:* realidades objetivamente perceptíveis e presentes num determinado contexto que visam inibir ou impedir a realização e o seguimento das ações, indicando possibilidade de ocorrerem eventos que resultem em danos geralmente manejados por agentes atuantes no contexto (ainda que indiretamente), em geral como antagonistas. Pode ser avaliado a partir do histórico de violências do local. Exige ações de proteção. Pode-se distingui-lo em duas modalidades: perigo e ameaça. Os *perigos* são riscos que indicam situações efetivamente prejudiciais aos/às sujeitos/as, realidade em ato, já que podem resultar em lesão física ou dano moral. São aqueles riscos com grave potencial ofensivo. Podem ter grau alto, médio ou baixo. As *ameaças* são riscos, em potência, que exprimem vontade/disposição de prejudicar, intimidar, constranger a alguém, uma declaração ou sugestão de que existe a intenção de causar dano a curto ou médio prazo. Podem ter grau alto, médio ou baixo.

Condições dos/as Sujeitos/as DDDH: os/as sujeitos/as têm várias disponibilidades, entre elas: *Resistências/resiliências:* capacidades dos/as sujeitos/as (individualidades e coletividades) lidarem com os riscos: perigos e ameaças. Todas as situações de risco geram sofrimento, mas há diferentes modos de experimentá-lo. Se traduzem em “fragilidades”, “potencialidades” e recursos. *Fragilidades:* condições das subjetividades (individualidades e coletividades) que são fatores que podem aumentar

24 Disponível em <https://sementesdeprotecao.org.br/protecao-popular-de-defensores-e-defensoras-de-direitos-humanos/>

a probabilidade de que o prejuízo em consequência do risco (perigo e/ou ameaça) se concretize. Podem ter grau alto, médio ou baixo. *Potencialidades*: forças que as subjetividades (individualidades e coletividades) têm disponíveis para fazer frente aos riscos (perigos e/ou ameaças) e ativam as virtuosidades acumuladas como “saber de experiência feito”. Podem ter grau alto, médio ou baixo. *Recursos*: subsídios que as subjetividades (individualidades e coletividades) podem usar para aumentar o nível de proteção (incluindo competências, habilidades, contatos e recursos diversos: tecnológicos, materiais...). A disponibilidade pode ser suficiente, insuficiente, inexistente. *Necessidades*: elementos que indicam o que as individualidades e/ou as coletividades precisam para garantir a proteção popular (sistemizam um posicionamento com base nos itens anteriores, combinando as diversas dimensões tratadas). Distingue-se em *Emergenciais*: aquelas que precisam de resposta pronta, imediata e suficiente com o máximo de agilidade e tempestividade para que não reforcem ainda mais os riscos e/ou as fragilidades; e *Estruturais*: aquelas que atravessam complexidades diversas e que são de mais longa duração e cuja resposta exige medidas combinadas e de enfrentamentos dos fatores que estruturam as dinâmicas geradoras de riscos e/ou de fragilidades.

Atuação em Rede: desenvolvimento de ações em conjunto no campo das organizações populares, de forma horizontal, com atuação compartilhada e co-coordenação em todos os níveis de ação (evitando distinção entre direção e base), com participação de cada organização que atua com diferentes frentes e causas, mas todos/as na causa comum do fortalecimento da luta popular, em processos preferencialmente “descentrados” (mais do que “descentralizados”). Há várias formas de organizar-se em rede, mas o mais importante é que esta organização é feita para o desenvolvimento de lutas concretas, de mobilização, de formação, de incidência (pressão e atuação nos espaços públicos). Redes são formadas de “nós” nos quais se juntam diferentes sujeitos/as organizativos. Em termos específicos, o fundamental é fortalecer redes existentes, atuando para criar novas redes somente se houver necessidade dada a inexistência nos territórios específicos, por isso o central é atuação em rede e não “constituição ou criação” de redes.

Anexo 4 - Roteiro de entrevista

Objetivos principais do instrumento

Acessar percepções e narrativas a respeito da proteção popular e proteção institucional de defensores e defensoras de direitos humanos em tempos de ameaças fascistas no Brasil.

Público direcionado

Defensores e defensoras de direitos humanos em situação de risco, ameaça ou vulnerabilidade.

Roteiro e duração

Roteiro semiestruturado, com duração prevista de, no máximo, duas horas de aplicação.

Introdução

- Apresentação do/a entrevistador/a, dos objetivos da pesquisa e procedimentos adotados na entrevista (autorização para gravação, duração da entrevista, etc.).
- Entrega, leitura conjunta e solicitação de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
- Estimular respostas às perguntas orientadas a partir dos tópicos listados abaixo:

Identificação

1. Dados da instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento
 - a. Qual o nome da sua instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento?
 - b. Qual a área de atuação na defesa dos direitos humanos que sua instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento desenvolve?
2. Perfil do/a Entrevistado/a
 - a. Você poderia falar um pouco sobre a sua trajetória de vida? Quais são as suas raízes? Qual o tipo de formação que você tem tido na vida?
 - b. Há quanto tempo você atua na Instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento? Por favor, pode nos informar sobre sua atuação (histórico, tipo de atuação...)?
3. Percepção sobre e luta pelos direitos humanos
 - a. Motivação para lutar pelos direitos humanos
 - i. O que lhe motivou a atuar em direitos humanos?

- ii. Como você se envolveu com atuação em direitos humanos?
 - b. Percepção sobre direitos humanos
 - i. Então, seria correto dizer que você acredita em/nos direitos humanos? Por quê?
 - ii. Para você o que significa falar de direitos humanos? O que são direitos humanos, então?
 - iii. Onde e como você aprendeu este sentido que dá aos direitos humanos?
- 4. Percepção sobre sua condição de defensores/as dos direitos humanos
 - a. Designação como defensor/a dos direitos humanos
 - i. Você concorda com a designação defensor/a de direitos humanos? Por quê?
 - ii. Se não concorda, qual prefere? Por quê?
 - iii. Você concordaria ser designado/a como defensor/a dos direitos humanos? Por quê?
 - iv. Para você, o que significa ser defensor/a dos direitos humanos?
- 5. Diferença entre ser um defensor/a dos direitos humanos e ser militante e/ou ativista
 - a. Você vê diferença entre ser defensor/a dos direitos humanos, ser militante de direitos humanos ou ser ativista de direitos humanos?
 - b. Por que razões aponta estas diferenças [se apontou]? Você poderia dar exemplo?
 - c. Por que razões não vê diferenças [se não apontou]? Você poderia dar exemplo?
 - d. Poderia dar características centrais da atuação de um defensor/a dos direitos humanos [se diferenciou pedir para que fale de características do militante e ativista]?

Eixo I – Manifestações e causas do risco (ameaça e perigo) à atuação de defensores/as dos direitos humanos

Levantamento da percepção que DDDH tem do risco (ameaça e perigo) presente no contexto imediato e mais amplo de sua atuação para a) identificar como se manifesta e, b) a partir da manifestação percebida, mostra as suas causas. Importante considerar manifestações e suas causas gerais e comuns a diferentes contextos e a diferentes DDDHs e aquelas que são específicas e próprias de determinados contextos e a determinados DDDHs (por exemplo, o que há de específico para indígenas, mulheres, negros/as?).

1. Percepção que DDDH tem do risco (ameaça e perigo) presente no contexto imediato e mais amplo de sua atuação
 - a. Qual o risco de ser um/a defensor/a dos direitos humanos no Brasil? Por quê? Você poderia dar exemplos?
 - b. Qual o risco de ser um/a defensor/a dos direitos humanos em sua localidade (território)? Por quê? Você poderia dar exemplos?
 - c. Você percebe diferenças entre perigos e ameaças como fatores de riscos para a atuação de defensores/as de direitos humanos? Você poderia dar exemplos?
2. Identificação das causas do risco (ameaça e perigo) contra DDDH
 - a. Quais as principais causas do risco (ameaça e perigo) que sofrem defensores/as de direitos humanos (em sentido geral e no território de sua atuação)? Por quê? Você poderia dar exemplos?

- b. Você poderia falar mais sobre os aspectos do risco que mais impactam as individualidades de defensores/as de direitos humanos? Você poderia dar exemplos?
 - c. Você poderia falar mais sobre os aspectos do risco que mais impactam as coletividades de defensores/as de direitos humanos? Você poderia dar exemplos?
 - d. De quem é que defensores/as dos direitos humanos sofrem risco? Por quê? Você poderia dar exemplos?
 - e. Quem você acha que se beneficia (ganha) com os riscos que defensores/as dos direitos humanos sofrem? Por quê? Você poderia dar exemplos?
3. Identificação de risco (ameaça e perigo) específico pela condição de indígena, mulher, camponês/a e negro/a
- a. Você acha que um/a defensor/a sofre mais risco (perigo e ameaça) por ser mulher, indígena, negro/a camponês/a? Por quê? Você poderia dar exemplos?
 - b. Desde sua experiência pessoal (considerando o segmento do/a entrevistado), você poderia falar um pouco sobre se há algum tipo de risco (ameaça e perigo) que lhe seja direcionado por especificamente por sua condição? Por quê isso ocorre exatamente? Você poderia dar exemplos?

Eixo II – Estratégias e metodologias de ação na realização da proteção popular de defensores/as dos direitos humanos

Mapeamento das estratégias e metodologias utilizadas pelos DDDH (individualidades e coletividades) para a “proteção popular”, distinguindo aquelas que são de autoproteção, de proteção recíproca e de proteção solidária. Também é importante identificar as relações entre as práticas de proteção popular e a proteção institucional. Muito importante distinguir estratégias, tidas como aquelas diretrizes que orientam e subsidiam as práticas de proteção popular, das metodologias, que constitui a dinâmica da implementação considerando fluxos, processos, agentes, além de procedimentos. Fundamental também distinguir iniciativas e ações protetivas de individualidades e de coletividades.

1. Estratégias e metodologias utilizadas pelos DDDH (individualidades e coletividades) na *autoproteção*
 - a. Você poderia falar um pouco sobre como você faz para se proteger dos riscos (ameaças e perigo) em razão de sua atuação como defensor/a de direitos humanos?
 - b. Quais as estratégias e metodologias que você usa para a autoproteção [cuidado de si]? Por que faz dessa maneira? Você poderia dar exemplos?
 - c. Quais as estratégias e metodologias que são usadas para a autoproteção da coletividade (aldeia, quilombo, coletivos, comunidade, movimento, organizações, redes, articulações etc.) de defensores/as de direitos humanos? Por que é feito dessa maneira? Você poderia dar exemplos?
 - d. Como você lida com seus medos, sofrimentos, incompreensões? Você poderia dar exemplos?

2. Estratégias e metodologias utilizadas pelos DDDH (individualidades e coletividades) de *proteção recíproca* (entre quem está diretamente envolvido no contexto de risco)
 - a. Você poderia falar um pouco sobre como é feita a proteção recíproca entre defensores/as de direitos humanos (individualidades e coletividades) onde atua?
 - b. Quais as estratégias e metodologias usadas entre individualmente defensores de direitos humanos para se protegerem reciprocamente? Por que é feito dessa maneira? Você poderia dar um exemplo?
 - c. Quais as estratégias e metodologias usadas pelas coletividades (aldeia, quilombo, coletivos, comunidades, movimentos, organizações, redes, articulações, etc.) de defensores/as de direitos humanos para reciprocamente (troca mútua) se protegerem? Por que é feito dessa maneira? Você poderia dar exemplos?
3. Estratégias e metodologias utilizadas pelos DDDH (individualidades e coletividades) de *proteção solidária* (apoio solidário, de quem não está imediatamente envolvido no contexto de risco)
 - a. Você poderia falar um pouco sobre como é feita a proteção solidária entre defensores/as de direitos humanos (individualidades e coletividades) onde atua?
 - b. Quais as estratégias e metodologias que usadas entre individualidades defensoras de direitos humanos para se protegerem solidariamente? Com quem de fora do local podem contar como apoio? Por que é feito dessa maneira? Você poderia dar exemplos?
 - c. Quais as estratégias e metodologias são usadas pelas coletividades (aldeia, quilombo, coletivos, comunidades, movimentos, organizações, redes, articulações, etc.) de defensores/as de direitos humanos para se protegerem solidariamente? Por que é feito dessa maneira? Você poderia dar exemplos?
4. Relações entre as práticas de proteção popular e a proteção institucional
 - a. Você acha que o estado brasileiro deveria proteger os/as defensores/as dos direitos humanos? Por quê?
 - b. Como você avalia a proteção institucional (política pública) de defensores? Aponte principais limites, fragilidades e potencialidades da política pública de proteção.
 - c. A/o sua/seu instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento realiza a proteção de defensores/as de direitos humano somente como proteção popular sem nenhum contato com a proteção institucional ou busca simultaneamente a proteção institucional feita como política pública? Por que assim?
 - d. Como ocorrem as relações entre as práticas de proteção popular feitas pela sua instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento e a proteção institucional (estatal) feita pelo Estado brasileiro? Por quê? Você poderia dar um exemplo?

Eixo III – Limites da proteção institucional, atuação e propostas para a qualificação da política pública de proteção a DDDH

Sistematização da percepção dos/as DDDH a respeito da proteção institucional, tanto por sua posição quanto por experiências de proteção institucional a fim de identificar os principais limites da política de proteção, considerando inclusive o modo de operacionalização da ação protetiva junto aos/às DDDH. Também recolher propostas para a qualificação da política pública de proteção a DDDH, tanto no sentido da sua estruturação, sua orientação, bem como das formas de sua implementação concreta.

1. Limites da proteção institucional

- a. Você saberia dizer se há defensores/as de sua/seu instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento que tenham recebido a proteção institucional (estatal), seja pelo PPDDH Federal ou PPDDH Estaduais? Em caso afirmativo:
- b. Como ocorreu a inclusão desses/as DDDH no programa de proteção exatamente?
- c. Como tem sido operacionalizada a proteção institucional desses DDDHs exatamente?
- d. Em sua opinião, a proteção institucional recebida pelos/as DDDHs de sua/seu instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento tem sido satisfatória? Por quê? Você poderia dar um exemplo?
- e. Quais as/os principais potencialidades/apoios/benefícios auferidos pelos/as DDDHs e/ou por sua/seu instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento por terem sido incluídos/as na política de proteção institucional (PPDDH Federal ou Estaduais)? Poderia distinguir o que é para individualidades das coletividades? Por quê? Você poderia dar um exemplo?
- f. Quais os principais prejuízos/dificuldades/obstáculos enfrentados pelos/as DDDHs e/ou por sua/seu instituição e/ou entidade e/ou coletivo e/ou movimento por terem sido incluídos/as na política de proteção institucional (PPDDH Federal ou Estaduais)? Poderia distinguir o que é para individualidades das coletividades? Por quê? Você poderia dar um exemplo?
- g. Em sua opinião, quais os principais limites da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou Estaduais) feita pelo Estado brasileiro? Poderia distinguir o que é para individualidades das coletividades? Por quê? Você poderia dar um exemplo?
- h. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar (tornar efetiva) a política de proteção institucional (PPDDH Federal ou Estaduais) feita pelo Estado brasileiro? Por quê? Você poderia dar um exemplo?
 - i. O que poderia ser feito para melhorar a *estrutura* política de proteção institucional (PPDDH Federal ou Estaduais) feita pelo Estado brasileiro?
 - ii. O que poderia ser feito para melhorar a *orientação* (visão institucional) da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou Estaduais) feita pelo Estado brasileiro?

- iii. O que poderia ser feito para melhorar a *implementação* da política de proteção institucional (PPDDH Federal ou Estaduais) feita pelo Estado brasileiro, de forma que ela possa chegar aos/às DDDHs em situação de risco (ameaça e perigo) efetivamente?
- iv. Teria sugestões específicas para a proteção de individualidades e de coletividades de defensores/as de direitos humanos?

Considerações Finais

1. Por fim, há alguma outra informação significativa sobre proteção popular e proteção institucional em tempos de ameaças fascistas que você gostaria de adicionar?

A produção de conhecimento é uma das ações fundamentais que complementa a atuação direta, a incidência, a mobilização e a comunicação. Defensoras e defensores de direitos humanos ainda é tema pouco pesquisado e com baixa presença na literatura acadêmica no Brasil. A produção deste documento quer colaborar com este movimento: nosso desejo é que cresçam as pesquisas, as produções de trabalhos finais em programas de pós-graduação e as publicações em periódicos.

Os conhecimentos e os saberes produzidos pelas defensoras e pelos defensores de direitos humanos são muitos e múltiplos. Muitos deles não estão disponíveis para serem trocados pois podem alimentar processos de risco. Mas, muitos precisam ser conhecidos pelo conjunto da sociedade e se transformarem em patrimônio comum e, acima de tudo, subsídio para inspirar a atuação e a luta por direitos humanos.

O Projeto Sementes de Proteção apresenta o relatório de uma pesquisa que recolhe as manifestações das defensoras e defensores que foram entrevistados. O fundamental deste relatório é ouvir a voz destas e destes que, analisando os vários aspectos considerados na pesquisa, manifestam sua percepção, seu posicionamento e suas perspectivas.

proponentes



co-financiamento



União Europeia

associadas



parceiras



ISBN nº 978-65-85133-16-6



9 786585 133166